

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Geral
Data: 23/06/2021	Página: 07
Cita a Sefaz-Ba	

Tribuna

Força-tarefa vai atrás de grupo que sonogou mais de R\$ 50 mi em tributos

LILY MENEZES
REPORTER

Doze mandados de busca e apreensão foram cumpridos em Salvador e Feira de Santana durante a Operação Panaceia, visando desarticular um grande esquema de sonegação tributária envolvendo um grupo atuante na indústria farmacêutica. De acordo com a Receita Federal, os prejuízos aos cofres públicos chegaram aos R\$ 50 milhões. Além da RF, participaram também equipes da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA), da Secretaria de Segurança Pública (SSP) e do Ministério Público da Bahia. Numa das incursões, cujo alvo era um empresário que fazia parte do grupo, uma mulher sem identidade revelada chegou a ser presa no lugar do indivíduo por porte ilegal de arma de fogo, num apartamento de alto padrão situado no Itaigara, em Salvador. Nas buscas, foram apreendidos documentos, computadores, pendrives e celulares; o grupo teve todos os bens bloqueados. "Todo o material apreendido será periciado pelo Departamento de Polícia Técnica, para conclusão do inquérito e remeter para a Justiça", esclareceu Márcia Pereira, delegada titular da Delegacia dos Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública (Dececap).

Laranjada
O ponto de partida da

operação envolveu o grupo Millenium Farma Distribuidora de Medicamentos S/A, que tinha dívidas com a Sefaz e teria feito a sonegação milionária há mais de vinte anos, transferindo suas operações para outra empresa. Duas empresas já estavam no radar da Receita Federal; fiscalizações feitas entre 2019 e 2020 acusaram fraudes feitas através de 'laranjas' e 'testas-de-ferro', que abriam empresas fantasmas a fim de esconder as movimentações dos beneficiados, totalizando lançamentos tributários de R\$ 6 milhões de reais. Outras práticas criminosas atribuídas ao grupo são ocultação de patrimônio e lavagem de dinheiro. "As medidas foram necessárias para coletar elementos de prova relativos às fraudes praticadas, de modo a caracterizar a interposição fraudulenta na composição de várias empresas do grupo", explicou o auditor fiscal e delegado adjunto da Delegacia da Receita Federal em Salvador Flavio Macário. Além dos 'laranjas', os doze mandados expedidos pela 2ª Vara Criminal Especializada da Comarca de Salvador foram

contra sócios, ex-sócios e empresas de contabilidade que ajudaram nas transações. Agora, o inquérito será concluído e enviado para o Ministério Público.

COMBATE

Com o farto material encontrado pelas equipes, que irá identificar os beneficiários do esquema, a Operação Panaceia é parte de um movimento para combater as fraudes fiscais. De acordo com o promotor de Justiça Claudio Jenner, do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal do MP (Gaesf), a operação integra as ações do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira), que reúne, além do MPBA, da Sefaz e da Secretaria da Segurança Pública (SSP), o Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), a Procuradoria Geral do Estado (PGE) e a Secretaria da Administração do Estado (Saeb). "O objetivo do comitê é combater práticas como sonegação e lavagem de dinheiro, que desviam recursos oriundos dos impostos, essenciais para subsidiar a atuação do Estado e as políticas públicas", afirmou Jenner.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA

ERRATA - LICITAÇÃO 048-2021 - PREGÃO ELETRÔNICO 052-2021 - Avisamos que na publicação do dia 16/06/2021. Onde lê-se: PREGÃO ELETRÔNICO 044-2021. Leia-se: PREGÃO ELETRÔNICO 052-2021 e Onde lê-se Data: 01/07/2021 às 08h30. Leia-se: Data: 07/07/2021 às 08h30. As demais informações permanecem inalteradas. Feira de Santana 22/06/2021. - Colbert Martins da Silva Filho-Prefeito Municipal.

Veículo: Bocão News	
Data: 22/06/21	



JUSTIÇA

Por receio de que operação Panaceia fosse prejudicada, MP-BA chegou a pedir prisão de filho do presidente da Fecomércio



22 de Junho de

2021 às 18:52 Por: Divulgação/MP-BA Por: Marcos Maia

O Ministério Público da Bahia (MP-BA) solicitou a decretação da prisão temporária de Carlos Andrade Júnior, filho do presidente da Fecomércio, Carlos Andrade, no âmbito da operação Panaceia, deflagrada na manhã da última segunda-feira (21).

A investigação apura um esquema de sonegação de impostos operado por um grupo de empresas. Estima-se que o prejuízo ao erário estadual seja na ordem de R\$ 39 milhões - ou mais, além de fraudes à receita federal. Referenciado pelo parquet como um dos principais operadores de uma associação criminosa, o pedido de prisão considerava que ele poderia atrapalhar as investigações.

No pedido, os procuradores do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal (Gaesf) do MP-BA argumentam que, caso Carlos Júnior estivesse em liberdade, "sobretudo nas horas e dias seguintes à deflagração da operação de busca e apreensão", ele poderia "influir decisivamente" nos trabalhos da força-tarefa.

Na avaliação dos membros do parquet, ele poderia agir para se desfazer de documentos e influenciar co-autores e testemunhas, "dentre os quais parentes de seu ciclo familiar, que ainda atuam como integrantes formais de pessoas jurídicas investigadas".

Com base na análise de apurações realizadas pela Secretaria da Fazenda da Bahia (Sefaz), o órgão contabilizou mais de quatro empresas do ramo de medicamentos criadas tendo familiares de Carlos Júnior em seu quadro societário.

Até o momento, foi apurado que um grupo de empresários adotava a prática de criar outras empresas - em nome de "laranjas", sem a capacidade econômica suficiente para gerir esses negócios - que eram utilizadas para viabilizar a sonegação de impostos.

Início

Durante coletiva de imprensa realizada na manhã da última segunda (21), a titular da Inspeção Fazendária de Investigação e Pesquisa (INFIP) da Sefaz, Sheilla Cavalcante Meirelles, contou que as investigações tiveram início em 2010, com a observação da empresa Milllenium Farma Distribuidora de Medicamentos.

Um relatório de inteligência fiscal produzido pela Sefaz, e citado pelos procuradores, reportou que, entre as atividades da organização, haviam "indícios de sucessão empresarial dentro do mesmo segmento de atividade empresarial, deixando para trás valores expressivos de débitos tributários, após abertura de nova empresa concomitante ou sucessória à anterior".

Constituída em junho de 2000, a Millenium iniciou suas atividades com capital social de R\$ 100 mil, tendo como sócios Sandro dos Santos Andrade, irmão de Carlos Júnior, e André Luís Branco Freitas. "Nesse ínterim, houve uma sucessão atípica do quadro societário deste empreendimento comercial, com oito alterações em apenas cinco anos de constituição", narra o documento.

Segundo o relatório citado pelo MP-BA, a composição também contou com Carlos Júnior. Restam como sócios atuais da empresa Gilvanei dos Santos Souza e Luiz Carlos de Jesus Filho - ambos classificados como "pessoal totalmente desprovido de capacidade econômica". Ao último cabe, de acordo com o documento, a administração da empresa.

Atualmente, a situação cadastral junto à Receita Federal tem situação "baixada" desde fevereiro de 2015, com um débito tributário superior a R\$ 3 milhões. As apurações indicam que Carlos Júnior foi sócio da empresa em dois períodos distintos - de 2 de março de 2001 a 16 de junho de 2002 e de 27 de dezembro de 2002 a 7 de março de 2003.

A Fazenda apurou ainda, entre outros indícios de fraude, que os endereços dos atuais sócios da Millenium estão "localizados em áreas de invasão".

"[...] As habitações apresentam condições precárias para moradia - situação incompatível para quem, em tese, dispões de R\$ 100 mil para a aquisição de cotas do capital social de uma empresa", diz a peça.

Da mesma forma, as investigações apontam que Luiz Carlos não fez menção à propriedade de cotas de capital da empresa em sua declaração de imposto de renda.

Parentescos

As apurações também investigam o vínculo da Millenium com outras empresas do ramo, tomando por base a relação de parentesco entre sócios. Neste sentido, os procuradores se concentraram no caso de duas organizações.

Sendo a primeira delas, a Mecfarma Distribuidores de Medicamentos, com capital social de R\$ 60 mil e sócios inaugurais André Luiz Bispo dos Santos e Josualdo Domingues Santos. Atualmente, ela está com a situação cadastral "baixada" na receita federal em outubro de 2018 sob a situação de "inexistente de fato", ainda existe um débito tributário superior a R\$ 21 milhões.

"Observou-se que o capital Social da empresa aumentou em 1.233,3%, alcançando o valor de R\$ 800 mil, sucedendo-se neste meio tempo como sócios, de forma concomitante, e, ou, sucessiva, Carlos de Souza Andrade Júnior, Adinalva dos Santos Andrade e Sandor Luiz da Conceição Duarte, cabendo a este, por último e antes de sua extinção, a administração da empresa, conforme disposição contratual", narra o documento.

As investigações apontam que a mãe de Sandro e Carlos Júnior, Adinalva dos Santos Andrade, também figurou como sócia da Millenium e da Mecfarma em períodos sucessivos à saída e ingresso dos filhos.

Carlos Júnior, inclusive, figurou na qualidade de sócio administrador da Mecfarma, entre dezembro de 2004 e julho de 2010, e foi alvo da operação Carcará.

A ação, realizada em novembro de 2010, tinha como objetivo desarticular uma organização criminosa voltada à prática de crimes contra a Administração Pública Federal em ao menos 21 municípios baianos, em procedimentos licitatórios que visavam à aquisição de merenda escolar e medicamentos, entre outros.

Segundo informe da Sefaz, Carlos Júnior ingressou na sociedade da Mecfarma em dezembro de 2004, adquirindo 95% do capital social - os outros 5% foram comprados por Sandro Luiz em outubro de 2005. Também segundo o documento, o contrato de locação da sede da empresa foi representado por Sandro, tendo seu pai, Carlos Andrade, como fiador.

Após sucessivos aumentos de capital entre 2007 e 2009, a Mecfarma Distribuidora alcançou o patamar de R\$ 800 mil. Posteriormente, em julho de 2010, Carlos Júnior transferiu suas cotas para sua mãe. Em setembro de 2015, ela transferiu 45% de suas cotas para Sandro. Assim, ambos passaram a ter 50%.

Em 2018, ele adquiriu as cotas da mãe, tornando único sócio da empresa que na época tinha um capital social de R\$ 800 mil. Antes disso, em outubro de 2015, Sandro outorga poderes de representação e administração da Mecfarma ao irmão, renovando sucessivamente as procurações até 2019.

Outra Empresa

Também é citada a Andrade Tales Distribuidora de Medicamentos, cujo endereço era o mesmo utilizado pela Millenium e pela Mecfarma.

Tendo como atividade principal o comércio atacadista de medicamentos, a Andrade Tales iniciou suas atividades com capital social de R\$ 30 mil, tendo como um dos sócios Geraldo Andrade Filho, primo de Carlos Júnior e Sandro.

"Observou-se que o capital social da empresa aumentou em 6566,7%, alcançando o valor de R\$ 2 milhões", destaca o parquet.

Entre os três sócios restantes da empresa estava Ana Patrícia Querino Andrade Viana, irmã de Geraldo. Da mesma forma, a mãe de Carlos Júnior e Sandro também compôs o quadro societário da Andrade Tales como sócia/administradora.

Atualmente, a situação cadastral desta empresa consta como "inapta" junto à Receita desde junho de 2013, por "localização desconhecida", possuindo um débito tributário estadual de mais de R\$15.500 milhões.

O parquet contabilizou, além destas duas, outras quatro empresas do ramo de medicamentos criadas tendo em seu quadro societário familiares dos irmãos Andrade. A delegada da Polícia Civil, Márcia Pereira, que conduz as investigações, estima que o inquérito em andamento sobre a operação Panaceia deve ser finalizado em 30 dias.

A partir daí, o MP-BA avaliará a necessidade de deflagrar - ou não - uma ação penal correspondente aos crimes imputados aos acusados.

Veículo: Rádio Band News FM	
Data: 22/06/2021	Programa: Notícias
Assunto: Empresário preso em flagrante por posse ilegal de arma durante <u>Operação Panacea.</u>	

Data: 22/06/2021

Hora: 12:22:53

Emissora: Rádio Band News FM

Programa: Notícias

Apresentador (a): --

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Empresário preso em flagrante por posse ilegal de arma durante **Operação Panacea.**

Para atacar governadores, postagem exagera valor de impostos estaduais do gás de cozinha



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Samuel Lima

Circula nas redes sociais a ilustração de um enorme botijão de gás de cozinha sendo carregado com dificuldade em um carrinho de compras. A legenda sugere que o produto estaria custando R\$ 110,85 e que quase a metade do preço seria referente aos impostos estaduais: R\$ 50,00. 'Quem está roubando o povo? Os governadores de cada Estado', alega a postagem. Os dados estão incorretos.

O impacto dos impostos sobre o valor final está superestimado. Pelos números da postagem, a cobrança de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - que é a forma de arrecadação dos Estados - seria mais alta até que a participação da Petrobras, o que não é verdade.

Dados da companhia estatal, publicados em seu site, desmentem essa tese. No caso do gás de cozinha, 49,3% ficam com a Petrobras, 35,8% compõem os segmentos de distribuição e revenda e 14,9% são

oriundos da cobrança de ICMS pelos Estados. A atualização mais recente do site foi feita com base no período de coleta de 30 de maio a 5 de junho deste ano.

De acordo com outra tabela da ANP, cuja atualização mais recente é de abril de 2021, o impacto médio do ICMS é de R\$ 12,07 no preço médio do gás no Brasil - o equivalente a 14,2% do valor final ao consumidor, calculado em R\$ 85,01 naquele mês. O restante equivale ao preço de realização da refinaria (R\$ 42,06/49,47%) e às margens de distribuição e revenda (R\$ 30,88 / 36,32%).

O painel da ANP mostra ainda que as cobranças de ICMS são diferentes entre os Estados. A maior alíquota praticada é de 18%, em oito localidades (RN, PI, PE, PR, PB, MG, CE e AM). Esse percentual incide sobre uma base de cálculo chamada Preço Médio Ponderado ao Consumidor Final, uma espécie de estimativa sobre o valor a ser praticado a domicílio, que também varia entre cada ente da federação.

De qualquer forma, segundo a tabela da ANP, nenhum Estado cobra mais do que R\$ 18 de imposto na prática. No caso mais extremo, o Acre cobrava R\$ 17,86 em abril - o que representa 17,38% sobre o preço final médio ao consumidor daquele Estado, no mês de apuração. Em outras praças, como Bahia e Rio de Janeiro, o valor fica abaixo de R\$ 10.

Impostos federais estão zerados

Além de atacar os governadores com dados incorretos, a peça também desinforma sobre uma suposta arrecadação do governo federal sobre o gás de cozinha. A postagem atribui R\$ 0,82 a impostos federais e, entre parênteses, ao presidente '(Jair) Bolsonaro'. Atualmente, porém, nenhum tributo do tipo está sendo cobrado sobre o botijão de 13kg, que é o formato usado nas casas dos brasileiros.

O gás de cozinha está sujeito a três impostos federais: a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), o Programa Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Todos aparecem zerados na página de informações públicas de composição de preços da Petrobras.

O gás de cozinha está isento da Cide desde que o imposto foi criado, em 2001, segundo o Ministério da Economia. Já o PIS/Cofins foi extinto por um decreto de Bolsonaro em março deste ano, por prazo indeterminado, quando o governo estava pressionado por conta de uma sequência de reajustes dos combustíveis. A desoneração foi de exatos R\$ 2,18 no preço final ao consumidor doméstico, porque o imposto era fixo.

Valor médio do gás de cozinha também foi superestimado

O gás de cozinha de fato teve forte aumento no último ano. Apesar disso, o preço médio de venda no País atualmente é de R\$ 87,19, não R\$ 110,85. Esse preço se refere à na semana mais recente, de 13 a 19 de junho deste ano, para o botijão de 13kg de uso doméstico, segundo levantamento da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

A oferta ao consumidor final variou de R\$ 65 a R\$ 120 nos mais de 3 mil pontos de venda pesquisados pelo órgão do governo federal. Portanto, existem localidades praticando valores até mais altos do que o mencionado pelo conteúdo viral, mas o preço médio hoje é 20% mais baixo do que o número que circula nas redes.

Como mostra uma reportagem recente da CNN Brasil, o preço do gás de cozinha é afetado pelas variações do dólar e pelas flutuações do mercado internacional de petróleo. Essas influências são expressas nos reajustes da Petrobras. Além disso, o produto pode ficar mais caro por conta dos custos e das margens envolvidas em todos os segmentos da cadeia (produção, distribuição e revenda), assim como pelas alíquotas de **ICMS** e por mudanças na referida base de cálculo do imposto em

cada Estado.

Em dezembro do ano passado, o preço médio do GLP-13 era de R\$ 74,75 para os consumidores brasileiros. A cotação mais recente da ANP mostra, portanto, que o produto ficou cerca de 16% mais caro desde o começo do ano. Para fins de comparação, a inflação geral acumulou alta de 3,22% até o mês de maio, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em uma taxa já considerada elevada.

Este boato foi checado por aparecer entre os principais conteúdos suspeitos que circulam no Facebook. O Estadão Verifica tem acesso a uma lista de postagens potencialmente falsas e a dados sobre sua viralização em razão de uma parceria com a rede social. Quando nossas verificações constatarem que uma informação é enganosa, o Facebook reduz o alcance de sua circulação. Usuários da rede social e administradores de páginas recebem notificações se tiverem publicado ou compartilhado postagens marcadas como falsas. Um aviso também é enviado a quem quiser postar um conteúdo que tiver sido sinalizado como inverídico anteriormente.

Um pré-requisito para participar da parceria com o Facebook é obter certificação da International Fact Checking Network (IFCN), o que, no caso do Estadão Verifica, ocorreu em janeiro de 2019. A associação internacional de verificadores de fatos exige das entidades certificadas que assinem um código de princípios e assumam compromissos em cinco áreas: apartidarismo e imparcialidade; transparência das fontes; transparência do financiamento e organização; transparência da metodologia; e política de correções aberta e honesta. O comprometimento com essas práticas promove mais equilíbrio e precisão no trabalho.

Assuntos e Palavras-Chave: SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Refinaria | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação, ICMS

Veículo: Tribuna On Line	Caderno: Cidade
Data 23/06/2021	



Veículos com placas de final 7, 8, 9 e 0 ainda contam com desconto de 5% no IPVA

Os proprietários podem optar ainda por dividir o IPVA em três parcelas, sem o desconto.

Tribuna da Bahia, Salvador

23/06/2021 08:44 | Atualizado há 48 minutos



Foto: Romildo de Jesus

Os proprietários de veículos com placas de final 7, 8, 9 e 0 ainda podem pagar o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) com 5% de desconto, em cota única. No caso das placas de final 7 e 8, o prazo se encerra nos próximos dias 29 e 30 de junho, respectivamente. Já para as placas de final 9 e 0, o abatimento é válido até o final do próximo mês: dias 29 e 30 de julho. As datas podem ser consultadas na tabela do IPVA 2021 do Estado da Bahia.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) alerta ainda que os proprietários de veículos com placas de final 3 e 4 têm também até os dias 29 e 30 de junho, respectivamente, para pagar o IPVA em cota única e sem desconto. Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular.

O contribuinte pode fazer o pagamento em uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no IPVA é calculado automaticamente no momento da transação.

Parcelamento

Os proprietários de veículos com placas terminadas em 7, 8, 9 e 0 podem optar ainda por dividir o IPVA em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem

perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

Todas as informações poderão ser consultadas neste site, Canal Inspeção Eletrônica – IPVA, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento.

Motoristas de veículos com placas de final 7, 8, 9 e 0 podem pagar IPVA com 5% de desconto; veja detalhes



Os proprietários de veículos com placas de final 7 e 8 têm até os dias 29 e 30 de junho, respectivamente, para aproveitar o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), em cota única. Já para as placas de final 9 e 0, o prazo é até 29 e 30 de julho.

[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os proprietários de veículos com placas de final 7 e 8 têm até os dias 29 e 30 de junho, respectivamente, para aproveitar o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), em cota única. Já para as placas de final 9 e 0, o prazo é até 29 e 30 de julho.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) alerta ainda que os proprietários de veículos com placas de final 3 e 4 têm também até os dias 29 e 30 de junho, respectivamente, para pagar o IPVA em cota única e sem desconto. Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular.

O contribuinte pode fazer o pagamento em uma agência, caixa eletrônico ou no aplicativo do Banco do Brasil, Bradesco ou do Bancoob, apresentando apenas

o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no IPVA é calculado automaticamente no momento da transação.

Parcelamento

Os proprietários de veículos com placas terminadas em 7, 8, 9 e 0 podem ainda optar por dividir o IPVA em três parcelas, sem desconto. Para isso, é preciso observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento, devendo efetuar o pagamento integralmente até a data da última parcela.

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito devem ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento.

Todas as informações podem ser consultadas no site da Sefaz-Ba e pelo call center, nos números 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) ou 71 3319-2501 (ligações de celular ou de telefone fixo).

Assista aos vídeos do G1 Bahia e TV Bahia

Ouçã o podcast 'Eu Te Explico' ??

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da
Fazenda - IPVA

Veículos com placas de final 7, 8, 9 e 0 ainda contam com desconto de 5% no IPVA



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os proprietários de veículos com placas de final 7, 8, 9 e 0 ainda podem pagar o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**) com 5% de desconto, em cota única. No caso das placas de final 7 e 8, o prazo se encerra nos próximos dias 29 e 30 de junho, respectivamente. Já para as placas de final 9 e 0, o abatimento é válido até o final do próximo mês: dias 29 e 30 de julho. As datas podem ser consultadas na tabela do **IPVA** 2021 do Estado da Bahia.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) alerta ainda que os proprietários de veículos com placas de final 3 e 4 têm também até os dias 29 e 30 de junho, respectivamente, para pagar o **IPVA** em cota única e sem desconto. Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular.

O contribuinte pode fazer o pagamento em uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no **IPVA** é calculado automaticamente no momento da transação.

Parcelamento

Os proprietários de veículos com placas terminadas em 7, 8, 9 e 0 podem optar ainda por dividir o **IPVA** em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

Todas as informações poderão ser consultadas neste site, Canal Inspeção Eletrônica - **IPVA**, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento.

Fonte: Ascom/ Sefaz

Cruz das Almas registra 2 novos óbitos em decorrências de complicações da Covid

Mercado municipal de Amargosa recebe novos investimentos do **Governo do Estado**

São João: PRF estima aumento de 30% do fluxo nas rodovias federais que cortam a Bahia

Polícia apreende camisas de festa marcada em Cruz das Almas

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SSP - Secretaria da Segurança Pública - Polícia | SETUR - Secretaria de Turismo - São João | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

Veículos com placas de final 7, 8, 9 e 0 ainda contam com desconto de 5% no IPVA



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Redação CN

Os proprietários de veículos com placas de final 7, 8, 9 e 0 ainda podem pagar o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**) com 5% de desconto, em cota única. No caso das placas de final 7 e 8, o prazo se encerra nos próximos dias 29 e 30 de junho, respectivamente. Já para as placas de final 9 e 0, o abatimento é válido até o final do próximo mês: dias 29 e 30 de julho. As datas podem ser consultadas na tabela do **IPVA** 2021 do Estado da Bahia.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) alerta ainda que os proprietários de veículos com placas de final 3 e 4 têm também até os dias 29 e 30 de junho, respectivamente, para pagar o **IPVA** em cota única e sem desconto. Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular.

O contribuinte pode fazer o pagamento em uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no **IPVA** é calculado automaticamente no momento da transação.

Parcelamento

Os proprietários de veículos com placas terminadas em 7, 8, 9 e 0 podem optar ainda por dividir o **IPVA** em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

Todas as informações poderão ser consultadas neste site, Canal Inspeção Eletrônica - **IPVA**, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira

cota deixa de ter o direito ao parcelamento.

Fonte: Ascom/Sefaz

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da
Fazenda - IPVA

Proprietários de veículos com placas de final 7, 8, 9 e 0 ainda podem aproveitar o desconto de 5% no IPVA



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os proprietários de veículos com placas de final 7, 8, 9 e 0 ainda podem pagar o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**) com 5% de desconto, em cota única. No caso das placas de final 7 e 8, o prazo se encerra nos próximos dias 29 e 30 de junho, respectivamente. Já para as placas de final 9 e 0, o abatimento é válido até o final do próximo mês: dias 29 e 30 de julho. As datas podem ser consultadas na tabela do **IPVA** 2021 do Estado da Bahia.

O contribuinte pode fazer o pagamento em uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no **IPVA** é calculado automaticamente no momento da transação.

Parcelamento

Os proprietários de veículos com placas terminadas em 7, 8, 9 e 0 podem optar ainda por dividir o **IPVA** em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) alerta ainda que os proprietários de veículos com placas de final 3 e 4 têm também até os dias 29 e 30 de junho, respectivamente, para pagar o **IPVA** em cota única e sem desconto. Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular.

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento.

Todas as informações poderão ser consultadas através do call center da Secretaria da Fazenda do Estado, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da

Fazenda - IPVA

Veículo: Gov Bahia	
Data: 22/06/2021	



Veículos com placas de final 7, 8, 9 e 0 ainda contam com desconto de 5% no IPVA

22 junho 2021



Foto: Camila Souza/GOVBA

Os proprietários de veículos com placas de final 7, 8, 9 e 0 ainda podem pagar o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) com 5% de desconto, em cota única. No caso das placas de final 7 e 8, o prazo se encerra nos próximos dias 29 e 30 de junho, respectivamente. Já para as placas de final 9 e 0, o abatimento é válido até o final do próximo mês: dias 29 e 30 de julho. As datas podem ser consultadas na tabela do IPVA 2021 do Estado da Bahia.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) alerta ainda que os proprietários de veículos com placas de final 3 e 4 têm também até os dias 29 e 30 de junho, respectivamente, para pagar o IPVA em cota única e sem desconto. Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular.

O contribuinte pode fazer o pagamento em uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no IPVA é calculado automaticamente no momento da transação.

Parcelamento

Os proprietários de veículos com placas terminadas em 7, 8, 9 e 0 podem optar ainda por dividir o IPVA em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

Todas as informações poderão ser consultadas neste site, Canal Inspeção Eletrônica – IPVA, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento. **Fonte: Ascom/ Sefaz**

Veículos com placas de final 7, 8, 9 e 0 ainda contam com desconto de 5% no IPVA



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os proprietários de veículos com placas de final 7, 8, 9 e 0 ainda podem pagar o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**) com 5% de desconto, em cota única. No caso das placas de final 7 e 8, o prazo se encerra nos próximos dias 29 e 30 de junho, respectivamente. Já para as placas de final 9 e 0, o abatimento é válido até o final do próximo mês: dias 29 e 30 de julho. As datas podem ser consultadas na tabela do **IPVA** 2021 do Estado da Bahia.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) alerta ainda que os proprietários de veículos com placas de final 3 e 4 têm também até os dias 29 e 30 de junho, respectivamente, para pagar o **IPVA** em cota única e sem desconto. Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular.

O contribuinte pode fazer o pagamento em uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no **IPVA** é calculado automaticamente no momento da transação.

Parcelamento

Os proprietários de veículos com placas terminadas em 7, 8, 9 e 0 podem optar ainda por dividir o **IPVA** em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

Todas as informações poderão ser consultadas neste site, Canal Inspeção Eletrônica - **IPVA**, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da
Fazenda - IPVA

Veículos com placas de final 7, 8, 9 e 0 ainda contam com desconto de 5% no IPVA



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Tags: **ipva**

Fonte: Ascom/ Sefaz

Os proprietários de veículos com placas de final 7, 8, 9 e 0 ainda podem pagar o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**) com 5% de desconto, em cota única. No caso das placas de final 7 e 8, o prazo se encerra nos próximos dias 29 e 30 de junho, respectivamente. Já para as placas de final 9 e 0, o abatimento é válido até o final do próximo mês: dias 29 e 30 de julho. As datas podem ser consultadas na tabela do **IPVA** 2021 do Estado da Bahia.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) alerta ainda que os proprietários de veículos com placas

de final 3 e 4 têm também até os dias 29 e 30 de junho, respectivamente, para pagar o **IPVA** em cota única e sem desconto. Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular.

O contribuinte pode fazer o pagamento em uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no **IPVA** é calculado automaticamente no momento da transação.

Parcelamento

Os proprietários de veículos com placas terminadas em 7, 8, 9 e 0 podem optar ainda por dividir o **IPVA** em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

Todas as informações poderão ser consultadas neste site, Canal Inspeção Eletrônica - **IPVA**, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento.

Os comentários estão encerrados.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

Veículo: bahia.ba	
Data: 23/06/21	

bahia.ba

BAHIA

Publicado em 23/06/2021 às 09h58.

Veículos com placas de final 7, 8, 9 e 0 ainda contam com desconto de 5% no IPVA

O prazo se encerra nos próximos dias 29 e 30 de junho para placas de final 7 e 8



Foto: Paula Fróes/GOVBA

**Os proprietários de veículos com placas de final 7, 8, 9 e 0 ainda podem pagar o
Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) com 5% de desconto,**

em cota única. No caso das placas de final 7 e 8, o prazo se encerra nos próximos dias 29 e 30 de junho, respectivamente. Já para as placas de final 9 e 0, o abatimento é válido até o final do próximo mês: dias 29 e 30 de julho. As datas podem ser consultadas na tabela do IPVA 2021 do Estado da Bahia.

De acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) os proprietários de veículos com placas de final 3 e 4 têm também até os dias 29 e 30 de junho, respectivamente, para pagar o IPVA em cota única e sem desconto. Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular.

Onde pagar

O contribuinte pode fazer o pagamento em uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no IPVA é calculado automaticamente no momento da transação.

Parcelamento

Os proprietários de veículos com placas terminadas em 7, 8, 9 e 0 podem optar ainda por dividir o IPVA em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento.

Veículos com placas de final 7, 8, 9 e 0 ainda contam com desconto de 5% no IPVA



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os proprietários de veículos com placas de final 7, 8, 9 e 0 ainda podem pagar o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**) com 5% de desconto, em cota única. No caso das placas de final 7 e 8, o prazo se encerra nos próximos dias 29 e 30 de junho, respectivamente. Já para as placas de final 9 e 0, o abatimento é válido até o final do próximo mês: dias 29 e 30 de julho. As datas podem ser consultadas na tabela do **IPVA** 2021 do Estado da Bahia.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) alerta ainda que os proprietários de veículos com placas de final 3 e 4 têm também até os dias 29 e 30 de junho, respectivamente, para pagar o **IPVA** em cota única e sem desconto. Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular.

O contribuinte pode fazer o pagamento em uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no **IPVA** é calculado automaticamente no momento da transação.

Parcelamento

Os proprietários de veículos com placas terminadas em 7, 8, 9 e 0 podem optar ainda por dividir o **IPVA** em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

Todas as informações poderão ser consultadas neste site, Canal Inspeção Eletrônica - **IPVA**, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento.

Fonte: Ascom/ Sefaz

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da
Fazenda - IPVA

Veículos com placas de final 7, 8, 9 e 0 ainda contam com desconto de 5% no IPVA



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os proprietários de veículos com placas de final 7, 8, 9 e 0 ainda podem pagar o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**) com 5% de desconto, em cota única. No caso das placas de final 7 e 8, o prazo se encerra nos próximos dias 29 e 30 de junho, respectivamente. Já para as placas de final 9 e 0, o abatimento é válido até o final do próximo mês: dias 29 e 30 de julho. As datas podem ser consultadas na tabela do **IPVA** 2021 do Estado da Bahia.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) alerta ainda que os proprietários de veículos com placas de final 3 e 4 têm também até os dias 29 e 30 de junho, respectivamente, para pagar o **IPVA** em cota única e sem desconto. Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular.

O contribuinte pode fazer o pagamento em uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no **IPVA** é calculado automaticamente no momento da transação.

Parcelamento

Os proprietários de veículos com placas terminadas em 7, 8, 9 e 0 podem optar ainda por dividir o **IPVA** em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

Todas as informações poderão ser consultadas neste site, Canal Inspeção Eletrônica - **IPVA**, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento.

Fonte: Ascom/ Sefaz

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da
Fazenda - IPVA

OPINIÃO

opinio@grupoatarde.com.br

Os conteúdos assinados e publicados nas páginas A2 e A3 não expressam necessariamente a opinião de A TARDE. Participe desta página: e-mail: opiniao@grupoatarde.com.br Cartas: Redação de A TARDE/Opinião - R. Professor Milton Cayres de Brito, 204, Caminho das Árvores, Salvador-BA, CEP 41822-900

Tempo Presente

tempopresente@grupoatarde.com.br

Agro lança campanha para combater a fome

Uma campanha de doação de alimentos, denominada Agro Fraternal, vai reunir doadores para serem entregues às famílias da zona rural em situação de insegurança alimentar, decorridos 15 meses do primeiro dos 500 mil óbitos por Covid-19 no país.

O lançamento da iniciativa foi coordenado pelo presidente da Federação da Agricultura e Pecuária da Bahia (FaeB), Humberto Miranda, ao solicitar aos filiados à entidade o máximo empenho para reduzir o sofrimento no campo.

A campanha do Agro Fraternal destinará aos trabalhadores e produtores rurais previamente cadastrados, de acordo com a análise de rendimento, os alimentos doados pelos proprietários de terra e líderes empresariais.

– Vamos entrar com recursos de todas as entidades e distribuir 27.200 cestas para famílias da zona rural, o que dará 300 cestas por sindicato, para valorizar o trabalho da entidade – destacou o presidente Humberto Miranda.

A criação de coordenadorias regionais para apoiar as ações dos sindicatos é a estratégia combinada para a campanha alcançar seu objetivo, num momento de contradição extrema, devido às exportações de alimentos, enquanto o país sofre com a volta ao mapa da fome.

A campanha foi lançada em encontro virtual do presidente da FaeB com as lideranças de sindicatos filiados à federação, encerrado com a programação de um encontro presencial, no dia 20 de julho, em Teixeira de Freitas, no extremo sul do estado.

Além de Humberto Miranda, participaram, pela FaeB, os vice-presidentes Rui Dias e Guilherme Moura, acompanhados de assessores jurídicos e técnicos, bem como representantes das gerências de educação, promoção social e assistência técnica.

“O ministro [de Minas e Energia] Bento esteve comigo fazendo uma análise do cenário, garantindo que não vamos ter nenhum tipo de apagão, mas vamos ter que ter um período educativo aí de algum racionamento”

ARTHUR LIRA, presidente da Câmara dos Deputados, sobre a crítica situação energética do país



Rafael Martins / Ag. A TARDE

PROTAGONISTA | *Um protagonista de nossa festa nordestina maior, o São João, o milho acompanha a humanidade há pelo menos 7,3 mil anos. Que agora, com os cuidados exigidos impedindo as aglomerações, ele nos reconforte pelos tantos sabores.*

Mar ameaça invadir Vila de Cacha Pregos

Durval Ramos Neto

Jornalista, advogado, escritor, procurador do estado aposentado, ex-presidente da OAB-BA durval@ramosnetoneimann.com

O mar avança sobre Cacha Pregos. Uma pena. Logo o povoado que domou o Adamastor dos mares do sul da Bahia. E de onde saíram centenas de saveiros intrépidos e alados a romper ondas monumentais. Marinheiros sagazes, GPS no olho e meteorologia na pele e na ponta do nariz. José Ramos, saveirista cairuense, mais conhecido como Zé Rico, deixou ali semente de numerosa genealogia ilha.

Logo o mar, velho amigo, que tanto alimentou seu povo. Deu-lhe peixes, mariscos, siris e caranguejos, também aratus. Deu trabalho por muitos e muitos

anos a carpinteiros e excelentes construtores de saveiros da Bahia. Massu, Waldemar, Benvenuto. Hoje ainda tem Denico. Bira foi embora. Ordi, o calafate, aposentou-se. Mas de Jaguaripe, do Prefeito Arandas, ainda chegam canoas de mariscos.

Deu-lhe também gerações e mais gerações de navegadores mais simples que enfrentavam e dominavam com coragem as tormentas que apareciam. Zinho, Mestre do saveiro “Em Pleno Luar”, aprendeu

O oceano procura naturalmente novos espaços. Que o faça poupando, pelo amor de Deus, a vila

Turismo no pós-pandemia

Enquanto avança timidamente a imunização no país, a Bahia prepara-se para retomar o impulso na atração de visitantes, a partir de ações propostas em parceria de operadores com a Secretaria de Turismo do Estado. Reunião com este objetivo foi realizada com a participação do secretário de Turismo, Maurício Bacellar, e representantes da operadora CVC. Entre as novas ações de divulgação está a criação de uma rota do vinho, definida entre cidades da Chapada Diamantina e do Vale do São Francisco, com destaque para Juazeiro, aproveitando a produção de uvas na região. O incentivo ao turismo regional, com uma campanha para estimular viagens internas, esteve entre os projetos aprovados no encontro, levando em conta a coleta de sugestões oferecidas pelos gestores.

São João de doação

Para não deixar a data passar em branco, o Banco de Sangue de Salvador oferece uma programação diferente durante a Campanha Arraiá Solidário, que tem como tema “Vamos juntar o caminho da roça com o da solidariedade”, cujo conceito é o trajeto que o doador deve percorrer para praticar esse gesto solidário que salva vidas. Hoje e amanhã, os doadores que comparecerem à unidade São Rafael – das 8h às 17h – serão recebidos com um lanche especial, com comidas típicas da época. Já na unidade Aliança – das 7h às 17h – a ação será realizada apenas no dia de hoje.

POUCAS & BOAS

- **A 16ª Promotória Regional do estado, com sede em Jacobina, é a primeira sede do interior 100% digital, alcançando o status cinco meses antes do prazo estabelecido em norma interna. A previsão é que até 29 de outubro deste ano os expedientes no estado sejam instaurados por meio digital. Com isso todos os procedimentos extrajudiciais, processos judiciais e inquéritos policiais em curso passam a tramitar eletronicamente, por meio do sistema interno de informações do Ministério Público do Estado da Bahia, Idea.**

- **Começa hoje (23) o primeiro evento virtual Forró da Estação, com a apresentação de músicos de Itajuípe. A promoção é da Diretoria de Cultura do município, que mobilizou 13 artistas locais para animar o São João de hoje e amanhã (24), sempre com início às 19h e transmissão pela Rede Portal. A recomendação é que as pessoas fiquem em suas casas com segurança e evitem as aglomerações.**

MIRIAM HERMES E REDAÇÃO

ESPAÇO DO LEITOR

opinio@grupoatarde.com.br

Simulação descabida

No momento em que o mundo inteiro está em alerta máximo, travando uma guerra contra o coronavírus, um inimigo invisível e implacável que já vitimou mais de 500 mil pessoas no Brasil, o incauto prefeito de Salvador resolve anunciar, publicamente, a simulação de uma festa, isso mesmo, a simulação de um evento festivo público, quando deveria estar preocupado com o incessante combate à gravíssima pandemia da Covid-19. Prefeito Bruno, o povo não precisa de festas de Reis, o povo necessita, “urgente”, de mais vacinas, mais vigilância e observância das medidas contra a cruel pandemia “covidiana”. Prefeito Reis, não é hora de pensar em festas, muito e muito menos de anunciar simulação descabida de festa, seja pública ou privada. **HÉLIO ONDIÁRIA, HOVF7@YAHOO.COM.B**

A CPI dos homens nus

A CPI da Covid é a maior indecência já praticada aos olhos do público; às escondidas há muitas outras. Facínoras engravatados inquiram grosseiramente os depoentes, constrangem cidadãos de bem - assim considerados até que a Justiça os julgue, se for o caso... e logo eles, enquadrados em muitos artigos do Código Penal! Governadores, que trataram de aplicar os recursos federais,

não, eles estão fora, não interessam! Resta à guilda estas ignóbeis ações apoiadas pela mídia e fazer rolar o tempo que leve à prescrição dos seus crimes. Diga-se, a respeito da mídia, que estou certo que não pactua com esta canalha mas a ele se alia para derrubar, em ação parcial mas democrática, Bolsonaro. Bolsonaro é mesmo um boquirroto, seus filhos são uns moleques, mas comparados a Lulinha, meros punquistas. Não gosto do modo com que lida com a imprensa. Melhor seria se tivesse um comunicador como Dilma e Lula, ou modos elegantes como FHC, cujo filho é deixado quieto (outra história). Sei que para os demo-

A CPI da Covid é a maior indecência já praticada aos olhos do público; às escondidas há muitas outras. Facínoras engravatados inquiram de modo grosseiro os depoentes

na liça. O mesmo se diga de Floro, o Gringo. Mestre do “Quem diria”, nem assinava o nome mas era dileto amigo do oceano e conversam até hoje na eternidade.

Ensinou segredos a muitos filhos do peito. Na Marinha Mercante pôs o Comandante Ramos, herói da Segunda Guerra ao esgueirar-se dos terríveis torpedos nazifascistas. Soube receber de braços abertos novos “cacha-preguenses” como os Macedo, os Parabela, os Meireles. Mantém vivas as tradições centenárias a cargo de Nina de Prepreto, Zezinha de Roque ou Milu de Gildásio. Nitinha, a enfermeira, é o hospital sempre aberto.

O oceano faz ilhas de areia na barra falsa. Procura naturalmente novos espaços. Que o faça poupando, pelo amor de Deus, a vila de Cacha Pregos, onde só tem amigos, novos e velhos. Onde se cultua Santo Amaro, com o maior carinho do

mundo, levando-o em procissão a Santo Amaro de Catu, que, sob protestos do povo de Deus, teve seu nome trocado para Jiribatuba.

Os tempos mudaram, por certo. Desenvolvimento chegando. Estradas, pontes, luz elétrica, celulares, internet, tudo novidades comparadas aos velhos tempos. Paredões de som provocando insônias. Dizem que dormir encurta a vida.

Saveiristas, carpinteiros navais, pescadores são passado. Do mesmo modo como ficaram para trás as longas viagens dos navios que zarpavam da Bahiana, em direção a Jaguaripe, deixando antes, depois de cinco horas de viagem, passageiros ao longo do percurso naval mais belo do Brasil. Façamos muralhas e proteções. E confiemos em Deus e esperemos que Ele, com Santo Amaro, peçam ao mar que deixe Cacha Pregos em paz.

cratas não praticantes, aqueles que votam mas não agem para controlar os seus eleitos, a opção Bolsonaro x Lula e até Ciro como tertius é muito difícil. Moro, um nome aceitável, foi detonado por esta minúscula magna corte. Então, é atentar para as palavras do presidente do STM: deem uma folga à corda. **ROBERTO MACIEL, ROVISA681@GMAIL.COM**

A fome batendo à porta

Há poucos dias assisti na televisão uma reportagem sobre a situação difícil que está passando uma cidade do interior, no longínquo sertão pernambucano, deveras constrangedor para qualquer pai de família. A cena mostrava um vaqueiro montado no seu animal, à procura de um emprego, com o coração partido após deixar sua família em casa, com sua esposa cercada dos filhos pedindo-lhe comida, tendo já um pequenino no colo da mãe sugando da mamadeira quase vazia de alimento pobre de nutrientes. Tudo aquilo tocou-me profundamente, vendo aquele quadro triste que está passando o povo brasileiro durante essa séria crise de pandemia da Covid-19, que só está trazendo tristeza de morte e dificuldades para quase todas as famílias; e por outro lado, sabe-se que por todo o País existem supermercados jogando fora produtos alimentícios (ainda aproveitáveis). E a propó-

sito, surgiu uma ideia da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), realizando o primeiro Fórum da Cadeia Nacional de abastecimento do País, na semana passada, reunindo todo o comando da economia brasileira, tendo a frente o Ministro da Economia brasileira, Paulo Guedes e o da agricultura, Tereza Cristina e outras autoridades, bem como 14 líderes do agronegócio nacional, no intuito de solucionar problemas dessa natureza, o que é de grande validade. **FRANCISCO CELSO FRANCISCOCELSO022@GMAIL.COM**

Presidente intimado

O presidente Jair Bolsonaro insiste, com sua mente doentia, em acusar e ofender pessoas e instituições sem apresentar provas. No propósito de substituir o voto eletrônico pelo ultrapassado voto impresso, ele alega fraude nas eleições presidenciais de 2018 que, por sinal o elegeram... O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) intimou o presidente, no prazo de 15 dias, a comprovar o que alega. Enquanto isso, em seu destempero, causou mais uma vítima ofendendo um repórter e vociferando: “Vocês fazem um jornalismo canalha, destroem a religião brasileira! Vocês não prestam”. As entidades que representam a imprensa protestaram. **BRUNO RIBEIRO, BRUNORIBEIRO5575@GMAIL.COM**

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupotarde.com.br

ASSEMBLEIA Evento debateu diversos aspectos da operação envolvendo a RLAM, adquirida pelo fundo de investimentos árabe Mubadala

Audiência discute venda da Refinaria Landulpho Alves

Juarez Cavalcanti (Ag. Petrobras) / Divulgação/ 1º.12.2020

DA REDAÇÃO

Uma audiência pública realizada ontem na Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) para discutir a venda da Refinaria Landulpho Alves (RLAM) levantou diversos questionamentos considerados importantes e que ainda não são de conhecimento da sociedade baiana, porque, até o momento, não houve manifestação da Petrobras, empresa responsável pela venda da refinaria baiana à MC Brazil Downstream Participações, companhia do fundo de investimentos árabe Mubadala.

Organizado pela liderança da maioria no Parlamento baiano, o evento discutiu as obrigações e responsabilidades sociais com os aspectos ambientais de atividades que a MC Brazil pretende realizar no parque industrial, instalado no município de São Francisco do Conde.

A secretária estadual em exercício do Meio Ambiente e diretora geral do Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia (Inema), Maria Cristina Telles, afirmou que, primeiro, para a MC Brazil iniciar as operações na RLAM, precisa estar regular com o processo de licenciamento ambiental.

“Qualquer processo de venda no qual se dê transferência de ativo demanda uma transferência de licença que está vigente à época, ou seja, existem as autorizações publicadas e licenciadas. Para que a empresa seja regular no processo de venda, é preciso a transferência do licenciamento ambiental. A licença hoje é concedida à Petrobras e terá que ser formalmente transferida através de um requerimento para a nova empresa que irá assumir essa atividade”, explicou.

André Ferraro, secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento de Madre de Deus, cidade que faz fronteira com a Landulpho Alves e abriga um terminal marítimo da Petrobras, condenou a exclusão do Estado e dos municípios afetados na discussão da venda da refinaria.

“É a movimentação econômica mais importante da Bahia nos últimos 50 anos. É surreal os municípios não participarem, não terem nenhum acesso ao contrato de venda. Não sabemos nem o valor real que cada ativo está sendo vendido”, criticou.

Para o representante madre-deusense, a operação, além de “burlar” uma determinação do Supremo Tri-



A Landulpho Alves foi a primeira refinaria nacional de petróleo do Brasil

bunal Federal (STF) para a venda de patrimônio público, fere o pagamento do ITIV, o Imposto sobre a Transmissão Intervivos.

“Quando a gente tem um apartamento e vai vender, a gente paga um percentual para a prefeitura quando vai transferir, mas eles não querem pagar nada dessa venda, desse patrimônio. Não se faz justiça social sem justiça tributária. Como é que eu posso cobrar para um sujeito que vende um patrimônio de R\$ 5 mil e ele tem que pagar 3% de ITIV e uma empresa que tem 50% do território não contribui em nada com o município nessa transferência? É o que está acontecendo hoje na prática”, revelou.

Para Ângelo Remédio, pesquisador do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp/Uerj), a Landulpho Alves é responsável hoje por 14% do refino no país, o que levanta dúvidas sobre a garantia da continui-

No início de junho, o Cade aprovou, sem restrições, a venda por US\$ 1,65 bilhão

dade de abastecimento de combustíveis como a gasolina na Bahia e em estados do Nordeste.

“Com a privatização da RLAM e de outras refinarias iremos ter a geração de pequenos mercados privados regionais. O intuito firmado entre Cade [Conselho Administrativo de Defesa Econômica] e a Petrobras de gerar concorrência e melhorias para o consumidor vai caminhar no sentido contrário. Vai gerar monopólio privado e aumento do preço do petróleo, aumentando toda a cadeia de consumo, principalmente para a população mais pobre”, defendeu.

Líder da maioria e coordenador da audiência, o deputado Rosemberg Pinto (PT) criticou a Petrobras, que passou a funcionar, segundo ele, como uma empresa privada, apenas para gerar lucro e dividendos para os seus acionistas, sem contrapartida nas responsabilidades que a petrolífera brasileira sempre teve durante todo esse período que extraiu petróleo dos solos baianos, gerando riquezas tanto para o país quanto para a própria estatal.

“A venda se dá num momento extremamente cruel, porque nós estamos enfrentando uma pandemia e nessa pandemia ninguém vende nada num momento de dificuldades que passa o país. É uma venda extem-

porânea, fora de horário, fora de tempo, além do mais a venda não quer dizer que isso seja necessidade da Petrobras, até porque ela distribuiu R\$ 11 bilhões de dividendos o ano passado para seus acionistas”, condenou o parlamentar petista.

Segundo Rosemberg, a operação não é por problemas financeiros da companhia. “Senão esse dinheiro deveria ser para reinvestimento, e ela distribuiu aos acionistas. No mercado internacional, certamente essa refinaria em qualquer outra circunstância vale três vezes mais aquilo que o governo brasileiro negociou”, disse, ao informar que as discussões na Casa Legislativa terão prosseguimento com diversas ações que serão elaboradas para pressionar a Petrobras a dar satisfação à sociedade baiana sobre a venda de um patrimônio em atividade desde 1950, a primeira refinaria nacional de petróleo do país.

No dia 8 de fevereiro deste ano, a Petrobras assinou o contrato de compra e venda da refinaria.

No início de junho, o Cade aprovou, sem restrições, a venda por US\$ 1,65 bilhão, o que representa o primeiro desinvestimento da estatal petrolífera no segmento de refino no país.

LEIA MAIS NO PORTAL A TARDE



Respeito ao direito constitucional

O reconhecimento da importância da função social das empresas é uma bandeira histórica da Associação Comercial da Bahia (ACB). Atualmente, a entidade mantém o Grupo Especial de Defesa da Função Social das Empresas (Gede), formado para atuar por relações mais próximas e equilibradas entre as entidades empresariais e os diversos órgãos de controle e fiscalização do Estado brasileiro. Uma missão árdua, principalmente quando, não raro, assistimos a arbitrariedades e ações radicais cometidas contra empresas formais do nosso país.

Vivemos um contexto que nos faz recordar a história de Tiradentes, herói brasileiro morto e espartilhado por se rebelar contra os excessos que a coroa portuguesa cometia perante os mineradores naturais do Brasil. Sem conseguir identificar e resolver legalmente os problemas que causavam a queda na arrecadação, Portugal atacava, indistintamente, sonegadores e pagadores de impostos.

Passaram-se séculos e pouca coisa mudou. O Estado continua sua caçada sem critérios claros, muitas vezes à margem das leis, agindo contra empresários formais, em uma espécie de auto-cannibalismo estatal. É o governo matando as suas galinhas dos ovos de ouro.

A missão do Gede tem sido mostrar que as entidades empresariais organizadas caminham alinhadas com a Receita Federal, a Polícia Federal, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, as Procuradorias Estaduais, na busca por um ambiente seguro e constitucional para os negócios. Ninguém quer defender o empresário sonegador, mas também não podemos generalizar e permitir a demonização indistinta de toda a classe empresarial.

É preciso lembrar sempre que todos temos direitos garantidos por leis e a partir daí nos unirmos para lutar coletivamente para que estes sejam cumpridos. A Justiça tem que atuar para julgar e condenar os criminosos, sim. Porém, sem decretar a morte dos empreendimentos formais dos quais o nosso país tanto necessita. Quando matamos a atividade empresarial formal, quando impedimos a atividade econômica, estamos matando o próprio estado.

Só na Bahia, dados do IBGE apontam que 54% da atividade econômica está enquadrada na informalidade. O melhor caminho para aumentar a arrecadação e os investimentos públicos é criar condições para que essa massa caminhe para a formalidade. Quanto mais gente pagando uma carga tributária justa, menor pode ser o custo dos impostos. Quanto mais gente puder ter a sua atividade formalizada, mais fácil o controle e maior a arrecadação do estado. É assim que diminuiremos a incidência de ações inconstitucionais contra os empreendimentos formais do País.

O momento pede conscientização e participação de todos contra a banalização dos nossos direitos constitucionais. É com o engajamento dos cidadãos brasileiros que conquistaremos um Estado cumpridor de suas obrigações sociais.

GEDE - GRUPO ESPECIAL DE DEFESA DA FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA

Publicada às quartas-feiras, a coluna mostra a atuação da Associação Comercial da Bahia na defesa do empresariado baiano

SALVADOR

Índice de Movimentação Econômica sobe 5,3%

DA REDAÇÃO

O Índice de Movimentação Econômica de Salvador (Imec-SSA) calculado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento (Seplan), expandiu 5,3% em abril deste ano, na comparação com o mês imediatamente anterior (série com ajuste sazonal).

A melhora ocorreu após contabilizar retração de 7,4% em março de 2021. Essa é a segunda taxa positiva registrada pelo indicador em 2021, recuperando parte da perda registrada no mês anterior.

Cabe destacar que o mês de abril do ano corrente foi

marcado pelo retorno escalonado das atividades econômicas na capital baiana. No período, houve a reabertura dos shopping centers, centros comerciais, comércio de rua, academias, igrejas e hotéis, enquanto nas praias, cinemas e teatros foram mantidas as restrições.

Com isso, cinco das seis variáveis do indicador foram impactadas, com destaque para passageiros de ônibus intermunicipais (15,9%), que apontou a variação positiva mais expressiva, seguido por consumo de combustível (10,3%), depois passageiros de ônibus urbanos (9,8%), carga portuária (6,0%), e consumo de energia elétrica (3,1%).

RECURSOS HÍDRICOS

Ministério debate plano nacional

DA REDAÇÃO

O Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) promoveu ontem a sexta e última oficina setorial para elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), que terá vigência no período de 2022 a 2040. Desta vez, o tema foi debatido por representantes dos setores do turismo, do lazer e da pesca, tanto da esfera governamental como da iniciativa privada.

O evento contou com parceria da Agência Nacional de

Águas e Saneamento Básico (ANA). Durante a apresentação, o coordenador-geral de Mobilidade e Conectivi-

Tema foi discutido por representantes dos setores do turismo, lazer e pesca

dade Turística do Ministério do Turismo, Higor Guerra, contou que o Brasil tem mais de 35 mil quilômetros de vias navegáveis e uma costa com mais de 8,5 mil quilômetros.

Ele ressaltou a importância das águas brasileiras para o turismo, especialmente na utilização de embarcações náuticas e de aventura.

“Temos um potencial gigantesco de lazer e turismo, mas que ainda é pouco utilizado”, avaliou. “Que o turismo possa ser beneficiado

pelo Plano para que possa gerar emprego e renda para a nossa população, que tanto precisa”, completou.

Esta foi a última de seis oficinas realizadas com os setores que integram a discussão do Plano Nacional de Recursos Hídricos.

Também participaram do debate promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional representantes de instituições ligadas a saneamento, transporte aquaviário, energia, agricultura e irrigação e indústria e mineração.

BRASIL

brasil@grupootarde.com.br

IMUNIZAÇÃO Presidente da Anvisa apela à população que tome 2ª dose

www.atarde.com.br/brasil

PANDEMIA A remessa de vacina recebida ontem é a metade do quantitativo previsto para chegar na última semana

Brasil recebe 1,5 milhão de doses da Janssen

AGÊNCIA BRASIL E REDAÇÃO

O primeiro lote de 1,5 milhão de doses da vacina contra a Covid-19 da Janssen, unidade farmacêutica da Johnson & Johnson, chegou na manhã de ontem ao Brasil. O avião que trouxe a remessa pousou no aeroporto internacional de Guarulhos no início da manhã.

Ao todo, foram encomendadas pelo governo federal 38 milhões de doses dessa empresa. "Mais 1,5 milhão de doses de esperança para a população brasileira. Essa vacina tem a vantagem de ser dose única e, com isso, conseguimos avançar no nosso programa de imunização. A certeza é de que até setembro teremos imunizado toda a população acima de 18 anos. É a esperança de colocar fim ao caráter pandêmico dessa doença", disse o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, que presenciou a chegada das vacinas. Os imunizantes serão distri-



Ministro Marcelo Queiroga recebeu lote no aeroporto internacional de Guarulhos

Ministério da Saúde / Divulgação

buidos aos estados. A recomendação inicial é de envio às capitais, mas ainda será feita negociação com os estados. As doses devem ser aplicadas até agosto.

Em entrevista na última segunda-feira (21) ao programa A Voz do Brasil, o ministro afirmou que mais de 16 milhões de doses de va-

cinas diversas já foram adiantadas em negociações do governo federal.

Metade

A remessa recebida ontem corresponde à metade do quantitativo que estava previsto para chegar. O Ministério da Saúde chegou a anunciar que três milhões de doses seriam entregues ao Brasil na última semana.

Em audiência no Senado na última segunda, Queiroga não explicou o motivo da previsão inicial não se concretizar. "Inicialmente, negociamos com a Janssen, e eles iriam nos antecipar, na semana passada, três milhões de doses. Lamentavelmente, não foi possível a chegada desses três milhões de doses", declarou.

O lote recebido é uma antecipação do contrato firmado pela pasta com a Janssen, no total de 38 milhões de doses. Inicialmente, a entrega de todas as vacinas estava prevista para o último trimestre, a partir de outubro.

O lote é uma antecipação do contrato firmado pelo Ministério da Saúde com a empresa, para o recebimento total de 38 milhões de doses

Anvisa nega autorização para uso emergencial de remédio

AGÊNCIA BRASIL

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) negou ontem o pedido de autorização temporária para uso emergencial do medicamento Avifavir (Favipiravir) no tratamento antiviral de pacientes hospitalizados com Covid-19. A decisão unânime foi tomada durante a 12ª reunião pública da Diretoria Colegiada (Dicol).

Segundo a relatora, a diretora da agência Meiruz Freitas, o remédio não atende às expectativas da agên-

cia quanto aos requisitos mínimos de segurança e eficácia no contexto do uso emergencial. "A Anvisa deve usar de todas as vias possíveis para fazer com que novos tratamentos estejam disponíveis para os pacientes o mais rápido possível. Entretanto, não se pode autorizar o uso de um medicamento que não demonstrou benefício clínico no tratamento da Covid-19 e ainda pode resultar em riscos à saúde dos pacientes", afirmou. A solicitação de autorização de uso emergencial

do Avifavir foi feita pelo Instituto Vital Brazil, representante no Brasil do medicamento, fabricado pelas empresas russas API - Technologies LLC e Joint Stock Company Chemical Diversity Research Institute.

Em nota, a Anvisa justificou a decisão afirmando que o medicamento é produzido com matéria-prima ainda não registrada pela agência e que nenhuma outra autoridade regulatória de outros países aprovou o Avifavir para o tratamento da Covid-19.

DA REDAÇÃO

O governo de Cuba anunciou que a vacina Abdala, contra a Covid-19, tem uma eficácia de 92,28%, segundo dados dos últimos estágios do estudo clínico. O imunizante é aplicado em três doses. As informações são da Agência Cubana de Notícias.

A Abdala é desenvolvida pelo Instituto Finlay de Vacinas e pelo Centro de Engenharia Genética e Biotecnologia de Cuba (CIGB). O presidente cubano Miguel

Díaz-Canel Bermúdez lembrou que a outra vacina cubana que está em fase final de testes, a Soberana 2, também se mostrou eficaz contra o coronavírus.

Segundo o governo cubano, a Soberana 2 apresentou eficácia preliminar de 62%. O resultado supera os 50% exigidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para que o imunizante seja utilizado contra a Covid-19.

"Atingido por duas pandemias (Covid-19 e bloqueio econômico por parte dos Estados Unidos)), nossos

cientistas de Finlay e CIGB, superaram todos os obstáculos e nos deram duas vacinas muito eficazes: Soberana 2 e Abdala", escreveu Díaz-Canel no Twitter.

Além das duas vacinas que já têm resultados de eficácia, Cuba tem outras três vacinas candidatas em ensaios clínicos.

Cuba contabilizava até ontem 169.365 casos de Covid-19 e 1.170 mortes em decorrência da doença, segundo dados da Universidade Johns Hopkins, dos Estados Unidos.

Capitais suspendem vacinação contra Covid-19

AGÊNCIA BRASIL

Capitais de pelo menos cinco estados suspenderam total ou parcialmente a aplicação de vacinas contra a covid-19 entre a última segunda-feira (21) e ontem. As restrições ou suspensões se devem à alta adesão da população, à dificuldade de reabastecimento das doses adquiridas pelo Ministério da Saúde e distribuídas pelas secretarias estaduais ou à criação de um calendário exclusivo para aplicação das doses de reforço.

Em Florianópolis (SC), a vacinação ontem foi restrita à 2ª dose em pessoas com 67 anos ou mais. Também foram atendidas as pessoas que receberam a 1ª dose da AstraZeneca há mais de 90 dias ou da Coronavac há mais de 28 dias.

Em João Pessoa (PB), a imunização também foi limitada à 2ª dose para quem recebeu a 1ª dose da AstraZeneca há mais de 90 dias e para quem teve a aplicação da Coronavac há mais de 28 dias. Na capital paraibana, já foram imunizadas 405.667 pessoas.

Em Aracaju (SE), a aplicação da 1ª dose foi suspensa "em decorrência do quantitativo de pessoas vacinadas neste fim-de-semana



Aracaju é uma das capitais onde a imunização contra Covid-19 foi suspensa

Marcelle Cristinne (PMA) / Divulgação

acima da previsão estabelecida". A cidade começaria a imunizar pessoas de 39 e 38 anos. Na capital sergipana, a 2ª dose segue garantida. Quem possui essa dose da vacina da AstraZeneca agendada até o dia 30 de junho pode procurar um dos sete pontos da campanha de vacinação. Até agora, foram vacinados em Aracaju 252.145 pessoas, correspondente a 37,92% da população.

Em Campo Grande (MS), a aplicação das doses também contemplou apenas a 2ª dose da AstraZeneca e Coronavac, com a imunização das pessoas que receberam a 1ª dose da Coronavac até o dia 2 de junho ou que tiveram a aplicação da 1ª dose da AstraZeneca até o dia 22 de abril. A vacinação fez parte de um calendário exclusivo para aplicação das doses de reforço e a expectativa da secretaria era vacinar cerca de 5 mil pessoas. Em São

Paulo, os estoques foram utilizados na última segunda com a alta adesão da população, tendo 90% dos cidadãos entre 50 e 59 anos recebido a 1ª dose. Hoje deve haver o retorno da aplicação da 2ª dose na capital paulista. Em nota, o governo de São Paulo afirmou que "atua em sintonia com a prefei-

tura da Capital, enviando doses à medida que o Ministério da Saúde disponibiliza novos imunizantes". A administração estadual acrescentou que o ministério disponibilizou ontem para o município 181 mil doses para a continuidade da vacinação em primeira dose e 30 mil para a segunda.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTRAL
PREGÃO PRESENCIAL SRP 20/21. Objeto: Aquisição de água mineral. Dia 07/07/21 às 8:30h. Menor preço por item. Informações/Edital: <http://www.central.ba.gov.br/> // copelcentralba@gmail.com. Central/Ba, 23/07/21. Lili Pereira de Oliveira. Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS - BA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 023-2021 - Objeto: contratação de empresa para prestação de serviços de recarga de toner, confecção de carimbo e manutenção de impressora com limpeza/lubrificação sem reposição de peças, e demais condições constantes no anexo I, parte integrante deste edital. Data de abertura: 09/07/2021, às 08h00m, setor de licitações. Maiores informações na sede da Prefeitura ou pelo telefone 77 3489-1041. Edital completo no Diário Oficial do Município, www.cocos.ba.gov.br. Cocos-Ba, 22/06/2021. Anízio Veiga Filho - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MEDEIROS NETO
AVISO DE LICITAÇÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2021. PREGÃO PRESENCIAL - Nº 042/2021. O Município de Medeiros Neto, por intermédio do Pregoeiro torna público que realizará no dia 06/07/2021, às 09:00hs, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que objetiva a contratação de empresa objetivando o serviço de consertos/recauchutagem de pneus, vulcanização e serviço de socorro para a frota de veículos do Município. Edital disponível no setor de Licitações da Prefeitura Municipal ou Fone: (73)3296-1521. Demais atos serão publicados no Diário Oficial do Município (DOEM) www.doem.org.br. Gildásio de Jesus Silva - Pregoeiro Oficial/Portaria nº. 004/2021. Medeiros Neto/BA, 22 de Junho de 2021.

Estado do Rio tem nova variante identificada

AGÊNCIA BRASIL

Uma nova linhagem do novo coronavírus, originária da B.1.1.28, foi detectada no município fluminense de Porto Real, divisa com o estado de São Paulo. Nomeada como P.5, a linhagem tem a mesma estrutura da cepa original, porém sofre mutações no spike, como é conhecida a coroa do vírus que se liga à célula. A informação foi divulgada ontem pela Secretaria de Estado de Saúde (SES).

"Dezenove casos da mesma variante já foram localizados no estado de São Paulo e, até o momento, não é possível afirmar que ela seja mais letal ou transmissível", informou a secretaria, em nota. "Estudos mostram que todas as vacinas disponíveis no Brasil são eficazes contra as variantes identificadas

até o momento", acrescentou a pasta.

A descoberta ocorreu graças ao monitoramento genômico da Rede Corona-Ômica-RJ. O estudo faz parte de uma parceria entre Secretaria de Saúde, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), o Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), o Laboratório de Virologia Molecular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o Laboratório Central Noel Nutels, da Fiocruz, a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro e a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Os dados mostram ainda que a linhagem P.1 (Brasil) continua sendo a mais frequente no estado. Além disso, registrou uma baixa frequência da B.1.1.7 (Reino Unido) e o declínio da P.2 desde novembro.

bradesco LEILÃO SOMENTE ONLINE 25 IMÓVEIS
FECHAMENTO: 28/06/2021 a partir das 11h00

Imóveis localizados em: **AL AM BA GO MG MT PR RJ RO RS SC SP**

▼ A VISTA COM 10% DE DESCONTO ▼ PARCELAMENTO EM 12 MENSAIS IGUAIS OU EM ATÉ 48 PARCELAS ▼

LOTE 04 - LUIS EDUARDO MAGALHÃES/BA TERRENO
Av. Leste (L.T. 06 da quad. "E2")
LOTEAMENTO CIDADE DO AUTOMÓVEL
Terreno c/ 1.428,00m²
LANÇE MÍNIMO: R\$ 170.000,00

Lances "on-line", condições de venda e pagamento de cada lote e fotos: consulte site do leiloeiro. Mais informações: www.banco.bradesco/leiloes
www.freitastleiloeiro.com.br
(11) 3117.1001 | imoveis@freitastleiloeiro.com.br
Sergio Villa Nova de Freitas - Leiloeiro Oficial - JUCESP 316

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO COITÉ - BA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 01/2021 - O Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instituída pela Portaria n.1541, de 09 de Junho de 2021, publicada no Diário Oficial do Município de Conceição do Coité - BA, no uso de suas atribuições e, considerando que a servidora/Investigada, Sra. Laurici Moreira Cardim, matrícula N.8050-1 se encontra em lugar incerto e não sabido, fica pelo presente Edital, NOTIFICADA, para no prazo de 15(quinze) dias úteis, a partir da data desta publicação, apresentar defesa escrita no Processo Administrativo Disciplinar n.131/2021, na Sede da Procuradoria Geral do Município, localizada na Rua Carlos Gomes, nº 133, Centro, nesta cidade, no horário de 8h às 12h e das 13h30min às 17h de segunda a sexta-feira. Conceição do Coité, BA, 21 de Junho de 2021. Egnaldo Dos Santos Oliveira - Presidente do PAD

Tribuna

Inflação

O Banco Central (BC) vê a alta nas tarifas de energia como um dos principais fatores para a manutenção da inflação alta nos próximos meses. A informação consta na ata da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) divulgada ontem. "A persistência da pressão inflacionária revela-se maior que o esperado, sobretudo entre os bens industriais. Adicionalmente, a lentidão da normalização nas condições de oferta, a resiliência da demanda e implicações da deterioração do cenário hídrico sobre as tarifas de energia elétrica contribuem para manter a inflação elevada no curto prazo, a despeito da recente apreciação do Real", diz a ata. Em maio, a inflação registrou a maior alta para o mês em 25 anos e atingiu o maior patamar desde setembro de 2016, em 8,06% nos últimos doze meses. Se a projeção do BC se confirmar, a inflação deve continuar sendo pressionada pelos preços de energia.

Aprovadas

Por maioria de votos, o plenário do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA) aprovou com ressalvas, recomendações, determinação e aplicação de multa de R\$ 2.500,00 ao secretário Nestor Duarte Guimarães Neto, a prestação de contas (Processo TCE/001326/2017) da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (SEAP), relativa ao exercício de 2016. As recomendações e determinações foram expedidas ao titular da pasta, para que adote medidas destinadas a sanar as falhas apontadas pela equipe de auditores, e à Superintendência Técnica do TCE/BA para que acompanhe o cumprimento das determinações expedidas pelo plenário da Corte de Contas.

São João

As feiras e mercados municipais de Salvador, administrados pela Prefeitura através da Secretaria Municipal de Ordem Pública (Semop), vão funcionar em horário especial na quinta-feira (24), São João: das 5h às 12h. Nos demais dias, o funcionamento será normal, das 7h às 16h para os mercados e das 6h às 17h para as feiras. Apesar da alta da inflação, cuja taxa oficial registrada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficou em 0,83% no último mês de maio (a maior desde 1996), os comerciantes avaliam que fatores como a melhor adaptação da população à pandemia indicam um leve incremento nas vendas de produtos juninos em 2021, em comparação com o ano passado.

Dólar

Influenciado pela perspectiva de aumento de juros no Brasil e pelo cenário internacional, o dólar fechou abaixo de R\$ 5 pela primeira vez em mais de um ano. A bolsa de valores recuperou-se, mas encerrou o dia de ontem com leve queda. O dólar comercial fechou esta terça-feira (22) vendido a R\$ 4,966, com recuo de R\$ 0,057 (-1,13%). A cotação chegou a iniciar o dia em alta, mas reverteu o movimento e passou a operar em queda livre no fim da manhã.4

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Geral
Data: 23/06/2021	Página: 07
Cita a Sefaz-Ba	

Tribuna

Combustíveis seguem com alta de preços; gasolina tá quase R\$ 6

LILY MENEZES
REPORTER

Ter o carro próprio é sinônimo de comodidade, independência, e... Deixar mais dinheiro para o posto de gasolina. Pelo menos é essa a sensação para o baiano quando vai abastecer seu veículo, se deparando com as altas sucessivas nos preços da gasolina e do etanol. Foram sete aumentos nos últimos meses, tanto nas refinarias quanto nos postos. Entre outubro de 2020 e maio de 2021, a alta foi de 46% nas refinarias, de acordo com dados apurados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A última atualização do Sistema de Levantamento de Preços mantida pelo órgão regulador, que contempla oito municípios e 88 postos de combustíveis na Bahia, mos-

tra um aumento ainda mais expressivo na cidade de Vitória da Conquista. Para cada litro de gasolina, o cidadão conquistense desembolsa R\$ 6,22. Se o veículo for movido a etanol, a bomba mostra R\$ 5,03 por litro. Em Salvador, a média é um pouco menor, embora ainda alta: gasolina e etanol custam R\$ 5,87 e R\$ 4,87, respectivamente.

INFLUÊNCIAS

Essa escalada no preço dos combustíveis pode ser explicada pela predominância da Petrobrás no fornecimento. Como a estatal segue os preços do mercado internacional para definir o valor de custo, a supervalorização do dólar levou os preços do barril de petróleo para as alturas nas negociações. Após sair da refinaria, o preço final do combustível ainda passa por diversas mudanças, segundo o presidente do Sindicato do Comér-

cio de Combustíveis, Energias Alternativas e Lojas de Conveniência do Estado da Bahia (Sindicombustíveis-BA) Walter Tannus Freitas. Em nota, ele discorda da responsabilidade atribuída aos varejistas pelos aumentos sofridos pelos produtos vendidos nos postos. "Antes de chegar ao consumidor, os preços sofrem influência da Petrobrás, das usinas de biocombustíveis, da carga tributária, das distribuidoras, das transportadoras e da margem de lucro dos revendedores". Para se ter uma ideia, em cada litro de combustível são cobrados R\$ 2,18 de impostos, sendo R\$ 1,28 do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e R\$ 0,89 do PIS/Cofins, tributos relativos à saúde pública e seguridade social brasileira.

CONSEQUÊNCIAS

Enquanto a Petrobrás anunciou sete aumentos nos



Foto: Romildo de Jesus

VARIAÇÃO

Essa escalada nos preços segue a tendência do mercado internacional

preços dos combustíveis, o Governo do Estado diz ter feito apenas duas atualizações no valor de referência para a cobrança do ICMS nesse tipo de produto, e não aumentou a alíquota; a Sefaz-Ba diz ainda que o imposto para os combustíveis não muda há quatro anos, colocando a Bahia no 14º lugar no percentual da carga tributária cobrada sobre a gasolina. "O preço da mercadoria tem variação de acor-

do com quem está vendendo, e neste caso é definido pela Petrobras e posteriormente pelos postos", lembra o superintendente de Administração Tributária da Sefaz José Luiz Souza. Enquanto se discute de quem seria a atribuição para o aumento dos combustíveis, as consequências são arcadas pelo consumidor, mesmo aquele que não tem carro: com o aumento acumulado do diesel em 45,12% nos

últimos seis meses, o Conselho Nacional de Transporte Rodoviário de Cargas sinaliza para uma greve a partir do dia 25 de julho; assim, o abastecimento dos municípios pode sofrer comprometimento. "Estamos vivendo em uma pandemia e uma grave crise econômica. Com todos esses aumentos, todos saem perdendo", lamentou o presidente do Sindicombustíveis na Bahia.

Tribuna

CÂMARA DE SALVADOR

Oposição vai apresentar emendas à LDO de 2022



A BANCADA de oposição deve apresentar emendas ao texto da LDO 2022 de Salvador

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

Após a audiência virtual promovida pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização da Câmara Municipal de Salvador para a apresentação e discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) com metas e prioridades para o próximo ano, a bancada de oposição deve apresentar emendas ao texto. A informação foi confirmada pela vereadora Marta Rodrigues (PT), líder do bloco. O texto deverá ser apreciado nos próximos dias, no colegiado.

De acordo com o plano elaborado pelo Executivo Municipal, a capital baiana terá uma previsão de arrecadação de receita superior a R\$ 8,3 bilhões em 2022. As despesas

previstas para o próximo ano são do mesmo valor da receita arrecadada. Uma reunião da oposição deve ser realizada nos próximos dias. "Vamos discutir as emendas para posição da bancada", diz Marta. Segundo a edil, o grupo discorda de muitos pontos do texto.

A LDO estabelece as metas e prioridades para o exercício financeiro seguinte; orienta a elaboração do Orçamento; dispõe sobre alteração na legislação tributária; estabelece a política de aplicação das agências financeiras de fomento. Também organiza os objetivos do Plano Plurianual (PPA), que tem duração de quatro anos, para que sejam posteriormente realizados por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA).

A audiência online foi conduzida pelo vereador Joceval Rodrigues (Cidadania), presidente da Comissão de Finanças. "Nesse momento de fragilidade com a pandemia vamos alinhar o melhor para o futuro econômico de Salvador, organizar a Casa, definir as receitas e fixar as despesas referentes ao respectivo exercício fiscal. É, sem dúvidas, a ocasião para definir as prioridades do município para assegurar aos soteropolitanos o melhor emprego do dinheiro público em benefício da cidade", salientou Joceval, em nota.

MAIS PROJETO - O Projeto de Lei do Executivo nº 208/2021, que institui o Plano Municipal de Cultura (PMC) de Salvador, tramita na Câmara desde o dia 14 deste mês. Conforme o Executivo, trata-se de um

instrumento de planejamento e execução de políticas públicas de cultura por um período de dez anos e que traz diretrizes, objetivos, metas, ações, prazos de execução e indicadores de resultados para acompanhamento.

Conforme a Mensagem nº 13/2021, o PMC foi construído democraticamente pelo Poder Público e pela Sociedade Civil, através do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC) e da Comissão de Articulação para Elaboração do Plano Municipal de Cultura. O texto enviado à Câmara informa ainda que a matéria busca consolidar um pacto político no campo cultural, possibilitando a continuidade das políticas públicas de cultura que vêm sendo implementadas nos últimos anos.

Tribuna

Rodoviários de Salvador não descartam nova paralisação

Categoria parou entre 4h até as 7h40 de ontem. Eles reivindicam depósito do adiantamento salarial

DAVI VALADARES
ESTAGIÁRIO

Rodoviários de Salvador se reuniram, na manhã de ontem (21), em assembleias nas portas das garagens para dialogar sobre o não cumprimento de uma cláusula do acordo fechado com o Consórcio Integra Salvador, referente a depósito de adiantamento salarial da categoria. A empresa responsável pelo transporte da capital baiana comunicou aos trabalhadores que prorrogou o pagamento de 40% do salário do mês de junho para o quinto dia útil de julho, quando será pago o restante do vencimento. O adiantamento era pago há 30 anos até o dia 20 de cada mês, acordado em Convenção Coletiva. A paralisação foi das 4 horas da manhã até as 7h40.

Conforme o presidente do Sindicato dos Rodoviários de Salvador, Hélio Ferreira, foi

levada essa situação do adiantamento para categoria, mas foi rejeitada por unanimidade pelos trabalhadores que não querem perder esse direito acordado entre ambas as partes. "Nós estamos com um transporte arcaico, antigo e ainda temos que lidar com essa falta de consideração de querer suspender esse benefício que ajuda os trabalhadores a pagar suas dívidas", lamentou Hélio Ferreira, que pediu uma participação da prefeitura na tentativa de fazer cumprir o acordo. "Tivemos uma reunião com o secretário, mas não resolveu o problema. Os empresários alegam não ter dinheiro para pagar, mas nós não podemos trabalhar sem receber. Então, a prefeitura também tem uma responsabilidade social nesse problema com a cidade na questão da mobilidade de chamar os empresários para que eles cumpram o acordo

previsto na convenção", pontuou Hélio Ferreira, que não descartou a possibilidade de novas paralisações.

Procurado pela Tribuna, a Integra disse que durante esses 30 anos nunca atrasou o pagamento, mas que com o agravamento da pandemia a arrecadação caiu quase 50%, e, com isso, não teve dinheiro suficiente para pagar o adiantamento.

Conforme o assessor de relações de trabalho da empresa, Jorge Castro, responsável pela gestão dos ônibus em Salvador, o número de passageiros antes da pandemia, de janeiro a março de 2020, era de 18 milhões. Com a pandemia, ainda no ano passado, caiu para 8 milhões de passageiros, agora recentemente para 11 milhões. Castro frisou que em meio a tudo isso a empresa ainda está mantendo uma frota de mais de 80% e que a preocupação

é com mais uma paralisação dos trabalhadores, pois se isso acontecer pode dificultar até mesmo o pagamento da folha.

Sobre a participação da prefeitura na negociação entre sindicato e empresa, o secretário de Mobilidade de Salvador (Semob), Fabrizzio Müller, afirmou que a gestão municipal tem buscado intermediar essa negociação. "A gente entende o momento de dificuldade. Temos acompanhado essa situação que não é exclusiva de Salvador. O transporte público vive uma dificuldade em todo o país, mas a prefeitura tem buscado mediar essa negociação entre a empresa e o sindicato", disse ele que completou rechaçando uma possibilidade de greve da categoria.

"Greve ou paralisação é sempre um transtorno para cidade e é algo que a gente não deseja que aconteça princi-



Foto: Reginaldo Ipê

COLETIVO

Trabalhadores não querem perder direitos garantidos

palmente nesse momento de pandemia. Então esperamos contar com a sensibilidade

entre as partes, tanto dos rodoviários quanto dos empresários", finalizou.

Tribuna

Leão: Ferrovia, minas e usinas devem aumentar a arrecadação em 30%

O vice-governador passou ontem por Feira de Santana e falou sobre os investimentos

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

O vice-governador do estado, João Leão (PP), acredita que com a implantação da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol 1), exploração de minérios e usinas de açúcar e álcool, a receita da Bahia, atualmente em cerca de R\$51 bilhões, aumentará 30% nos próximos dez anos. A informação foi apresentada por ele na solenidade em homenagem aos 40 anos da TV Band Bahia, realizada na Câmara Municipal de Feira de Santana ontem. O gestor destacou que o objetivo do Governo Estadual é promover o desenvolvimento econômico das cidades do interior baiano para descentralizar a arrecadação

da região metropolitana, assim como ocorre no estado de São Paulo.

Leão afirmou que, após investimentos em Feira de Santana e Alagoinhas, ambos os municípios que arrecadavam cerca de 3%, passaram a contar com mais de 5% cada. Todavia, o índice ainda é pequeno, destaca. Ele aponta que existe a concentração de 87% da arrecadação em territórios que compreendem apenas 4,3% do estado (região metropolitana de Salvador, Feira de Santana e Alagoinhas). "Nós precisamos criar regiões de desenvolvimento econômico para o Estado da Bahia. Não tem sentido o sul da Bahia, que é um território onde tem Ilhéus e Itabuna, ter apenas 1,7% da receita do Estado",

critica.

Quanto aos planos do Governo do Estado, João Leão também revelou o interesse em implantar a ponte Salvador-Itaparica; duplicar a estrada que liga Nazaré a Santo Antônio de Jesus; duplicar a estrada que liga a capital baiana a Santo Antônio de Jesus, bem como, a estrada que liga este município a Luis Eduardo Magalhães. De acordo com o vice-governador, quando concluídas as obras, a receita da Bahia poderá dobrar de R\$51 bilhões para R\$102 bilhões. "Com mais 20% da ferrovia, temos R\$122 bilhões e com mais 11% das usinas de açúcar e álcool, nós vamos para R\$150 bilhões".

Na solenidade em homenagem ao aniversário de 40

anos da TV Band Bahia, o vice-governador destacou o crescimento da emissora na região. Com programas locais e forte liderança baiana, João Leão acredita que o estado poderá sediar a matriz da Rede Bandeirantes. "Pelo o que eu estou vendo, o comando da Band vem para a Bahia", analisou.

A sessão foi conduzida pelo presidente da Casa, vereador Fernando Torres. Além do vice-governador, estavam compondo a Mesa Diretora, o vice-prefeito de Feira de Santana, Fernando de Fabinho, que representava o prefeito Colbert Martins; os deputados estaduais Carlos Geilson e José de Arimateia e o diretor Norte-Nordeste da TV Band Bahia, Augusto Correia Lima.

JOÃO LEÃO acredita que com a implantação da Fiol a receita da Bahia aumentará 30% nos próximos dez anos.



Veículo: bahia.ba	
Data: 23/06/21	

bahia.ba

POLÍTICA

Publicado em 23/06/2021 às 07h37.

Senado aprova MP que aumenta a tributação sobre o lucro dos bancos

Como houve mudança no texto, a medida volta à apreciação da Câmara



Foto: Marcello Casal Jr/Agência Brasil

O plenário do Senado aprovou, no fim da noite de terça-feira (22), a **Medida Provisória (MP) 1.034/2021**, que aumenta a tributação sobre o lucro de bancos, reduz benefícios tributários da indústria química e retira isenção sobre combustíveis e derivados na Zona Franca de Manaus.

A medida também revisa a distribuição das receitas das loterias esportivas. Como os senadores fizeram mudanças no texto, a MP volta à Câmara e precisa ser concluída até o dia 28 de junho para não perder a validade.

A intenção da proposta é compensar a redução das alíquotas de impostos que incidem sobre o óleo diesel e o gás de cozinha. Na versão original, a MP abordava apenas a tributação dos bancos e da indústria química, e também continha regras que limitavam a aquisição de automóveis com redução de imposto por pessoas com deficiência.

A Câmara dos Deputados acrescentou a Zona Franca e as loterias, e o Senado removeu as mudanças para a compra de automóveis. O relator da proposta, senador **Ciro Nogueira (PP-PI)**, havia aceitado o texto feito pela Câmara, mas o plenário decidiu incorporar três emendas dos parlamentares.

O líder do governo, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), disse que o Executivo deverá vetar o trecho referente à Zona Franca, porque esse tema precisaria ser tratado através de um projeto de lei complementar. Com informações da Agência Senado.



Seguro Garantia-Safra é pago a cerca de 215 mil agricultores que aderiram ao programa

22 junho 2021



Por meio da articulação do Governo do Estado, junto ao Comitê Gestor do Programa Garantia-Safra, mais nove municípios baianos, que aderiram às safras verão e inverno 2019/2020, passaram a integrar a folha de pagamento do Programa, ainda neste mês de junho, com a liberação de recursos da ordem de R\$ 9 milhões. A ação é resultado do encaminhamento do pedido de reanálise das perdas de safra de municípios que ainda não haviam sido contemplados pelo programa, nas safras verão e inverno 2019/2020.

Devido à pandemia o pagamento está sendo realizado em parcela única de R\$ 850 por família. O seguro irá garantir as condições mínimas para o replantio, e, ao mesmo tempo, movimentar a economia dos municípios atingidos pela estiagem prolongada ou pelo excesso de chuvas.

Dessa vez, foram autorizados os pagamentos para agricultores e agricultoras dos municípios de Andorinha, Caculé, Cansanção, Mairi, Quinjigue, Santa Bárbara, Santaluz, São Domingos e Várzea da Roça. No total, 214.958 agricultores familiares baianos, de 212 municípios, tiveram o pagamento do benefício autorizado, o que representa a liberação total de recursos da ordem de R\$182,7 milhões.

A iniciativa integra a estratégia do Governo do Estado, para assegurar o acesso de agricultoras e agricultores familiares baianos às políticas públicas. É executada pela Superintendência da Agricultura Familiar (Suaf), em parceria com a Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (Bahiaater), unidades da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), e outras instituições públicas e organizações sociais. Nas safras verão e inverno 2019/2020, o Estado aportou recursos da ordem de R\$ 34,3 milhões.

O programa Garantia-Safra, coordenado pelo MAPA, é composto por contribuições dos agricultores familiares, Estados, Municípios e União. Na Bahia, o Estado assume também o pagamento de 50% do valor devido aos agricultores familiares e às prefeituras municipais.

“O Garantia-Safra vem garantindo o poder de compra às famílias beneficiárias que tiveram suas safras frustradas por escassez hídrica no Semiárido baiano. A aquisição de insumos agrícolas destinados à recomposição de plantios, bem como de alimentos, para a garantia da segurança alimentar das famílias, aquecem a economia nos diversos municípios baianos que aderiram ao programa”, destacou Vinícios Videira, gestor da SUAF/SDR.

Sobre o programa

O programa Garantia-Safra garante a segurança alimentar para agricultores familiares de municípios que sofrem por estiagem ou enchente. Podem receber o benefício os agricultores com renda mensal de até um salário mínimo e meio, quando tiverem perdas de produção, nas culturas do milho, feijão, arroz, algodão e mandioca, em seus municípios, iguais ou superiores a 50%.

O Garantia-Safra prevê o repasse de R\$ 850, divididos em cinco parcelas de R\$ 170,00. Na Bahia, o Estado assumiu o pagamento de 50% do valor devido aos agricultores e às prefeituras municipais. O Garantia-Safra é uma ação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), coordenado nacionalmente pelo Comitê Gestor do Garantia-Safra, do MAPA.

Fonte: Ascom/ SDR



Integração do RH Bahia com sistema de planejamento traz novas rotinas para equipes de RH

22 junho 2021



Foto: Divulgação/Saeb

A partir de agora, novos procedimentos serão incorporados às rotinas de lançamento na folha de pagamento do Estado em decorrência do processo de integração do sistema de gestão de pessoas do Estado, o RH Bahia, com o Sistema Corporativo Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado da Bahia (FIPLAN). As novidades foram apresentadas na tarde de segunda-feira (21), durante mais um evento virtual do Direto ao Ponto, projeto de capacitação do RH Bahia voltado para profissionais de Recursos Humanos do Estado.

Durante o evento, os técnicos da Diretoria de Recursos Humanos da Secretaria de Administração do Estado (Saeb), Tetsuya Kamei e Larissa Ramos fizeram uma apresentação comentada da Instrução Conjunta SAEB/SEPLAN/SEFAZ N°001/2021. Publicado no último dia 3 de junho, o documento estabelece novas responsabilidades dos órgãos e fluxos de procedimentos quanto aos lançamentos na folha de pagamento, como consequência da integração com o Fiplan.

A principal novidade é que, durante o lançamento das rubricas na folha de pagamento, uma funcionalidade disponível no RH Bahia, o cockpit de vantagens, irá verificar automaticamente se há inconsistências relativas a itens como dotação orçamentária, categoria e natureza da despesa. Em caso positivo, o próprio sistema emitirá mensagens de alerta, por meio de pop up, e as equipes deverão seguir as orientações presentes no anexo da Instrução Conjunta para solucionar o problema.

“É muito importante que as equipes atuem com agilidade na resolução das inconsistências apontadas pelo cockpit de vantagens, para evitar impactos na geração da folha de pagamento”, alertou o técnico Tetsuya Kamei. O técnico lembrou também, entre outras coisas, que novas dotações orçamentárias só poderão ser cadastradas no RH Bahia se elas já existirem no Fiplan. “Por isso, é fundamental a comunicação das equipes de RH com as áreas orçamentárias de suas unidades”, ressaltou Kamei.

Além de receber orientações deste tipo, os 130 profissionais de RH que participaram do evento acompanharam na prática demonstrações de lançamentos no cockpit de vantagens realizadas pelo técnico Alex Pessoa. No final, todos puderam tirar dúvidas e fazer questionamentos sobre o procedimento.

Iniciativa da Coordenação de Formação e Gestão de Usuários do RH Bahia, o projeto Direto ao Ponto promove lives com foco tanto nos aspectos operacionais do RH Bahia quanto nos processos administrativos e dispositivos legais que geram impacto nas rotinas das equipes de Recursos Humanos do Estado.

Fonte: Ascom/Saeb



Movimentação econômica de Salvador cresce 5,3% em abril de 2021

22 junho 2021



Foto: Carol Garcia/GOVBA

Em abril de 2021, o Índice de Movimentação Econômica de Salvador (IMEC-SSA) calculado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento (Seplan), expandiu 5,3%, na comparação com o mês imediatamente anterior (série com ajuste sazonal), após contabilizar retração de 7,4% em março de 2021. Essa é a segunda taxa positiva registrada pelo indicador em 2021, recuperando parte da perda registrada no mês anterior.

O mês de abril do ano corrente foi marcado pelo retorno escalonado das atividades econômicas na capital baiana. Os destaques para as aberturas dos shoppings centers, centros comerciais, comércio de rua, academias, igrejas e hotéis, enquanto, as praias, cinemas e os teatros foram mantidos as restrições.

Com isso, cinco das seis variáveis que compõe o indicador foram impactadas, com destaque para passageiros de ônibus intermunicipais (15,9%), que apontou a variação positiva mais expressiva, seguido por consumo de combustível (10,3%), depois passageiros de ônibus urbanos (9,8%), carga portuária (6,0%), e consumo energia elétrica (3,1%). Em contrapartida, apenas, os passageiros no aeroporto internacional de Salvador (-10,3%) recuaram.

Seguindo a mesma trajetória, o indicador avançou 39,7% quando comparado com o mês de abril de 2020. No primeiro quadrimestre, já acumula queda de 4,7%, acumulando nos últimos 12 meses arrefecimento de 23,9%.

Fonte: Ascom/SEI

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 22/06/21	



MERCADO MUNICIPAL DE AMARGOSA RECEBE NOVOS INVESTIMENTOS DO GOVERNO DO ESTADO



admin 22 Junho, 2021

Após a conclusão da primeira etapa da reforma, o mercado municipal de Amargosa, no Território do Vale do Jiquiriçá, receberá novos investimentos do Governo do Estado, para a segunda etapa de requalificação, beneficiando toda a população amargosense. O convênio foi firmado entre a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), por meio da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), e a prefeitura. A publicação do documento está no Diário Oficial desta terça-feira (22).

A ação é realizada com recursos do projeto Bahia Produtiva e faz parte da Campanha Viva Feira & Feira Segura, desenvolvida pela SDR/CAR, para adequar espaços e condições para a comercialização de alimentos de famílias agricultoras. Os recursos aplicados na obra de requalificação do mercado totalizam R\$ 1,3 milhão. O novo convênio é direcionado para a infraestrutura elétrica. Mas, no local já houve a reforma da estrutura, o que possibilitou a comercialização de produtos e a higienização da área, oferecendo condições sanitárias adequadas aos consumidores. Também foram entregues 100 barracas padronizadas e 100 kits de proteção individual e coletiva, com máscaras, álcool gel, avental e gorro, que foram distribuídos entre os feirantes, no sentido de combater a disseminação da Covid e outras doenças infectocontagiosas.

Os feirantes também vão contar com de cursos de capacitação, realizados em parceria com a Federação de Agricultura e Pecuária da Bahia (FAEB), por meio Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), responsável pelo treinamento e em oferecer os instrumentos e

conhecimentos técnicos necessários à manutenção do funcionamento das feiras livres dos municípios baianos. Jessica Oliveira Santos Pereira foi uma das feirantes beneficiadas: “A cobertura foi importante demais. Quando chovia, era aquele lameiro, molhava a mercadoria, a gente tinha que atender os clientes debaixo de chuva. Hoje, temos mais conforto pra vender nossos produtos e clientes satisfeitos”.

Irene Pereira de Souza conta que já trabalha na feira há mais de 30 anos: “Agora estamos no paraíso. A cobertura protege do sol e da chuva, o portão que foi colocado dá mais segurança e a gente agradece muito por essas melhorias já feitas e as que virão”. Na Bahia, no total, por meio do Viva a Feira, foram reformados e entregues à população 25 mercados, com 21.420 barracas padronizadas, e 36 estão em reforma, totalizando 61 obras e 12.460 feirantes com kits de proteção. Um investimento de R\$ 56,4 milhões.

Investimento no Vale do Jiquiriçá

No Território do Vale do Jiquiriçá, já foi entregue à população o Mercado Municipal de Itiruçu. O de Brejões está sendo reformado. Os mercados de Santa Inês e Amargosa foram reformados em uma primeira etapa e estão recebendo mais investimentos. Foram entregues 260 barracas padronizadas e 1.060 feirantes, que receberam kits de proteção individual e coletiva, foram ou serão capacitados em boas práticas de vendas e cuidados sanitários. O investimento feito no Território é de R\$ 211,9 milhões.

Veículo: Política Livre	
Data: 23/06/21	



23 de junho de 2021 | 06:54

Municípios, estados e União terão 1 milhão de cargos para livre nomeação na reforma administrativa

BRASIL

A reforma administrativa do governo Jair Bolsonaro afrouxa a regra para ocupação de cargos de confiança e fará com que municípios, estados e União tenham mais de um milhão de postos para livre nomeação —ao menos 207 mil a mais do que hoje.

O levantamento faz parte de nota técnica produzida pela Consultoria de Orçamentos Fiscalização e Controle do Senado, que questiona a flexibilização e afirma que a medida abre margem para indicações políticas.

O relator da proposta, deputado Arthur Maia (DEM-BA), se posicionou nesta terça-feira (22) contra o afrouxamento da norma e afirmou que pretende mudar o texto do governo para manter a regra vigente hoje.

“Essa questão que está sendo colocada na proposta de trazer para os cargos de chefia a condição de livre nomeação, eu me associo a todos aqueles que entendem que esse ponto deve ser modificado”, disse. “Não há razão para

favorecer o aumento da intromissão indevida da política na administração pública”.

A proposta enviada pelo governo retira da Constituição a norma que reserva a servidores efetivos a nomeação para funções de confiança e estabelece que cargos em comissão serão preenchidos por servidores em percentuais mínimos definidos em lei —hoje, o patamar é de ao menos 50%.

O texto da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) se limita a dizer que esses postos “serão destinados às atribuições estratégicas, gerenciais ou técnicas”, sem menção à necessidade de ocupação por servidores.

Na prática, a proposta propõe a eliminação das restrições constitucionais existentes hoje e permite a ocupação de cargos em comissão e funções de confiança, sem limites, por pessoas que não têm vínculo com a administração pública.

Levantamento do consultor de Orçamentos do Senado Vinicius Amaral mostra que o total de cargos e funções desse tipo existentes hoje pode ultrapassar 1 milhão. São 175 mil na União, ao menos 180 mil nos estados e pelo menos 559 mil nos municípios.

A soma desses postos totaliza 915 mil, mas os dados dos governos regionais não incluem os números das assembleias legislativas e câmaras de vereadores, o que levaria o total a mais de um milhão. Desse montante, ao menos 207 mil são hoje ocupados por servidores efetivos.

Segundo dados de 2019 do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), os governos municipal, estadual e federal reúnem 10,9 milhões de vínculos, entre servidores e postos comissionados.

A nota afirma que após eventual aprovação da reforma, os servidores ocupantes desses postos poderão ser gradativamente substituídos por pessoas sem vinculação com a administração pública.

“Tanto a doutrina jurídica quanto estudos econômicos associam a ocupação de cargos em comissão por pessoas sem vínculo com a ocorrência de corrupção. A PEC, ao ampliar as possibilidades de ocupação desses cargos e das funções de confiança por pessoas sem vínculo, tende, portanto, a fomentar a prática da corrupção na administração pública brasileira”, diz o documento.

O Ministério da Economia informou que a PEC não fala em indicações políticas em nenhum momento. Segundo a pasta, o texto prevê que mesmo para os cargos de liderança e assessoramento deverão existir critérios mínimos de acesso e que a ocupação observará regras comuns a todos os entes.

A nota do ministério diz ainda que essas normas serão definidas por lei, a ser aprovada pelo Congresso, que poderá prever critérios mais rígidos do que os atuais.

Nos bastidores, técnicos da pasta que participaram da elaboração da proposta afirmam que a ideia não é afrouxar as regras. Um membro do ministério reconhece que o resultado dependerá do que os parlamentares aprovarem ao fim do processo.

O consultor do Senado vê com preocupação esse plano, que pode deixar um vácuo jurídico sobre o tema.

“Tudo depende de quando essa lei será aprovada. A reforma administrativa de 1998 também previu leis complementares que até hoje não existem. Essa regra pode ficar simplesmente em aberto por tempo indeterminado. Enquanto

perdurar essa situação, o governo terá total liberdade para realizar essas nomeações”, afirmou.

Um exemplo similar foi a inclusão na Constituição em 1998 da regra que permite a demissão de servidores públicos por desempenho insatisfatório. Para ser colocada em prática, a medida depende de regulamentação pelos congressistas por meio de uma lei complementar.

Mais de 20 anos depois, a lei nunca foi aprovada pelo Legislativo e o governo não pode fazer demissões de servidores por esse mecanismo, apesar da previsão na Constituição.

O presidente da Fonacate (Fórum Nacional de Carreiras Típicas de Estado), Rudinei Marques, afirma que a flexibilização para nomeações é um dos mecanismos mais perigosos da PEC. Para ele, o governo é contraditório ao fazer discursos sobre meritocracia enquanto propõe uma mudança que permite colocar aliados políticos dentro da máquina pública.

“Não tem sentido o governo dizer que vai mudar agora a Constituição para depois encaminhar um projeto de lei. Não precisaria ter mexido nisso se não quisesse promover um aparelhamento sem limite”, disse.

O deputado Kim Kataguiri (DEM-SP), membro da comissão especial que debate a PEC na Câmara, afirma que dispensar servidores concursados para adotar cargos comissionados em funções técnicas “é uma imoralidade”.

“Uma coisa é cargo comissionado para função de chefia, onde o indicado orienta as políticas públicas escolhidas pela população na urna. Outra coisa é dar brecha para que toda a administração pública torne-se um cabidão de empregos”, disse. “É o trem da alegria das indicações políticas.”

O deputado Gervásio Maia (PSB-PB) considera esse um dos pontos mais delicados e graves da PEC. “O servidor de carreira não só tem o conhecimento, porque ele passou no concurso público e estudou muito para chegar até lá. Na hora em que você retira o servidor de carreira e abre para indicação política, você abre espaço para colocar pessoas que não tenham conhecimento dentro de determinado órgão.”

O deputado federal Professor Israel Batista (PV-DF), presidente da Servir Brasil (Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público), critica a medida. “Isso não é um cabide de emprego, é um guarda-roupas inteiro”, afirmou.

“Atualmente, existe uma regulação para a concessão dos cargos em comissão. Com a PEC do jeito que está não existirá tal regulamentação de modo que a administração pública corre um sério risco de se tornar um enorme espaço de apadrinhados políticos.”

Em 1998, o então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) conseguiu aprovar uma reforma administrativa para modernizar a estrutura do Estado. Entre as mudanças, foram incluídas na Constituição restrições ao uso dessas vagas de livre nomeação.

Por isso, atualmente apenas servidores públicos efetivos, aqueles que passaram por concursos públicos, podem assumir funções de confiança na administração pública. Em troca de um adicional no salário, eles recebem mais responsabilidades.

Para os cargos comissionados, a regra é dividir proporcionalmente as posições entre funcionários de carreira e indicações fora do serviço público. Esses postos têm atribuições semelhantes às funções de confiança, ou seja, geralmente envolvem o comando de uma equipe.

ENTREVISTA

Rodrigo Limp / PRESIDENTE DA ELETROBRAS

Executivo diz que crise hídrica é 'gravíssima' e que capitalização dará capacidade à empresa de aumentar oferta de energia. Ele defende a necessidade de rejuvenescer quadros e prevê menos 400 funcionários até o fim do ano

MANOEL VENTURA E BRUNO ROSA
economia@oglobo.com.br
BRUNO ROSA

Um dia depois de o Congresso aprovar a medida provisória (MP) que permite privatizar a Eletrobras, o presidente da estatal, Rodrigo Limp, disse que a capitalização permitirá à empresa dobrar sua capacidade de investimento. Em entrevista ao GLOBO, ele afirmou que a empresa investirá R\$ 200 bilhões até 2035, no momento em que o país precisa ampliar sua capacidade de geração por causa da crise hídrica —classificada por Limp como "gravíssima". Sem a capitalização, a Eletrobras só seria capaz de aportar metade desse valor, afirmou. Antes da privatização, a empresa espera reduzir seu quadro de 12 mil funcionários para 11.600, por meio de um programa de demissão voluntária.

A Eletrobras terá de enxugar custos até a privatização, prevista para fevereiro?

Vamos seguir com nossa pauta de racionalização de empresas, reduzindo de 80 SPÉs (Sociedades de Propósito Específico) para 49 SPÉs. Em termos de pessoal, temos plano de demissão consensual este ano. Devemos reduzir de um pouco mais 12 mil para 11.600. Temos expectativa de economia anual de cerca de R\$ 290 milhões. Isso vai deixar a empresa mais preparada para o avanço do processo de capitalização.

A Eletrobras vai conseguir voltar a investir depois da capitalização?

Vamos conseguir otimizar processos e ter mais agilidade para participar mais ativamente da expansão da oferta de geração e da transmissão. Vamos ganhar mais competitividade por não termos mais as amarras de uma empresa estatal. Vamos investir R\$ 200 bilhões até 2035 com a privatização. Em média, é R\$



Foco. Limp disse que grande fonte de energia da empresa é hidrelétrica, mas quer ampliar eólica, solar e nuclear

‘VAMOS INVESTIR R\$ 200 BILHÕES ATÉ 2035 COM A PRIVATIZAÇÃO’

13 bilhões por ano. Sem a capitalização, seria menos da metade, R\$ 95 bilhões. Nos últimos dois anos, investimos R\$ 3 bilhões a cada ano.

Qual é o perfil desses investimentos?

Vamos avançar nos projetos de comercialização de energia e ficar mais aderentes ao dinamismo do setor elétrico, com a ampliação do mercado livre. Mas nosso core business (negócio principal) é geração e transmissão. A grande fonte

da Eletrobras é a hidrelétrica, mas queremos diversificar com eólica, solar e nuclear.

Como ficará o investimento em energia nuclear?

Angra 3 depois da segregação vai ser controlada por uma empresa estatal. O que está se desenhando é que a Eletrobras continue sendo sócia, mas minoritária. Ainda não está definida essa participação. A nova empresa estatal vai capitalizar a Eletronuclear e assim diluir a participação da Eletrobras. Es-

sa nova estatal vai ser ainda responsável pela comercialização da energia de Itaipu.

Há risco de judicialização, já que a MP tem uma série de jabutis, pontos que não estão ligados à privatização da Eletrobras?

Já ouvimos que vão entrar na Justiça contra a MP. Mas o Judiciário vai fazer a avaliação. Não vejo motivo para suspender. O que foi incluído na MP estava dentro da legitimidade do Congresso e temos ainda que esperar a sanção do

projeto pelo Poder Executivo.

Muitas associações no setor começaram a falar que o custo da privatização da Eletrobras ia ser muito alto para sociedade. Vai ser um custo alto demais?

Não vejo o saldo da MP gerando aumento do custo para o consumidor. Ao contrário. E também pelo fato de ter uma Eletrobras competitiva, a maior do setor com capacidade de investimento, participando ativamente da expansão da geração. Isso, sem dúvida, traz

benefícios positivos.

A capitalização será feita nas bolsas de Nova York, São Paulo e Madri?

Isso ainda vai ser avaliado, mas, a princípio, tem uma probabilidade razoável de que isso aconteça. Pelo menos na Bolsa de Nova York, mas não há definição ainda.

AMP aprovada proíbe a Eletrobras de mudar sedes por dez anos. Isso tira um pouco a atratividade da empresa?

Naturalmente, você tira uma flexibilidade do novo gestor, mas não vejo com grandes preocupações. No nosso planejamento não há menção para incorporação, fusão ou mudança de sede das empresas.

A privatização da Eletrobras pode se dar no contexto de crise hídrica. Como a empresa pode contribuir?

De fato, a gente enfrenta uma gravíssima crise hídrica, a mais grave dos últimos 91 anos. Mas vejo hoje o Ministério de Minas Energia, o governo federal muito estruturado, tomando as ações necessárias. E a Eletrobras vai ser fundamental, pois é responsável por 30% da geração e 45% da transmissão.

A gente viu muitos funcionários contra o projeto. Qual o plano para lidar com essa insatisfação?

É natural que mudanças como as que caminham para acontecer na Eletrobras gerem incertezas. É normal. Vamos reforçar a comunicação com os empregados no sentido de total transparência da diretoria. O grande processo de redução de funcionários da Eletrobras já aconteceu. A Eletrobras saiu de 24 mil funcionários para 12 mil. O grande desafio da Eletrobras não é reduzir pessoal. Temos sim necessidade de rejuvenescer quadros. O último concurso da holding foi em 2010. É claro que alterações pontuais, ajustes, poderão ser feitos dependendo da nova gestão.

Lira diz que haverá racionamento, mas volta atrás

Presidente da Câmara afirma que Bento Albuquerque falou em 'período educativo' para país economizar energia, mas depois esclarece que redução de consumo será voluntária. País terá nova estatal este ano para abrigar Itaipu e usinas nucleares

ELIANE OLIVEIRA
E MANOEL VENTURA
economia@oglobo.com.br
BRASILIA

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse que o Brasil vai ter que passar por um racionamento de energia para evitar um apagão decorrente da crise hídrica. Segundo Lira, o assunto foi debatido em reunião semana passada com o ministro de Minas e Energia (MME), Bento Albuquerque. O parlamentar afirmou que a medida deve ser "educativa".

—O ministro Bento esteve comigo fazendo uma análise do cenário e garantiu que não vamos ter nenhum tipo de problema de apagão, mas vamos ter que ter um período

educativo de algum racionamento, para não ter nenhum tipo de crise maior — afirmou o deputado, após cerimônia no Palácio do Planalto.

O país passa por uma crise histórica por causa da falta de chuvas, que levou o nível de reservatórios estratégicos para a geração em usinas hidrelétricas a patamares críticos.

R\$ 4 BI PARA ESTATAL

O cenário fez o governo recorrer a outras fontes para manter a geração energética, principalmente o acionamento de usinas termelétricas, mais caras e poluentes.

Integrantes do MME descartam o risco de racionamento neste ano. Para técnicos da pasta, Lira confundiu o con-

ceito de economia de energia e incentivos para cumprir esse objetivo com o de racionamento. Na semana passada, quando Lira falou sobre o assunto, técnicos do MME chegaram a procurar deputados para explicar as diferenças.

Após a declaração, Lira disse em uma rede social que conversou novamente com Bento Albuquerque, que disse que a medida provisória (MP) em elaboração para lidar com a crise hídrica não vai prever racionamento de energia. "Falei há pouco com o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, que esclareceu que a Medida Provisória não irá trazer qualquer comando relativo ao racionamento de energia. Será

feito o incentivo ao uso eficiente da energia pelos consumidores de maneira voluntária", escreveu o deputado.

Também ontem, o parlamentar disse que a MP que autoriza a privatização da Eletrobras deve ser sancionada sem vetos pelo presidente Jair Bolsonaro.

A venda da companhia levará o governo a criar uma nova estatal. A medida será necessária para abrigar a hidrelétrica de Itaipu e as usinas nucleares de Angra, que não podem ser privatizadas por impedimento constitucional. Ontem, em entrevista coletiva, o secretário de Desestatização do Ministério da Economia, Diogo MacCord, disse que a nova companhia será

criada neste ano. Já há um Orçamento de R\$ 4 bilhões previstos para esse fim.

—Vai ser criada ainda neste ano. Ela nasce como estatal não dependente do Tesouro Nacional — afirmou.

SABATINA DE DIRETORES

Esta será a segunda estatal criada no governo de Jair Bolsonaro. A primeira foi a NAV, responsável pelo controle do espaço aéreo, atribuição que antes estava com a Infraero.

O Ministério da Economia admitiu, em nota, ter saído derrotado em cinco pontos com a aprovação da MP. O primeiro foi uma redução de R\$ 5 bilhões na arrecadação. Também fala na necessidade de destinar R\$ 1 bilhão à navega-

bilidade dos rios Madeira e Tocantins. Além disso, o governo reclama da fixação de contratações em lei e da necessidade de sabatina de diretores do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). O governo diz ser inconstitucional a obrigação de abrigar funcionários demitidos da Eletrobras em outras estatais. Por isso, esse trecho deve ser vetado.

A pasta trata como derrota uma mudança feita pelos deputados. A Câmara voltou com a forma de cálculo que prevê valor mais alto para a renovação dos contratos do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (Proinfa). O modelo funciona como subsídio aos detentores destes contratos.

Governo estuda elevar faixa de isenção do IR para R\$ 3 mil em 2023

Aumento se daria em duas etapas, subindo para pouco menos de R\$ 2.500 em 2022. Solução reduziria impacto na arrecadação

GERALDA DOCA
geralda.docca@o Globo.com.br
BRASILIA

A equipe econômica avalia elevar a faixa de isenção do Imposto de Renda (IR) para pessoa física de forma gradual, em dois anos. Segundo fontes a par do assunto, o limite de R\$ 1.900 subiria para pouco menos de R\$ 2.500 em 2022 e para R\$ 3 mil em 2023. A solução teria como objetivo reduzir o impacto da renúncia fiscal na arrecadação até que a atividade econômica se recupere.

Ao aumentar a faixa de isenção do IR, o presidente Jair Bolsonaro fará um gesto político para as pessoas de baixa renda, de olho nas eleições de 2022. O plano seria contemplar também a classe média, com a ampliação das faixas de tributação (de 7,5%, 15%, 22,5% e 27,5%). Não faz parte da proposta, segundo técnicos da Economia, acabar com as deduções dos contribuintes com saúde e educação.

Na campanha eleitoral de 2018, Bolsonaro chegou a defender ampliar o limite para R\$ 5 mil. Hoje, estão li-

vres do tributo rendimentos até R\$ 1.903,98.

Elevar de uma só vez a faixa de isenção para R\$ 3 mil teria impacto nas contas públicas de 2022 na ordem de R\$ 30 bilhões. A reforma em duas etapas diluiria esse efeito sobre o caixa da União. Os detalhes da medida ainda não foram finalizados, mas fontes a par das negociações afirmaram que a mudança em fases é uma das ideias em debate.

TAXAÇÃO DE DIVIDENDOS

Nesse cenário, as medidas para compensar a perda de arrecadação prevista com o alívio no IR também seriam feitas de forma escalonada. A principal delas seria a taxa de dividendos, que hoje são isentos.

A tributação sobre esses ganhos passaria a ser de 15% no ano que vem e de 20% em 2023. Para ajudar a quebrar a resistência à cobrança, haveria uma faixa de isenção entre R\$ 20 mil e R\$ 25 mil em dividendos distribuídos por mês.

Também faria parte do projeto o fim da isenção sobre os

chamados Juros sobre Capital Próprio (JCP), uma das formas utilizadas pelas empresas para remunerar investidores. Na prática, o mecanismo funciona como uma distribuição de dividendos, mas tem uma diferença contábil e fiscal que beneficia as empresas e seus acionistas.

Em contrapartida, seria reduzida a cobrança do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), que incide sobre as empresas. A alíquota do tributo seria reduzida em cinco pontos percentuais, também em um período de dois anos.

Os estudos foram apresentados a líderes do governo há alguns dias, mas ainda dependem da decisão de Bolsonaro para avançar.

O pacote enfrenta um impasse, disse um técnico envolvido nas discussões. Há resistências em relação às fontes de compensação que podem resultar em aumento de carga para as empresas.

A tabela do IR está congelada desde 2015 e, caso a faixa de isenção suba para R\$ 2.400, o governo estará re-



Mudanças no IR. Não faz parte da proposta, segundo técnicos, acabar com as deduções com saúde e educação

pondo parte da inflação acumulada no período, de 28%. O aumento representaria uma reposição de 26,3%.

DE OLHO NA REFORMA

A equipe econômica quer ainda reduzir a progressão do IR nas aplicações em renda fixa — que hoje variam entre 15% e 22,5% de acordo com o prazo em que o dinheiro fica aplicado — para 15%. Mas ampliando a taxa de investimentos atualmente isentos, como Letras de Crédito Imobiliário (LCIs) e Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs). A ideia enfrenta resistência do Ministério da Agricultura, já que LCAs e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs) ajudam a financiar atividades no campo.

A proposta prevê que a medida valha apenas para novas aplicações. Investimentos em LCI e LCA já realizados não seriam afetados.

A alteração na tabela do IR faz parte do esforço do governo em aprovar a reforma tributária fatiada. Como contrapartida, o Congresso aprovaria o projeto já encaminhado pelo Executivo que unifica PIS e Confins, criando a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

Para o economista e ex-secretário da Receita Federal Marcos Cintra, a taxa de dividendos vai enfrentar resistência dos setores empresarial e financeiro. Na visão dele, a medida prejudica a capacidade de investimento e a geração de empregos, “embora a correção na faixa de isenção seja

politicamente aceitável”.

— A tributação sobre dividendos desestimula as empresas a distribuírem dividendos, que é uma coisa muito saudável na economia, importante para o crescimento do mercado de capitais. Você pode criar estímulos à distribuição disfarçada de lucros, que era um grande problema para a Receita no passado. Com a tributação de juros sobre o capital próprio, você vai estimular o endividamento — destacou Cintra.

Para o tributarista Ilan Gorin, a taxa de dividendos e o fim da permissão de dedução de juros pagos ao acionista vão resultar em aumento de carga tributária, mesmo que haja algum alívio no IR pago pelas empresas.

Relator promete alterar regra para cargos em comissão

Pela reforma administrativa, governo nomearia 90 mil postos livremente. Texto deve ser votado em agosto



ALTON DE FREITAS/7-2-2018

Novo formato. Arthur Maia diz que vai modificar ponto ou manter como é hoje

FERNANDA TRISOTTO
E JUSSARA SOARES
economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA

O relator da reforma administrativa na Comissão Especial da Câmara, deputado Arthur Maia (DEM-BA), afirmou ontem que vai modificar um ponto da proposta original do governo que flexibiliza as regras para preenchimento de cargos em comissão, ocupados livremente por indicação, sem a necessidade de concurso público. A expectativa é que o texto seja votado no plenário da Casa ainda na primeira quinzena de agosto, segundo o líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR).

O texto apresentado ano passado pelo Executivo prevê a extinção dos atuais cargos comissionados e funções gratificadas. Esses instrumentos de contratação seriam substituídos por cargos de liderança e assessoramento. Na prática, as mudanças

são alvo de críticas porque podem aumentar o número de vagas à disposição do presidente da República, como mostrou ontem a colunista Míriam Leitão no GLOBO.

Hoje, o Executivo federal tem 90 mil cargos em comissão e funções de confiança em seu quadro de pessoal. Essas posições são preenchidas sem necessidade de concurso público, mas há vários critérios que restringem a possibilidade de livre nomeação. Desse total, cerca de 70 mil correspondem a funções de confiança, que só podem ser exercidas por servidores de carreira.

MINISTÉRIO NEGA INDICAÇÕES

Dos 20 mil cargos em comissão restantes, também há uma reserva de cerca de 14 mil que precisam ser ocupados por servidores. Os demais 6 mil são de livre nomeação. Com o novo formato previsto pela reforma, todos os 90 mil cargos poderiam ser livremente preenchidos.

Segundo o relator, a ideia é reverter essas mudanças.

—O nosso relatório irá modificar esse ponto ou manter como é hoje: separando cargos de chefia de cargos em comissão, e deixando para aqueles que são da carreira, que são pessoas concursadas a elaboração de estratégias, de funções técnicas, e para os cargos em comissão apenas a possibilidade de assessoramento — declarou o deputado, durante a primeira audiência pública da Comissão Especial.

Quando propôs extinguir os cargos comissionados e funções gratificadas gradativamente para substituir pelos novos cargos de liderança e assessoramento, o governo não definiu a quantidade de cargos para livre nomeação.

Em nota, o Ministério da Economia negou que a medida facilite indicações políticas.

“Em nenhum momento a PEC nº 32/2020 (reforma administrativa) fala em indicações políticas. Ao contrário: o texto prevê expressamente que mesmo para os cargos de liderança e assessoramento deverão existir critérios mínimos de acesso (art. 37, § 18) e que a ocupação desses cargos observará regras mínimas comuns a todos os entes e Poderes (art. 39)”, diz a nota.

A pasta acrescenta que as medidas serão regulamentadas por lei, após a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC).

Essa lei complementar, que não foi apresentada, traria percentuais mínimos que seriam preenchidos por servidores de carreira e quantos cargos seriam providos, obrigatoriamente, por processo seletivo simplificado. Esse detalhamento não foi incluído na proposta do governo encaminhada ao Congresso por não se tratar de matéria constitucional.

Analistas já preveem crescimento do PIB de até 5,8%

Com melhora da atividade econômica e antecipação da campanha de vacinação contra a Covid-19, estimativas para este ano são revisadas para cima. Crise hídrica, custos de produção elevados e desemprego alto, contudo, são riscos à retomada

CAROLINA NALEN
carolina.nalen@folha.com.br

A melhora da atividade econômica e o avanço da campanha de vacinação contra a Covid-19 têm levado analistas a revisar para cima as projeções de crescimento da economia para este ano. O otimismo com a retomada é baseado na premissa de que a maior oferta de imunizantes possibilitará o cumprimento das expectativas de que toda a população adulta esteja vacinada no início do quarto trimestre.

O resultado previsto deverá ser o retorno mais rápido que o esperado anteriormente das atividades presenciais, como as do setor de serviços prestados às famílias, muito afetados pelas restrições de mobilidade necessárias para conter a pandemia. A expectativa, contudo, ainda é modulada por uma série de incertezas. O possível impacto da crise hídrica na atividade, os custos de produção ainda elevados, além de inflação e desemprego em patamares altos, podem dificultar a retomada.

Entre as mais otimistas, a Genial Investimentos revisou sua previsão de crescimento do PIB neste ano de 4,3% para 5,8%. José Márcio Camargo, economista-chefe da corretora, lembra que,

além do aumento da taxa de investimentos — que impulsionou a alta da atividade no primeiro trimestre e pode indicar uma retomada mais sustentável da economia ao torná-la atraente ao capital privado — o setor de serviços tende a se recuperar de forma mais robusta com a aceleração do ritmo de vacinação.

— Era esperado um aumento na oferta de vacinas quando os Estados Unidos, principalmente, já tivessem grande parte da população vacinada, permitindo que o processo de imunização avançasse em outros países. A hora que o setor de serviços voltar a funcionar a pleno vapor, a demanda será muito rápida e forte, e o desemprego deve começar a cair, com a geração de postos de trabalho informais — afirma o economista.

ALTA ATÉ O FIM DO ANO

Para ele, neste ano, a crise hídrica deve afetar somente o custo da energia e as expectativas de inflação. Já em 2022, há um risco de racionamento que não pode ser descartado.

— Se continuarmos com o problema hídrico e tivermos racionamento no ano que vem, isso reduzirá o crescimento do PIB. Vamos ter que olhar com muito cuidado — diz Camargo, que prevê crescimento de 2,5% em 2022.



Posto de vacinação. Imunização mais rápida que o previsto deve permitir o retorno das atividades presenciais

Julia Gottlieb, economista do Itaú Unibanco, explica que a projeção de crescimento da economia foi revisada de 5% para 5,5% após a alta de 1,2% do PIB no primeiro trimestre. Entre os fatores, estão o avanço da vacinação, a normalização da taxa de poupança (beneficiando o consumo) e o contínuo processo de crescimento da economia global:

— O PIB continuará crescendo no segundo, terceiro e quarto trimestres. Alguns setores, em particular os mais sensíveis às restrições, como

bares, restaurantes, hotéis e também os serviços de administração e educação pública, ainda estão em níveis deprimidos. Eles são cerca de 30% do PIB e tendem a se recuperar nos próximos trimestres, à medida que a vacinação permitir maior mobilidade.

A projeção da XP Investimentos para o PIB também foi revisada para cima, passando de 4,1% para 5,2% para este ano. Caio Megale, economista-chefe da corretora, explica que já considerava a aceleração da vacina-

ção no segundo semestre, mas o ganho de robustez neste processo pode levar a uma retomada mais rápida dos serviços, setor que mais emprega na economia:

— A antecipação do calendário ajuda um pouco, por que tem setores que ainda estão fechados. Nos Estados Unidos, onde a população já está mais vacinada, os estádios estão cheios e os restaurantes, com dificuldades de contratar. Este fim de semana houve excesso de demanda por voos domésticos, e as

empresas colocariam mais voos, só que não tinham pessoal para trabalhar.

IMPULSO AO CONSUMO

Megale acredita que o mesmo acontecerá no Brasil:

— O crescimento do segundo semestre será mais puxado pelo setor de serviços e vamos ver uma melhora do desemprego, sendo um impulso adicional para o consumo.

A gestora Armor Capital também revisou a projeção de PIB para 2021, de 4,5% para 5,5%. Andrea Damico, economista-chefe da empresa, explica que a resiliência da atividade econômica foi o que mais influenciou a revisão, já que o avanço do calendário de vacinação é ainda recente para pesar nas estimativas:

— Pode até ajudar um pouco, mas vejo que o principal fator foi a resiliência da economia diante da segunda onda (de Covid-19) e da ausência do auxílio no primeiro trimestre.

Por outro lado, alguns riscos importantes permanecem no radar, afirma Andrea:

— Sem dúvida, a crise hídrica ainda é um risco grande. Por ora, vemos mais impacto sobre os preços, mas há o risco de racionamento. Além disso, há os problemas das cadeias produtivas com a falta de insumos, que é uma questão global.

Veículo: Estadão	
Data: 23/06/21	



Melhora das projeções para relação dívida/PIB é um indicador da consolidação fiscal

Será que precisamos recorrer a um passado não tão distante para nos lembrarmos de que inflação alta não embute consolidação fiscal?

Adolfo Sachsida*, O Estado de S.Paulo

23 de junho de 2021 | 04h00

Em primeiro lugar, deve-se deixar claro que a [inflação](#) é um processo deletério para o bem-estar de toda a sociedade, pois torna o ambiente de negócios menos previsível, aumenta os custos informacionais, eleva o risco país, piora a qualidade do investimento ao dificultar o correto cálculo econômico de projetos e agrava a desigualdade de renda e a pobreza.

Em segundo lugar, ressalta-se que o [Brasil](#) é, talvez, o único país que aprovou medidas legislativas e constitucionais visando a controlar o gasto público durante o processo pandêmico. Por óbvio, recursos à saúde e à compra de vacinas sempre foram plenamente disponibilizados.

Em terceiro lugar, a política econômica do governo tem se norteado pelo binômio consolidação fiscal e reformas para aumento da produtividade, que são pilares para o crescimento econômico sustentável de longo prazo. No momento atual, inclui-se, também, a necessidade de vacinação em massa da população como norte de política econômica.



**Manutenção do teto de gastos, num cenário de forte pressão fiscal, representa uma vitória tão grande ou até maior do que a sua aprovação.
Foto: José Cruz/Agência Brasil**

Um dos principais indicadores da consolidação fiscal é a recente melhora das projeções para a relação dívida/[PIB](#), que pode ficar abaixo de 84% ao fim deste ano. O papel da inflação sobre essa

melhora tem sido motivo de debate entre os analistas. Está correto que, no curtíssimo prazo, a inflação mantém inalterada parcela expressiva da despesa nominal, mas eleva a receita nominal do governo. Isso melhora o resultado primário. Além disso, a inflação eleva também o PIB nominal.

Por outro lado, a indexação decorrente da inflação e a pressão por aumento de gastos públicos rapidamente corroem qualquer efeito positivo da inflação sobre o processo de consolidação fiscal. Efeitos inflacionários em curto espaço de tempo afetam negativamente o PIB e os custos de rolagem da dívida, piorando assim a própria relação dívida/PIB.

De todo modo, é preciso destacar que as diversas medidas de consolidação fiscal postas em prática pelo governo desde 2019 desempenham papel fundamental na redução do endividamento do País. A [reforma da Previdência](#) foi apenas a mais visível delas. A manutenção do teto de gastos, num cenário de forte pressão fiscal, representa uma vitória tão grande ou até maior do que a sua aprovação.

Além disso, mesmo durante a pandemia, um novo marco fiscal foi aprovado com um conjunto de leis complementares. A LC 173 impediu o aumento de salário para funcionários públicos em 2020 e 2021; a 176 resolveu o passivo da [Lei Kandir](#); a 178

estabeleceu gatilhos para estados e municípios e melhorias na LRF; a emenda constitucional 109 – a PEC Emergencial – desvinculou recursos de fundos, que puderam assim aumentar a reserva de liquidez para o pagamento da dívida, e trouxe mecanismos de controle de gastos para a União, Estados e municípios, entre outros avanços. No conjunto, essas medidas refletem a preocupação com a estabilização da relação dívida/PIB e a consequente consolidação fiscal.

Pelo lado monetário, resoluções do Conselho Monetário Nacional reduziram consistentemente a meta de inflação para 2022 e 2023, e políticas monetária e fiscal coerentes com esse ajuste foram implementadas. Como resultado, a inflação, ainda que esteja momentaneamente acima da meta, deve convergir para ela. A expectativa de inflação está ancorada, o que rechaça qualquer possibilidade de processo inflacionário e reafirma que a estratégia de obter equilíbrio fiscal por meio de ajustes nos gastos estruturais é crível. As expectativas de inflação ancoradas mesmo em cenário adverso, o risco país em patamares mais baixos do que em períodos similares de crise e as taxas de juros aquém da média histórica refletem um amplo esforço do governo para aprimorar e manter sólidos os fundamentos econômicos.

Em resumo, a trajetória sustentável da relação dívida/PIB reflete muito mais uma orientação de política econômica do que uma transitória alta inflacionária. Ou será que precisamos recorrer a um passado não tão distante para nos lembrarmos de que inflação alta não embute consolidação fiscal?

mercado

Reforma abre espaço para nomeação livre de 1 milhão de cargos

Consultor diz que afrouxamento de regra cria margem para indicações políticas; relator afirma que mudará texto

Bernardo Caram e Danielle Brant

BRASÍLIA A reforma administrativa do governo Jair Bolsonaro afrouxa a regra para ocupação de cargos de confiança e fará com que municípios, estados e União tenham mais de 1 milhão de postos para livre nomeação —ao menos 207 mil a mais do que hoje.

O levantamento faz parte de nota técnica produzida pela Consultoria de Orçamentos Fiscalização e Controle do Senado, que questiona a flexibilização e afirma que a medida abre margem para indicações políticas.

O relator da proposta, deputado Arthur Maia (DEM-BA), se posicionou nesta terça (22) contra o afrouxamento da norma e disse que pretende mudar o texto do governo para manter a regra vigente hoje.

"Essa questão que está sendo colocada na proposta de trazer para os cargos de chefia a condição de livre nomeação, eu me associo a todos aqueles que entendem que esse ponto deve ser modificado", disse. "Não há razão para favorecer o aumento da intromissão indevida da política na administração pública".

A proposta enviada pelo governo retira da Constituição a norma que reserva a servidores efetivos a nomeação para funções de confiança e estabelece que cargos em comissão serão preenchidos por servidores em percentuais mínimos definidos em lei —hoje, o patamar é de ao menos 50%.

O texto da PEC (proposta de emenda à Constituição) se limita a dizer que esses postos "serão destinados às atribuições estratégicas, gerenciais ou técnicas", sem menção à necessidade de ocupação por servidores.

Na prática, a proposta propõe a eliminação das restrições constitucionais e permite a ocupação de cargos em comissão e funções de confiança, sem limites, por pessoas que não têm vínculo com a administração pública.

Levantamento do consultor

de Orçamentos do Senado Vinicius Amaral mostra que o total de cargos e funções desse tipo existentes hoje pode ultrapassar 1 milhão. São 175 mil na União, ao menos 180 mil nos estados e pelo menos 559 mil nos municípios.

A soma desses postos totaliza 915 mil, mas os dados dos governos regionais não incluem os números das Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores, o que levaria o total a mais de 1 milhão. Desse montante, ao menos 207 mil são hoje ocupados por servidores efetivos.

Segundo dados de 2019 do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), os governos municipal, estadual e federal reúnem 10,9 milhões de vínculos, entre servidores e postos comissionados.

A nota afirma que, após eventual aprovação da reforma, os servidores ocupantes desses postos poderão ser gradativamente substituídos por pessoas sem vinculação com a administração pública.

"Tanto a doutrina jurídica quanto estudos econômicos associam a ocupação de cargos em comissão por pessoas sem vínculo com a ocorrência de corrupção. A PEC, ao ampliar as possibilidades de ocupação desses cargos e das funções de confiança por pessoas sem vínculo, tende, portanto, a fomentar a prática da corrupção na administração pública brasileira", diz o documento.

O Ministério da Economia informou que a PEC não fala

em indicações políticas em nenhum momento. Segundo a pasta, o texto prevê que mesmo para os cargos de liderança e assessoramento deverão existir critérios mínimos de acesso e que a ocupação observará regras comuns a todos os entes.

A nota do ministério diz ainda que essas normas serão definidas por lei, a ser aprovada pelo Congresso, que poderá prever critérios mais rígidos do que os atuais.

Nos bastidores, técnicos da pasta que participaram da elaboração da proposta afirmam que a ideia não é afrouxar as regras. Um membro do ministério reconhece que o resultado dependerá do que os parlamentares aprovarem ao fim do processo.

O consultor do Senado vê com preocupação esse plano, que pode deixar um vácuo jurídico sobre o tema.

"Tudo depende de quando essa lei será aprovada. A reforma administrativa de 1998 também previu leis complementares que até hoje não existem. Essa regra pode ficar simplesmente em aberto por tempo indeterminado. Enquanto perdurar essa situação, o governo terá total liberdade para realizar essas nomeações", afirmou.

Um exemplo similar foi a inclusão na Constituição em 1998 da regra que permite a demissão de servidores públicos por desempenho insatisfatório. Para ser colocada em prática, a medida depende de regulamentação pelos congressistas por meio de uma lei complementar.

Mais de 20 anos depois, a lei nunca foi aprovada pelo Legislativo e o governo não pode fazer demissões de servidores por esse mecanismo, apesar da previsão na Constituição.

O presidente da Fonacate (Fórum Nacional de Carreiras Típicas de Estado), Rudnei Marques, afirma que a flexibilização para nomeações é um dos mecanismos mais perigosos da PEC. Para ele, o governo é contraditório ao fazer discursos sobre merito-



O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e o presidente Jair Bolsonaro na cerimônia de lançamento do Plano Safra 2021/22 (leia texto na pág. A18) Pedro Ladeira/Folhapress

Postos de confiança podem ultrapassar 1 milhão nas três esferas de governo

Como é hoje

Em milhares

	União	Estados e DF	Municípios
Total	174,9	Ao menos 180,7	Ao menos 559,6
Executivo	90,2	Ao menos 108,4	Ao menos 559,6
Legislativo	19,3	Indefinido	Indefinido
Judiciário	65,4	72,3	-

Total geral

Ao menos 915,3

Desse total, 207,3 mil são ocupados exclusivamente por servidores

Como ficaria

• Eventual aprovação da PEC permitiria livre nomeação para todos os postos

• Pessoas sem ligação com a administração pública poderiam ser indicadas a pelo menos 915,3 mil cargos e funções, 207,3 mil a mais do que hoje

• O total deve ultrapassar 1 milhão ao serem incluídos dados dos legislativos regionais

As mudanças na Constituição

Variações nas regras para o exercício de cargos de confiança

Como era antes de 1998

Os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstos em lei

Como ficou a partir de 1998

As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento

Como o governo quer

Os cargos de liderança e assessoramento serão destinados às atribuições estratégicas, gerenciais ou técnicas

Fonte: Nota Técnica 69/2021, Consultoria de Orçamentos do Senado

cracia enquanto propõe uma mudança que permite colocar aliados políticos dentro da máquina pública.

"Não tem sentido o governo dizer que vai mudar agora a Constituição para depois encaminhar um projeto de lei. Não precisaria ter mexido nisso se não quisesse promover um aparelhamento sem limite".

O deputado Kim Kataguirí (DEM-SP), membro da comissão especial que debate a PEC na Câmara, afirma que dispensar servidores concursados para adotar cargos comissionados em funções técnicas "é uma imoralidade".

"Uma coisa é cargo comissionado para função de chefia, onde o indicado orienta as políticas públicas escolhidas pela população na urna. Outra coisa é dar brecha para que toda a administração pública torne-se um cabidão de empregos", disse. "É o trem da alegria das indicações políticas".

Em 1998, o então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) conseguiu aprovar uma reforma administrativa para modernizar a estrutura do Estado. Entre as mudanças, foram incluídas na Constituição restrições ao uso dessas vagas de livre nomeação.

Por isso, atualmente apenas servidores públicos efetivos, aqueles que passaram por concursos públicos, podem assumir funções de confiança na administração pública. Em troca de um adicional no salário, eles recebem mais responsabilidades.

Para os cargos comissionados, a regra é dividir proporcionalmente as posições entre funcionários de carreira e indicações fora do serviço público. Esses postos têm atribuições semelhantes às funções de confiança, ou seja, geralmente envolvem o comando de uma equipe.

“É o trem da alegria das indicações políticas”

Kim Kataguirí (DEM-SP) membro da comissão especial que debate a PEC da reforma administrativa na Câmara

Mudança do IR não cumpre promessa eleitoral de Bolsonaro

Bernardo Caram e Danielle Brant

BRASÍLIA O governo está finalizando a proposta de reforma do IR (Imposto de Renda), com previsão de envio do texto ao Congresso ainda nesta semana. Em um dos principais eixos da medida, não deve ser cumprida a promessa eleitoral do presidente Jair Bolsonaro de aumentar a faixa de isenção para rendas de até cinco salários mínimos.

De acordo com um membro do Ministério da Economia, a pasta está em negociação final com Bolsonaro, mas o modelo ainda não havia sido batido até o início da tarde desta terça-feira (22).

Segundo relato, o Planalto ainda pressionava por alterações que inviabilizariam a conta da reforma. Entre os pontos de discordância, auxílios do presidente estariam pressionando contra a taxa de investimentos hoje isentos.

Durante a campanha eleitoral de 2018, Bolsonaro afirmou que Paulo Guedes, seu então assessor econômico, havia formulado proposta

de reforma do IR com isenção para rendas de até cinco salários mínimos (R\$ 4.770 em valor da época, ou R\$ 5.500 hoje) e cobrança de 20% sobre todas as outras rendas.

A proposta finalizada agora, com Guedes no posto de ministro da Economia, pode não chegar à metade do valor prometido. Os cálculos mais recentes da equipe do ministro apontavam para um aumento da faixa de isenção dos atuais R\$ 1.903,98 para R\$ 2.400 —o presidente ainda tentava uma ampliação desse valor.

Opotamar também é menor que o apresentado por Bolsonaro no início do ano, quando afirmou que tentaria ampliar a faixa para R\$ 3.000 em 2022. Na ocasião, ele argumentou que não conseguiria por causa da pandemia, que aumentou muito o endividamento do governo.

A reestruturação do IR será a segunda etapa da reforma tributária do governo. De acordo com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o governo prevê a apresen-

tação da proposta para esta quarta-feira (23).

A primeira fase da reforma, que unifica PIS e Cofins para criar a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), está no Congresso sem previsão de votação.

O plano de Guedes para o IR da pessoa física deve mudar apenas a faixa de isenção, sem alteração nas alíquotas existentes hoje, que variam de 7,5% a 27,5%.

Além disso, Guedes quer reduzir e unificar em 15% cobranças sobre investimentos em renda fixa, hoje regidos por uma tabela regressiva que vai de 22,5% a 15%, a depender do tempo de aplicação. Os detalhes da reestruturação já haviam sido antecipados à Folha pelo ministro.

Para ampliar a arrecadação, a ideia é acabar com a isenção de produtos financeiros como LCI (Letra de Crédito Imobiliário), LCA (Letra de Crédito do Agronegócio), CR (Certificado de Recebíveis Imobiliários) e CRA (Certificado de Recebíveis Agrícolas). Este será um dos pontos de pressão contrária vinda do Planalto.

A reforma do IR em avaliação pelo governo

- **Amplia faixa de isenção do IR** para pessoa física. Equipe econômica definiu aumento de R\$ 1.903,98 para **R\$ 2.400**. Planalto quer valor maior.
- **Reduz e unifica em 15%** cobranças sobre investimentos em renda fixa, hoje regidos por tabela regressiva que vai de 22,5% a 15%.
- **Acaba com isenção** de produtos financeiros como **LCI, LCA, CRI e CRA**.
- Amplia de zero para **20%** a taxa sobre distribuição de dividendos. Governo avalia manter isenção para ganhos de até R\$ 20 mil por mês.
- **Extingue** o mecanismo do JCP (**Juros sobre Capital Próprio**), usado pelas empresas para distribuir recursos aos acionistas.
- **Reduz IR de pessoa jurídica** de 25% para 20% em dois anos.

O pacote do ministro também prevê criação de tributo sobre a distribuição de dividendos, hoje isenta e que passaria a ser taxada em 20%. Nesse ponto, também houve pressão da ala política e o governo avalia criar uma faixa de isenção para ganhos de até R\$ 20 mil por mês.

Ainda na tributação sobre empresas, o plano prevê um corte de cinco pontos percentuais na taxa de IR de pessoas jurídicas. O patamar cairia de 25% para 20% em um período de dois anos.

O governo deve propor ainda a extinção do mecanismo de JCP (Juros sobre Capital Próprio), outra forma de distribuição de recursos aos acionistas.

As regras de aplicação das mudanças, em caso de aprovação da proposta, são variáveis e muitas vezes têm interpretações divergentes. Em geral, aumentos de tributos só passam a valer no ano seguinte à aprovação da mudança. Para reduções, a regra não se aplica.

Para as mudanças no IR da pessoa física, como a ampliação da faixa de isenção, a norma deve valer a partir de 2022,

caso o projeto seja aprovado ainda em 2021. Isso porque o imposto já está sendo recolhido neste ano sob a tabela atual.

Para o fim da isenção sobre dividendos, LCI, LCA, CRI e CRA, técnicos afirmam que o início da cobrança poderá ser feito imediatamente após a aprovação do texto porque essa taxa já existia e depois houve a isenção. Nesses casos, a regra não valeria para investimentos anteriores, mas apenas para aplicações feitas após a aprovação da medida.

Em outra frente, o Senado vota nesta quinta (24) projeto do senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) que realça o prazo de adesão ao Pert (Programa Especial de Regularização Tributária), que permite renegociar dívidas com descontos.

A ideia do texto se assemelha à proposta de passaporte tributário anunciada pelo governo e ainda não enviada. No entanto, o objetivo do plano do governo era conceder benefícios apenas a empresas em dificuldade, e não a todas as pessoas e companhias interessadas, como define o projeto que está no Senado.

Próximos passos para privatização da Eletrobras

- 1 Medida provisória segue para sanção presidencial
- 2 Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) define modelagem do negócio
- 3 Estudos são encaminhados ao BNDES
- 4 TCU (Tribunal de Contas da União) homologa a operação
- 5 CVM (Comissão de Valores Mobiliários) analisa a operação
- 6 Eletrobras realiza assembleia de acionistas
- 7 Eletrobras lança ações com direito a voto, sem que a União acompanhe esse aumento de capital
- 8 Com isso, a fatia da União, que hoje é majoritária, deve ficar em cerca de 45% de participação na empresa

Valor estimado na privatização



Fonte: Ministério da Economia

Governo fará racionamento de energia para evitar apagão, afirma Lira

Após conversa com ministro de Minas e Energia, presidente da Câmara diz que haverá 'período educativo'; pasta nega racionamento

Daniel Carvalho

BRASÍLIA O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse nesta terça-feira (22) que o Brasil terá que passar por um "período educativo" de racionamento de energia para evitar uma "crise maior".

Segundo Lira, o diagnóstico foi feito pelo ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, em uma reunião na semana passada.

"O ministro Bento esteve comigo fazendo uma análise do cenário, garantindo que não vamos ter nenhum tipo de apagão, mas vamos ter que ter um período educativo de algum racionamento para não ter nenhum tipo de crise maior", afirmou Arthur Lira.

Em 2001, penúltimo ano do governo Fernando Henrique Cardoso, o país sofreu uma série de apagões e teve de passar por um forte racionamento. Quem não economizava luz, dentro de uma cota por consumidor, pagava mais caro pela conta no fim do mês.

De acordo com o presidente da Câmara, o governo já está em tratativas com o STF (Supremo Tribunal Federal) para evitar a judicialização de uma medida provisória que está sendo gestada pelo governo.

"Ele esteve na residência oficial na semana passada, mas muito em passant, nada com texto ainda, mas com perspectivas de que estavam tratando de alguma medida para isso, negociando inclusive dentro do Supremo [Tribunal Federal] para ter segurança jurídica sobre qualquer medida que pudesse vir a anunciar", disse Lira aos jornalistas, após participar de um evento no Palácio do Planalto ao lado do presidente Jair Bolsonaro.

Mais tarde, em uma rede social, Lira voltou a abordar o assunto. "Falei há pouco com o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, que esclareceu que a medida provisória não irá trazer nenhum comando relativo ao racionamento de energia", escre-

veu. "Será feito o incentivo ao uso eficiente da energia pelos consumidores de maneira voluntária."

Diante da fala de Lira, o Ministério de Minas e Energia reafirmou, por meio de sua assessoria, posicionamento em que nega a possibilidade de racionamento.

A pasta disse que o ministro defendeu, na conversa com o presidente da Câmara, a necessidade de uma medida provisória que centralize a gestão de usinas para acelerar decisões de enfrentamento da crise hídrica. Essa medida é fundamental, segundo o ministério, para evitar medidas mais drásticas, como o racionamento.

O governo trabalha no texto de uma medida provisória que dá poderes para um comitê interministerial interferir na gestão de hidrelétricas e cria as bases para um eventual racionamento de energia.

Com a pior seca dos últimos 91 anos e os reservatórios nos níveis mais baixos das últimas décadas, o MME (Ministério das Minas e Energia) prepara esta MP para pavimentar o caminho de medidas emergenciais que podem ser necessárias para um cenário de agravamento da crise hidrológica ainda no segundo semestre deste ano.

Entre as ações está um possível "programa de racionalização compulsória do consumo de energia elétrica".

Albuquerque e Lira tiveram um encontro em 15 de junho. Eles debateram a possibilidade de racionamento de energia e encarecimento da conta de luz no país.

Também nesta terça, o presidente da Petrobras, Joaquim Luna e Silva, disse que alocará equipes técnicas para buscar formas de contribuir mais para a garantia do abastecimento elétrico do Brasil.

Dentre as medidas em estudo, a petroleira poderá aumentar a oferta de gás natural, para atender o acionamento maior de térmicas, além de

disponibilizar mais infraestrutura e logística e, eventualmente, aumentar a própria geração de energia.

O esforço extra foi debatido nesta terça-feira em um encontro entre o diretor-geral da Aneel, André Pepitone, e o presidente da petroleira, Joaquim Silva e Luna, na capital federal.

Com Reuters

Dinheiro da Eletrobras pode ser usado para amortizar reajustes

Julio Wiziack e Thiago Resende

BRASÍLIA Com a aprovação da capitalização da Eletrobras pelo Congresso, o governo avalia antecipar o uso de R\$ 30 bilhões que virão da venda das ações da estatal ao mercado para amortizar e reajuste tarifário do próximo ano, que deverá ser muito acima do esperado devido ao acionamento de termelétricas.

Os recursos estão previstos na MP da privatização da estatal aprovada pelo Congresso na segunda-feira (21), mas só devem entrar no caixa do Tesouro daqui a três anos.

Por isso, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, afirmou à Folha que está avaliando uma operação que prevê a antecipação desses créditos para que possam ser usados no abatimento das tarifas a partir de 2022. O Tesouro destinaria o dinheiro imediatamente para a CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) e seria ressarcido posteriormente.

O ministro disse ainda que os R\$ 30 bilhões previstos à CDE ao longo da concessão terão ainda um reforço de 75% do excedente de Itaipu ao longo dos próximos dez anos, que equivalem a R\$ 12,3 bilhões.

"Juntos, esses recursos propiciam uma redução na tarifa de 1,1%", afirmou.

Segundo ele, mesmo se o governo não fizer a antecipação dos R\$ 30 bilhões neste momento, o consumidor perceberá futuramente redução tarifária quando esse dinheiro for destinado à CDE.

Movimentos similares foram feitos em governos passados. Em 2014, o Tesouro repassou recursos às distribuidoras para compensar preços elevados da energia. No ano seguinte, houve empréstimos viabilizados por um consórcio de bancos tendia a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) como intermediária.

O governo prevê que a venda de suas ações da Eletrobras ocorra em fevereiro. O valor dos papéis ainda será definido porque depende da modelagem dessa transação a ser realizada pelo BNDES nos próximos meses.

Estima-se que o negócio vá ser de ao menos R\$ 60 bilhões, sendo R\$ 30 bilhões destinados à CDE, R\$ 20 bilhões de outorga ao Tesouro e R\$ 10 bilhões para investimentos da Eletrobras. Na avaliação do Ministério da Economia, o total pode chegar a R\$ 100 bilhões.

Vencida essa etapa, o conselho de administração da Eletrobras terá de aprovar a modelagem. Somente após esse procedimento, o negócio poderá ser efetivado. A ideia é que a companhia lance ações com direito a voto (ordinárias) no mercado, diminuindo para cerca de 45% a fatia que a União tem hoje na elétrica.

A lei também permite que a União faça uma oferta secundária de ações, vendendo sua própria participação na empresa.

Embora não seja um processo tão longo, o governo quer antecipar esses recursos que serão destinados ao abatimento das tarifas por meio da CDE, processo que só começará três anos após a capitalização. Essa medida evitará um reajuste tarifário muito elevado em 2022, às vésperas da campanha pela reeleição.

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painsela@grupofolha.com.br

Venda sob prescrição médica

O problema da falta de fiscalização sobre a exigência de receita médica para a venda de remédios tarja vermelha nas farmácias, que ganha evidência com a disparada no consumo de medicamentos do chamado kit Covid, acontece em estabelecimentos de menor porte mas também nas grandes redes. Levantamento feito pelo Painel S.A. nos e-commerces das gigantes Raia, Drogasil, Drogaria SP, Pacheco, Onofre e Panvel encontrou ivermectina e nitazoxanida à venda sem prescrição.

REAÇÕES ADVERSAS Os dados pedidos pela CPI da Covid a fabricantes e à Anvisa apontam alta na venda dos remédios sem eficácia comprovada contra a doença na pandemia. Alguns dos medicamentos da categoria de tarja vermelha exigem retenção da receita, como azitromicina e, mais recentemente, cloroquina e hidroxicloroquina. Nestes casos, os sites das redes consultadas pedem a receita na compra.

INDICAÇÕES "Para os medicamentos que não estão sujeitos ao controle especial, mas que possuem tarja vermelha, é obrigatória a apresentação da receita médica para que a farmácia faça a entrega do produto ao paciente", diz a Anvisa.

BULA Procurados pelo Painel S.A., o grupo Dimed, dono da Panvel, e a Raia Drogasil, dona também da Onofre, não comentam. O grupo DPSI, da Pacheco e da Drogaria SP, diz que segue as normas da Anvisa e que não incentiva o uso indiscriminado dos remédios. Segundo a agência, o controle é uma atividade das vigilâncias sanitárias locais.

PISTA Está prevista para quinta (24) a assinatura da autorização para o aeroporto Catarina, da JHSF, fazer voos internacionais. Inaugurado em dezembro de 2019, em São Roque (SP), o Catarina foi o primeiro aeroporto privado do país focado em aviação executiva.

ASA Após a liberação pelo governo e os trâmites de todos os órgãos envolvidos (Recicla, Polícia Federal, Anvisa, Vigilância e Anac), a expectativa é que a abertura da operação dos voos internacionais aconteça no segundo semestre.

GIRL FROM RIO A primeira reunião da cantora Anitta como integrante do conselho de administração do Nubank vai ser nesta quarta (23), em Miami. Segundo a empresa, a cidade foi escolhida para facilitar a mobilidade de participantes trabalhando nos EUA.

PREPARA Neste encontro trimestral, a cantora vai discutir sobre os produtos e serviços com os seis conselheiros, além de membros da diretoria, incluindo a fundadora do banco, Cristina Junqueira.

com Mariana Grazini e Andressa Motter

INDICADORES

JUROS



CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Autônomo, empregador e facultativo	Valor mín.	Valor máx.
Autônomo, empregador e facultativo	R\$ 1.100,00	R\$ 220,00
Autônomo, empregador e facultativo	R\$ 6.433,57	R\$ 1.286,71

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo podem contribuir com 1,1% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem receber sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recebe por conta própria vence em 15 jul

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Alíquota, em %	Dedução, em R\$
Em R\$ 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

R\$ 1.196,32	Valor, em R\$
Empregado	116,66
Empregador	259,26

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vencer em 7 jul. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 5% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico pode ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS.

NCCO Consultoria Ocupacional Ltda
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária
 Em conformidade com o art. 150, inciso III do Estatuto Social, convocamos a Assembleia Geral Extraordinária para o dia 23 de junho de 2021, às 10h30, no endereço: Rua...
Sompo Seguros S.A.
 CNPJ nº 01.383.403/0001-88 - NIRE 33.300.051.521
Aviso aos associados
 Sompo Seguros S.A. ("Sompo") tem o prazer de informar que em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 21 de junho de 2021, foi aprovado o cancelamento do aumento de capital social da Companhia...

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
 Pelo presente edital, são convocados todos os associados do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Têxtil e Vestuário de Santos e Araripe, inscritos no Livro de Registro de Pessoas Físicas nº 1.000.000, para a Assembleia Geral Ordinária que se realizará no dia 23 de junho de 2021, às 17h00 em primeira convocação, na sede social da entidade, situada na Rua...
Matsuyuki Tajiri - Presidente do Conselho

ORGANIZAÇÃO DAS UNIDADES PARA A ALIMENTAÇÃO - AGRICULTURA - FAO
PROCESSO 2021/FLBRA/FLBRA/110484
 Contratação de Empresa Especializada para realização de serviços técnicos especializados para substituição e ordenamento do cultivo do Pangloss no Brasil.
Juliana de Moraes - Coordenadora de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAIABA
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 124/2021 - Proc. Adm. nº 451/2021
 Objeto: Registro de Preços para fornecimento parcelado de EQUIPAMENTOS ANTROPOMÉTRICOS e MATERIAL DE APOIO PARA NUTRICIONISTAS, pelo período de 12 meses, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.
Renata de Moraes - Coordenadora de Licitação

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONARIAS DO REGIME CENTRAL DO ESTADO
AVISO DE LICITAÇÃO
 Encoraja-se a abertura da licitação para contratação de serviços de manutenção e conservação de infraestrutura elétrica em unidades prisionárias do Regime Central do Estado de São Paulo.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DA AVIAÇÃO
ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2022/2021
 Encoraja-se a abertura no COMANDO DE AVIAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR - "JOÃO NEGRÃO" (CAVPM) - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2022/2021, cujo objeto é a aquisição de material de consumo para a manutenção de aeronaves.

IPRES
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE BARUERI
AVISO DE LICITAÇÃO
 Edital de Licitação nº 04/2021
 Tomada de Preços nº 04/2021
 Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços terceirizados de natureza contínua, com distribuição de mão de obra regular, para manutenção de equipamentos de informática.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS
ESTÂNCIA BALNEÁRIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 17.03/2021 (COM COTA DE AMPLA PARTICIPAÇÃO E RESERVA PARA MEPP/COOP)
 Adão-se aberto na Secretaria Municipal de Gestão o Pregão Eletrônico nº 17.03/2021, Processo nº 22.560/2021-21, cujo objeto é a seleção de propostas para REGISTRO DE PREÇOS visando o fornecimento de café para o consumo interno da Prefeitura Municipal de Santos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS
ESTÂNCIA BALNEÁRIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
COMISSÃO ESPECIAL E TRANSITÓRIA DE LICITAÇÕES / SMS
EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 001/2021-SMS
 EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE, COM RESSALVA DE INSCRIÇÃO EM REGISTRO DE PREÇOS, INTERESSADOS EM PRESTAR SERVIÇOS LABORATORIAIS, MÉDICOS, GRAFICOS E DE IMAGEM, DE FORMA COMPLEMENTAR, AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS.
ELIANA OLIVEIRA AMORIM
 COORDENADORA DE LICITAÇÕES - COLIC

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS
ESTÂNCIA BALNEÁRIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
COMISSÃO ESPECIAL E TRANSITÓRIA DE LICITAÇÕES / SMS
EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 001/2021-SMS
 EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE, COM RESSALVA DE INSCRIÇÃO EM REGISTRO DE PREÇOS, INTERESSADOS EM PRESTAR SERVIÇOS LABORATORIAIS, MÉDICOS, GRAFICOS E DE IMAGEM, DE FORMA COMPLEMENTAR, AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS.
CRISTIAN MARK WEISS
 Presidente da Comissão Especial e Transitória de Licitação / SMS

SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE BAHIA
SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM SAÚDE - SAFTEC
AVISO DE ABERTURA DISPENSA EMERGENCIAL
 A Coordenação de Compras da SAFTEC torna público que está aberto até o dia 01/07/2021 o prazo para entrega de propostas, na Av. Antônio Carlos, nº 400, 2º andar, Federação Anos C&S - Salvador-BA CEP 41.145.005, bem como pelo endereço eletrônico saftec.compras@saude.ba.gov.br para aquisição do item LAROTREXIBINE SULFATO 100 MG CAPSULA - 360 UNIDADES objeto de Dispensa Nº 145/2021, conforme edital do art. 5º, inciso IV da Lei Estadual nº 6.433/2005, para atender demanda judicial. Os interessados poderão obter informações e esclarecimentos acerca de segurança jurídica, nos dias 03/06, 04/06, 07/06 e 08/06 das 9h às 17h, no endereço de telefone (71) 3115-8375, Salvador, 22 de Junho de 2021. Mª Fernanda Yanese Diretora Administrativa DASAFTEC/SESAB

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS
ESTÂNCIA BALNEÁRIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
 A Comissão Especial e Transitória de Licitação nº 17.03/2021, Processo nº 22.560/2021-21, cujo objeto é a seleção de propostas para REGISTRO DE PREÇOS visando o fornecimento de café para o consumo interno da Prefeitura Municipal de Santos.
Elisiana Oliveira Amorim
 Coordenadora de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
 A Prefeitura Municipal de Araras torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto no Departamento de Compras da Secretaria Municipal de Administração, as seguintes licitações:
PREGÃO ELETRÔNICO 08/2021 - Contratação de empresa para fornecimento de medicamentos não padronizados para rede municipal de saúde, integrantes da lista publicada na revista ABC Farm, para atendimento de pacientes em ambulatório de saúde, integrantes da lista publicada na revista ABC Farm, para atendimento de pacientes em ambulatório de saúde, integrantes da lista publicada na revista ABC Farm, para atendimento de pacientes em ambulatório de saúde.
Renata de Moraes - Coordenadora de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
 A Prefeitura Municipal de Araras torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto no Departamento de Compras da Secretaria Municipal de Administração, as seguintes licitações:
PREGÃO ELETRÔNICO 08/2021 - Contratação de empresa para fornecimento de medicamentos não padronizados para rede municipal de saúde, integrantes da lista publicada na revista ABC Farm, para atendimento de pacientes em ambulatório de saúde, integrantes da lista publicada na revista ABC Farm, para atendimento de pacientes em ambulatório de saúde.
Renata de Moraes - Coordenadora de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
 A Prefeitura Municipal de Araras torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto no Departamento de Compras da Secretaria Municipal de Administração, as seguintes licitações:
PREGÃO ELETRÔNICO 08/2021 - Contratação de empresa para fornecimento de medicamentos não padronizados para rede municipal de saúde, integrantes da lista publicada na revista ABC Farm, para atendimento de pacientes em ambulatório de saúde, integrantes da lista publicada na revista ABC Farm, para atendimento de pacientes em ambulatório de saúde.
Renata de Moraes - Coordenadora de Licitação

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO
COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO - COSEP
 CNPJ nº 03.902.000/0001-88 - NIRE nº 35.303.003/2071
Conselho de Administração
Reunião Extraordinária Realizada em 15 de Março de 2021
 1. Data, Hora e Local: No dia 15/03/2021, às 15h, na sede da Companhia, na Rua Pamplona, 227, 16º andar, São Paulo (SP), em formato digital, através da plataforma Microsoft Teams; 2. Presença: Todos os membros do Conselho de Administração, a saber: Maria Silva Carvalho, César Camargo Lobo Edelman, Gabriela Restora Chaves, Tarcila Reis Jordão, Antonio Claret de Oliveira, Cleber de Oliveira Mala, Gilberto Antonio Gonçalves Pucci, Nelson Luiz Baeta Neves Filho, Rosalvo Soares da Silva, membros; 3. Composição da Mesa: A Mesa foi constituída com os Consores Presidente, Diretor Presidente, Diretor Administrativo-Financeiro, o Sr. Tomás Brugnighi de Paula, Presidente do Conselho, indico do Sr. Gilberto Pucci, Diretor Presidente da Companhia, para Secretário da Mesa; 4. Declaração de pandemia da COVID-19, os Consores participaram e votaram em conformidade com o Estatuto Social; 5. A reunião foi realizada em primeira convocação, com o comparecimento de 12 (doze) membros, sendo a maioria absoluta de 6 (seis) membros.

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO
COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO - COSEP
 CNPJ nº 03.902.000/0001-88 - NIRE nº 35.303.003/2071
Conselho de Administração
Reunião Extraordinária Realizada em 15 de Março de 2021
 1. Data, Hora e Local: No dia 15/03/2021, às 15h, na sede da Companhia, na Rua Pamplona, 227, 16º andar, São Paulo (SP), em formato digital, através da plataforma Microsoft Teams; 2. Presença: Todos os membros do Conselho de Administração, a saber: Maria Silva Carvalho, César Camargo Lobo Edelman, Gabriela Restora Chaves, Tarcila Reis Jordão, Antonio Claret de Oliveira, Cleber de Oliveira Mala, Gilberto Antonio Gonçalves Pucci, Nelson Luiz Baeta Neves Filho, Rosalvo Soares da Silva, membros; 3. Composição da Mesa: A Mesa foi constituída com os Consores Presidente, Diretor Presidente, Diretor Administrativo-Financeiro, o Sr. Tomás Brugnighi de Paula, Presidente do Conselho, indico do Sr. Gilberto Pucci, Diretor Presidente da Companhia, para Secretário da Mesa; 4. Declaração de pandemia da COVID-19, os Consores participaram e votaram em conformidade com o Estatuto Social; 5. A reunião foi realizada em primeira convocação, com o comparecimento de 12 (doze) membros, sendo a maioria absoluta de 6 (seis) membros.

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO
COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO - COSEP
 CNPJ nº 03.902.000/0001-88 - NIRE nº 35.303.003/2071
Conselho de Administração
Reunião Extraordinária Realizada em 15 de Março de 2021
 1. Data, Hora e Local: No dia 15/03/2021, às 15h, na sede da Companhia, na Rua Pamplona, 227, 16º andar, São Paulo (SP), em formato digital, através da plataforma Microsoft Teams; 2. Presença: Todos os membros do Conselho de Administração, a saber: Maria Silva Carvalho, César Camargo Lobo Edelman, Gabriela Restora Chaves, Tarcila Reis Jordão, Antonio Claret de Oliveira, Cleber de Oliveira Mala, Gilberto Antonio Gonçalves Pucci, Nelson Luiz Baeta Neves Filho, Rosalvo Soares da Silva, membros; 3. Composição da Mesa: A Mesa foi constituída com os Consores Presidente, Diretor Presidente, Diretor Administrativo-Financeiro, o Sr. Tomás Brugnighi de Paula, Presidente do Conselho, indico do Sr. Gilberto Pucci, Diretor Presidente da Companhia, para Secretário da Mesa; 4. Declaração de pandemia da COVID-19, os Consores participaram e votaram em conformidade com o Estatuto Social; 5. A reunião foi realizada em primeira convocação, com o comparecimento de 12 (doze) membros, sendo a maioria absoluta de 6 (seis) membros.

mercado

Plano Safra 2021/22 chega com juros mais altos

Recursos para produtor aumentam 6,3%, para R\$ 251,2 bi; verba para programa de baixo carbono dobra

Mauro Zafalon

SÃO PAULO O governo divulgou nesta terça-feira (22) o Plano Safra de 2021/22, com recursos são uma recomposição de valores dos anos anteriores. Esses recursos, que estarão à disposição do produtor a partir de julho, serão de R\$ 251,2 bilhões, um aumento de 6,3%, em relação aos plano do ano anterior. É um programa possível, diante do cenário econômico do momento, mas o governo aproveita a boa evolução do setor do agronegócio para tirar a pagar a má gestão em outras áreas. Daí a grande participação de membros do governo no anúncio.

O plano de safra de 2021/22 mantém a linha que já vinha ocorrendo nos últimos anos. Uma maior proteção para os pequenos produtores e uma carga maior para os grandes, que têm melhores condições de buscar recursos no sistema privado. O novo plano de safra vem com um aumento de juros, exatamente em um momento de elevação de custos de produção no campo. A taxa de custo para os pequenos produtores sobe de 4%, no plano anterior, para 4,5% neste. A dos médios vai de 5% para 5,5%, e a dos grandes, de 6% para 7,5%. Um dos pontos que agradam aos produtores foi o aumento de 29% no volume de recursos para os investimentos, somando R\$ 73,4 bilhões. Nesses recursos, o governo aposta na agricultura verde. O programa ABC (Agricultura de Baixo Carbono) terá um volume disponível de R\$ 5 bilhões, 102% acima do valor do plano anterior. Dentro desse programa, o governo quer financiar unidades de produção de bio-insumos e biofertilizantes, além de sistemas de geração de energias renováveis. Os recursos para os agricultores familiares somam R\$ 39,3 bilhões no próximo plano safra, 19% a mais do que no ano passado.

RETIFICAÇÃO DE EDITAL - PRORROGAÇÃO DE PRAZO
 A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico torna público, para conhecimento dos interessados, que o edital de concorrência para a contratação de empresa para a prestação de serviços de apoio administrativo e técnico para a elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do setor de exploração de minério de ferro no Estado de Minas Gerais foi RETIFICADO, alterando as datas de recebimento dos envelopes de habilitação, proposta técnica e proposta comercial do dia 22/06/2021 para o dia 25/06/2021, e a data de abertura do envelope de habilitação do dia 23/06/2021 para o dia 30/06/2021. São mantidos os horários estabelecidos no edital. Bhte, 21/06/2021.

MINAS GERAIS
 EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
 CONVOCAÇÃO DOS INTEGRANTES DO COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DE SERVIÇOS DE SAÚDE E DE SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA PARA O ANO DE 2022. O presente edital tem por objeto a convocação dos integrantes da Comissão Permanente de Licitação para o ano de 2022, com o objetivo de avaliar e selecionar propostas para a contratação de serviços de saúde e de serviços de saúde pública para o ano de 2022. O presente edital tem por objeto a convocação dos integrantes da Comissão Permanente de Licitação para o ano de 2022, com o objetivo de avaliar e selecionar propostas para a contratação de serviços de saúde e de serviços de saúde pública para o ano de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS
ESTÂNCIA BALNEÁRIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 16.03/2021
 Adão-se aberto na Secretaria Municipal de Gestão o Pregão Eletrônico nº 16.03/2021, Processo nº 22.159/2021-56, que tem como objeto a seleção de propostas para REGISTRO DE PREÇOS visando o fornecimento de café para o consumo interno da Prefeitura Municipal de Santos.
Elisiana Oliveira Amorim
 Coordenadora de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS
ESTÂNCIA BALNEÁRIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
COMISSÃO ESPECIAL E TRANSITÓRIA DE LICITAÇÕES / SMS
AVISO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 16.03/2021
 Adão-se aberto na Secretaria Municipal de Gestão o Pregão Eletrônico nº 16.03/2021, Processo nº 22.159/2021-56, que tem como objeto a seleção de propostas para REGISTRO DE PREÇOS visando o fornecimento de café para o consumo interno da Prefeitura Municipal de Santos.
Elisiana Oliveira Amorim
 Coordenadora de Licitação

mercado

Sua casa, os juros do BC e Bolsonaro

Perspectiva de mais altas da Selic pinga mais uma gota de azedo no ano eleitoral de 22

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Desde agosto do ano passado, a média das taxas de juros de mercado para financiamento de imóveis anda em torno de 7,7%, perto das mínimas históricas. A informação mais recente dessa estatística compilada pelo Banco Central é de abril. O custo do dinheiro para comprar casa vai ficar nessa paz? Hum. O custo de financiar um carro já começou a subir, na média. O BC tem elevado a sua taxa básica de juros (Selic) de modo acelerado, e o andar da carruagem pode ser ain-

da mais rápido. Em março, a Selic era de 2% ao ano. Na semana passada, foi a 4,25%. No fim deste 2021, a expectativa era que fosse a 6,5%. Na exposição de motivos para alta da Selic da semana passada ("Ata do Copom"), publicada nesta terça-feira (22), há indícios de que vá além, talvez 7%, isso se a inflação e os riscos atistas não forem atenuados.

Uma alta de cinco pontos percentuais na Selic em dez meses deve contaminar as taxas do financiamento imobiliário. Alguém repasse haverá. Ape-

sar de a competição dos bancos por clientes desse setor ter aumentado, o custo da "matéria-prima" bancária, o "custo de captação", do dinheiro, terá dado um salto considerável.

Mas a questão aqui não é futurologia sobre o mercado imobiliário, mas um exemplo menos abstrato de que o aperto monetário do Banco Central deve chegar ao varejo do crédito e, portanto, deve abalar perspectivas de crescimento em 2022, tudo mais constante. O capital de giro do pequeno empresário vai ficar, além

de salgado, azedo. Já encarecido por filas, alta de custos e restrições de produção, o carro vai ficar ainda mais caro por causa do financiamento. Etc.

Considerado o histórico de taxas de juros no Brasil, é muito improvável que essa campanha de altas da Selic chegue ao menos perto do nível onde essa taxa estava em novembro de 2016 (14% ao ano). Mas a alta vai pesar no ano que vem, em uma economia que mal terá recuperado as perdas de 2020, que ainda não recuperou as perdas

de 2015-2016, que despiora em ritmo muito desigual e criando ainda mais desigualdade.

A "ata do Copom" enfatizou que o BC pretende levar a inflação à meta de 3,25% em 2022 (a deste ano será estourada além do teto). Além disso, explicitou que a diretoria discute aumentar o ritmo de altas da Selic, do já rápido 0,75 ponto percentual por reunião para (segundo especulação de gente mais animada na praça) 1 ponto já em agosto.

O fato de a dívida pública estar subindo menos (graças, principalmente, à inflação) e o dólar estar zanzando agora em torno de R\$ 5 não refresca o cenário de inflação, pressionado ainda por eletricidade em alta, alta de custos da indústria (até por falta de insumos) e, claro, porque a economia se vem recuperando mais rápido do que o esperado do buraco em que caiu em 2020.

Para que fique claro, a perspectiva de os juros tolharem parte do crescimento é aqui o ano que vem, embora aqui e ali em 2021 vá se sentir o efeito direto do aperto monetário.

No "balanço de riscos" das perspectivas eleitorais de Jair Bolsonaro, pesam, pois, elementos novos.

De um lado, a despiora rápida do PIB (Produto Interno Bruto) prevista para 2021 vai provocar grande alívio para boa parte da população.

Por outro, a inflação da comida terá efeito duradouro sobre a renda dos mais pobres, a conta de energia vai pesar mais (afora a tensão da conversa sobre risco de racionamento) e, definitivamente, a alta de juros no atacado vai aparecer nos financiamentos do varejo. É mais incentivo para Bolsonaro apressar seus "pacotes sociais".

vinicius.torres@uipofolha.com.br

Dólar fecha abaixo de R\$ 5 pela primeira vez em um ano

Moeda recua a R\$ 4,97 com expectativa de BC elevar mais a taxa de juros

Júlia Moura

SÃO PAULO Depois de pouco mais de um ano, o dólar voltou a encerrar o pregão abaixo de R\$ 5. A moeda americana terminou as negociações desta terça-feira (22) cotada a R\$ 4,9660, queda de 1,11%, segundo dados da CMA.

A última vez em que o dólar esteve abaixo de R\$ 5 foi em 10 de junho de 2020, quando estava a R\$ 4,935.

A desvalorização da divisa dos Estados Unidos é fruto de juros mais altos no Brasil. Em meio à escalada persistente da inflação, o Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central considerou elevar ainda mais a taxa básica de juros na reunião da quarta (16), mas decidiu manter o ritmo e anunciou alta de 0,75 ponto percentual (leia ao lado).

Na ocasião, a Selic foi a 4,25% ao ano, conforme sinalizado em maio. Segundo a pesquisa Focus do BC, o mercado espera que a taxa termine 2021 a 6,50%, mesmo patamar da Selic antes do governo de Jair Bolsonaro.

Dentre emergentes, o real foi a terceira moeda que mais se valorizou nesta sessão, atrás apenas da lira turca e do florim húngaro.

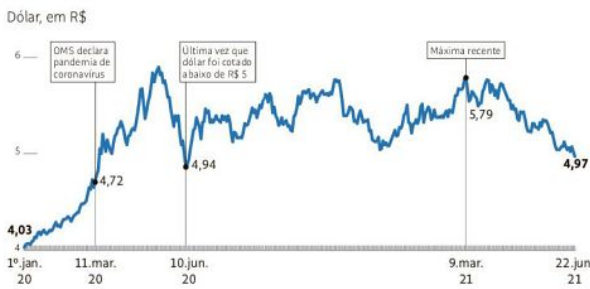
Juros mais altos no Brasil tendem a beneficiar o real por estratégias de carry trade. Elas consistem na tomada de empréstimos em moeda de país de juro baixo (como o dólar) e compra de contratos futuros da divisa de juro maior (como o real). O investidor, assim, ganha com a diferença de taxas.

"A ata divulgada deixou ainda mais claro o compromisso do Copom em frear a inflação e elevar a expectativa por um ritmo mais acelerado de aumento da Selic, com as instituições financeiras revisando as expectativas para final de 2021 para 6,5% ao ano, lembrando que essa projeção estava para 2022", diz Rafael Ribeiro, analista da Clear Corretora.

Como o tom do texto do Copom, o Credit Suisse elevou a expectativa de alta dos juros em agosto, ante 0,75 ponto do cenário anterior. O banco agora vê Selic de 7,25% ao fim de 2021 e de 2022.

O Bank of America também elevou a estimativa para 7%, de 6,50%, e o Banco Fibra aumentou de 6% para 6,5%, mas vislumbrando risco de o BC conduzir a Selic a patamar contracionista

Após um ano, dólar volta a fechar abaixo de R\$ 5



Fonte: CMA

Maiores crash da história está chegando, diz autor do best-seller 'Pai Rico, Pai Pobre'

O escritor e empresário Robert Kiyosaki, autor do best-seller "Pai Rico, Pai Pobre" (1997), afirmou em suas redes sociais que uma bolha financeira mundial está crescendo e, por isso, está comprando mais ouro e prata — investimentos considerados mais seguros por especialistas. Kiyosaki disse ainda que está aguardando o valor do bitcoin cair para US\$ 24 mil para comprar, defendendo que momentos de crise são ótimos para enriquecer, mas que é preciso tomar cuidado. "A maior bolha da história mundial está ficando maior. O maior crash da história mundial está chegando. [Estou] comprando mais ouro e prata. Esperando o bitcoin cair para US\$ 24 mil. Crashes são o melhor momento para ficar rico. Tome cuidado", disse em post publicado em seu perfil no Twitter. Nesta terça (22), a criptomoeda fechou a US\$ 32,9 mil. Kiyosaki vendeu milhões de livros sobre educação financeira nos anos 1990. Assim como os influenciadores financeiros que fazem sucesso nas redes sociais, o escritor afirma em seu site que começou sua carreira nas finanças pessoais com o propósito de popularizar a educação sobre finanças.

ainda neste ano. O Banco Fibra ainda fala em uma "janela de oportunidade" para o real entre junho e agosto, após a qual o dólar ficaria em R\$ 5,30 ao fim do ano.

O Societ Générale também parece pouco convencido de que a queda do dólar continuará. Estrategistas do banco francês entram com posição comprada em dólar quando a moeda tocou R\$ 5,26 e miram os R\$ 5,70.

Com as perspectivas de uma Selic mais alta a curto prazo, os juros futuros subirão. Juros futuros são taxas de juros esperadas pelo mercado nos próximos meses e anos. São a principal referência para o custo de empréstimos que são liberados atualmente, mas cuja quitação ocorrerá no futuro.

O juro para abril de 2022 subiu de 6,16% para 6,34%. "O aumento dos juros aumenta a valorização da moeda e estimula a entrada os investidores estrangeiros. Uma coisa que também pode ter um impacto no câmbio é a entrada forte dos investidores estrangeiros na Bolsa", diz Alexandre Brito, sócio da Finacap Investimentos.

Até 18 de junho, o mês tem uma entrada líquida de R\$ 13,9 bilhões de recursos estrangeiros na Bolsa. No ano, são R\$ 49 bilhões de aporte.

Outro ponto que contribui para um dólar menos elevado é a forte recuperação das economias de Estados Unidos e China e os preços das commodities estão em alta, beneficiando países exportadores, como o Brasil. Fora que a atividade econômica local tem se mostrado melhor que o esperado, como o mercado esperando um PIB maior neste ano.

Nesta terça, a sessão foi de fraqueza para o dólar como

um todo no exterior após declarações do presidente do Fed (banco central dos Estados Unidos), Jerome Powell, de que a inflação nos EUA seria transitória.

"Você tem um banco central que está comprometido com a estabilidade de preços e definiu o que é estabilidade de preços e está fortemente preparado para usar suas ferramentas para nos manter em torno de 2% de inflação", disse Powell em audiência no Congresso, sinalizando que não espera uma inflação como a que o país viveu na década de 1970.

Com isso, ele amenizou temores de que o Fed possa em breve reduzir estímulos e acalmou investidores ainda sob impacto da sinalização de alta de juros em 2022, um ano antes do previsto até então.

A fala da autoridade impulsionou as ações em Nova York. O índice de tecnologia Nasdaq subiu 0,79% e renovou sua pontuação recorde. O S&P 500 teve alta de 0,55% e o Dow Jones, de 0,20%.

No Brasil, o Ibovespa não conseguiu acompanhar o viés positivo, pressionado pela queda de ações de bancos. O índice cedeu 0,38%, a 128.767,45 pontos.

O bitcoin, por sua vez, teve um pregão volátil. A moeda digital chegou a ser negociada abaixo de US\$ 30 mil, em uma queda de mais de 1%, pela primeira vez em quase cinco meses, pressionada pela nova campanha do governo da China contra criptomoedas.

A moeda, porém, inverteu a tendência de queda e encerrou o pregão em leve alta de 0,98%, a US\$ 32.923,52, segundo dados da Bloomberg. Na vespera, o bitcoin caiu 9%. Com Reuters

BC considerou aumentar ritmo de alta dos juros já na semana passada

Larissa Garcia

BRASÍLIA Em meio à escalada persistente dos preços, o Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central considerou elevar ainda mais a taxa básica de juros na reunião da quarta-feira (16), mas decidiu manter o ritmo e anunciou alta de 0,75 ponto percentual.

Na ocasião, a Selic foi a 4,25% ao ano, conforme sinalizado em maio.

"Diante da revisão da trajetória de política monetária implícita nas suas projeções, o Comitê avaliou uma redução mais tempestiva dos estímulos monetários [elevação de juros] já nesta reunião. Considerando os diversos cenários alternativos, o comitê entendeu que a melhor estratégia seria a manutenção do atual ritmo de redução de estímulos, mas destacando a possibilidade de ajuste mais tempestivo na próxima reunião", disse ata da reunião divulgada nesta terça-feira (22).

O comitê indicou nova alta na mesma magnitude para a próxima reunião, em agosto, para 5%. O texto, contudo, não descartou uma elevação ainda maior caso as expectativas do mercado para a inflação — especialmente de 2022 — continuem subindo.

A avaliação do mercado é que o BC abrirá caminho para uma elevação de 1 ponto percentual na próxima reunião caso o cenário se detiore.

A autoridade monetária justificou que decidiu seguir o que havia sinalizado na reunião anterior para acumular informações sobre os próximos dados e as expectativas para a inflação.

Além disso, o BC esclareceu que o cenário pode mudar entre uma reunião e outra e a sinalização sobre os próximos passos do Copom pode ser revista.

"O compromisso inequívoco do Banco Central é com a convergência da inflação para a meta no horizonte relevante e os passos futuros da política monetária são livremente ajustados com esse objetivo, conforme novas informações se tornam disponíveis. Desse modo, indicações sobre a trajetória futura dos juros, sejam para a próxima reunião ou para o patamar final, são elementos úteis para a compreensão da função de reação da política monetária", afirmou o texto.

"As informações obtidas no período entre as reuniões do Copom modificam as hipóteses presentes no cenário básico e no balanço

de risco, e naturalmente alteram a trajetória futura dos juros", completou.

O Comitê ponderou que, apesar da evolução recente mais positiva, os riscos fiscais continuam implicando um viés de alta nas projeções de inflação.

"Essa assimetria no balanço de riscos afeta o grau apropriado de estímulo monetário, justificando assim uma trajetória para a política monetária menos estimulativa do que a utilizada no cenário básico", destacou.

De acordo com o documento, o Copom considerou diferentes trajetórias para a taxa de juros. "O comitê observou que, caso não haja mudança nos condicionantes de inflação, elevações de juros subsequentes, sem interrupção, até o patamar considerado neutro implicam projeções em torno da meta de inflação no horizonte relevante."

Isso significa que o BC deve levar a taxa básica até o nível considerado neutro, que não estimula nem contra a economia. Nas reuniões passadas, a avaliação era que a atividade ainda precisava de estímulo e que esse ajuste seria parcial, ou seja, abaixo da taxa neutra.

Atualmente, a taxa de juros neutra gira em torno de 6,5%. "Senão assim, tornou-se apropriada a normalização da taxa de juros para esse patamar. O comitê decidiu comunicar essa decisão, mantendo a transparência sobre a trajetória de política monetária implícita nas suas projeções e reafirmando que essa visão será sistematicamente reavaliada conforme ocorrerem mudanças nos determinantes de inflação ou no balanço de riscos", disse a ata.

Senado aprova texto-base de MP que aumenta tributação sobre bancos

A proposta enviada pelo governo pretende compensar a decisão de cortar tributos sobre diesel — demanda de caminhoneiros — e gás de cozinha. O texto eleva de 20% para 25% durante o segundo semestre de 2021, a alíquota da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) cobrada de bancos. A partir de 1º de janeiro de 2022, as alíquotas retornam ao patamar atual. Após passar pelo Senado, o texto volta para a Câmara.

Senado aprova MP que aumenta as alíquotas de CSLL

Instituições financeiras pagarão mais imposto

Por Vandson Lima e Renan Truffi — De Brasília

23/06/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas



Ciro Nogueira: “É o segmento mais apto a colaborar com o esforço fiscal” — Foto: Jefferson Rudy/Agência Senado

O Senado aprovou ontem a Medida Provisória (MP) 1034, que aumenta a tributação de instituições financeiras. O senador Ciro Nogueira (PP-PI) manteve o texto aprovado na Câmara dos Deputados, com elevação da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para os bancos de 20% para 25% até 31 de dezembro de 2021, voltando a 20% a partir de 2022. A matéria segue para sanção presidencial.

As demais instituições financeiras (como corretoras de câmbio, empresas de seguro, cooperativas de crédito, administradoras de cartão de crédito) pagarão 20%, ante os 15% atuais, até o final de 2021 e, em 2022, voltam para os 15%. Para as demais pessoas jurídicas, a CSLL continua sendo de 9%. As novas alíquotas entram em vigor em julho. A intenção da MP é compensar a diminuição de tributos sobre o óleo diesel e o gás de cozinha.

“Como o setor financeiro tem demonstrado lucros bastante expressivos, inclusive nos períodos mais adversos para as demais atividades econômicas, é o segmento mais apto a colaborar com o esforço fiscal no segundo semestre deste ano”, afirmou o relator Ciro Nogueira (PI), que é presidente do Progressistas e um dos maiores aliados do presidente Jair Bolsonaro. A proposta também reduz incentivos tributários da indústria química e impõe em R\$ 140 mil o valor máximo do veículo que pode ser adquirido com isenção do IPI por pessoas com deficiência. Na MP original, esse teto era ainda menor, de R\$ 70 mil. A senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP), protestou. “Essas pessoas já não foram devidamente priorizadas na pandemia e a gente vai tirar o pouco que elas têm. Essa isenção de imposto para a compra de veículos foi proposta justamente para que essas pessoas possam chegar com dignidade à escola, ao trabalho, às consultas de reabilitação. Esse argumento de que vão comprar carro de luxo não procede. Com a inflação atual, infelizmente, com um teto, esse limite vai inviabilizar completamente o direito”

Líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) anunciou que o governo vai vetar as alterações propostas no artigo 8, que impõe tratamento tributário isonômico entre importadores e produtores nacionais, em relação a petróleo, lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos derivados de petróleo destinados a consumo, industrialização ou reexportação pela Zona Franca de Manaus, com o propósito de afastar desequilíbrio concorrencial provocado por decisões judiciais que exoneram tributos para alguns operadores.

O Senado também reverteu ontem uma série de mudanças feitas pela Câmara e aprovou na forma original a Medida Provisória 1033, que dispensa as empresas produtoras de oxigênio medicinal na Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de terem cota mínima para exportação. A proposta, contudo, corre risco, pois terá de passar por nova votação dos deputados nos próximos dois dias, ou perderá seus efeitos.

A proposta tem como objetivo permitir que as empresas autorizadas a operar na ZPE possam destinar toda a sua produção para o mercado doméstico, o que hoje é vedado, suspendendo a cota mínima de 80% de exportação até o fim deste ano, por causa da pandemia da covid-19.

Na Câmara, contudo, a proposta recebeu alterações que ampliaram seu escopo, reformando os modelos de ZPEs adotado pelo país como instrumento de desenvolvimento econômico e social. A proposta rechaçada pelos senadores permitia, por exemplo, que entes privados apresentassem propostas de criação de ZPEs e as administrassem mediante processo seletivo de caráter público.

A alteração na MP ocorreu por iniciativa do senador Eduardo Braga (MDB-AM), que propôs retomar os termos originais, em detrimento do parecer do relator Roberto Rocha (PSDB-MA) e obteve apoio da

maioria dos senadores. A avaliação de Braga e da bancada do Amazonas foi de que as mudanças acrescentadas pela Câmara afetavam diferenciais competitivos das empresas instaladas na Zona Franca de Manaus.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Queima de estoque com seu tênis preferido.

NOVOSHoes

LINK PATROCINADO

Queima de estoque: de R\$ 623 por R\$ 187.

LOJA KINGS

LINK PATROCINADO

Tchau Chulé! Tênis transportável é o ponto final do mau odor

PROMOSBOAS.COM.BR

LINK PATROCINADO

Transforme sua mangueira convencional em uma lavadora de alta pressão (Saiba mais)

PORTAL R9

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

Homem decide pedir o divórcio depois de olhar mais de perto esta foto!

PDFWONDER

LINK PATROCINADO

Óculos militar é liberado no Brasil e vira febre entre pescadores.

OFERTASBREXPRESS.COM.BR

Mais do Valor Econômico



Bolsas europeias caem apesar de indicadores mostrarem economia aquecida

Mercado está oscilante nos últimos dias depois que o banco central americano iniciou o debate sobre quando realizará um aperto monetário

23/06/2021 09:49 — Em Finanças

Líderes catalães indultados deixam prisão e renovam compromisso com independência

“Seguiremos”, disseram os libertados, que tinham sido condenados a penas de até 13 anos de prisão

23/06/2021 09:48 — Em Mundo

Secretário descarta conta de luz mais cara por MP da Eletrobras

Diogo Mac Cord promete R\$ 48 bi para reduzir tarifa e deseja 'sorte' à oposição na Justiça

Por Lu Aiko Otta e Fábio Murakawa — De Brasília

23/06/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas



Secretário Diogo Mac Cord: até a construção de térmicas a gás em diversos pontos do país contribuirá para baixar preços — Foto: Dênio Simões/Valor

Em reação às críticas do setor privado que a Medida Provisória (MP) da Eletrobras trará aumento no preço da energia, o secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, Diogo Mac Cord, afirmou que, pelo contrário, serão aportados R\$ 48 bilhões para baixar tarifas. Ele desejou “sorte” aos segmentos da oposição que prometem levar a privatização à Justiça.

Mac Cord não citou nenhuma entidade, mas a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) disse em nota que a MP trará aumento de R\$ 300 bilhões aos consumidores ao longo dos próximos anos.

Para o secretário, a discussão da MP se converteu numa “guerra de narrativas” e as estimativas de aumento nos preços não têm “compromisso com a verdade”.

Até mesmo o ponto mais polêmico incluído por deputados e senadores na MP, a construção de térmicas a gás em diversos pontos do país, contribuirá para baixar preços, afirmou o secretário. Foi fixado um valor máximo da tarifa, que é de aproximadamente um terço do valor da energia gerada por térmicas a óleo.

Esse valor terá de ser suficiente para bancar a construção de gasodutos, naquelas usinas distantes dos poços de gás. Se a tarifa não for suficiente para cobrir o investimento, diz ele, “paciência”. Outra solução de mercado terá de ser buscada, segundo ele.

Mac Cord disse ainda que, no entendimento do Ministério da Economia, é inconstitucional a regra, incluída na MP, que obriga o governo a realocar funcionários demitidos após a privatização em outras estatais. No entanto, ele não informou se a pasta recomendará veto desse ponto ao presidente Jair Bolsonaro.

Questionado se seria recomendado veto ao dispositivo que autoriza o início a construção da linha de transmissão Manaus-Boa Vista mesmo sem as licenças do Ibama e da Funai, Mac Cord afirmou que esse tema não era de sua secretaria.

Uma fonte do Planalto informou que, por enquanto, não há previsão de veto na MP. Mas disse que aguardaria a avaliação do Ministério da Economia.

“A expectativa é passar absolutamente sem nenhum veto”, afirmou o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL). Ele acrescentou que o texto foi consensuado com o governo em sua tramitação na Câmara.

Após receber o texto final da medida provisória aprovado pelo Congresso, Bolsonaro tem 15 dias úteis para decidir se quer vetar dispositivos. O choque com a Constituição é um dos casos em que cabe a medida.

Depois que a medida provisória for convertida em lei, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) vai estabelecer diretrizes para a modelagem da privatização, informou Mac Cord. Paralelamente, o BNDES deverá concluir os estudos que vem conduzindo a respeito da operação. As regras serão então submetidas a uma análise pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O governo estima que todo esse trâmite estará concluído em janeiro do ano que vem.

A estimativa é que o Tesouro embolse perto de R\$ 100 bilhões com a operação. Desses, R\$ 20 bilhões serão outorgas e R\$ 80 bilhões, resultado da oferta de ações após a capitalização.

Dos R\$ 48 bilhões a serem utilizados para a modicidade tarifária, R\$ 30 bilhões virão da mudança no regime de operação das usinas da Eletrobras, que deixarão de operar por cotas e passarão a vender energia a preços de mercado, na chamada descotização. Outros R\$ 18 bilhões viriam de Itaipu, ao longo de 20 anos.

Cálculos do Ministério de Minas e Energia, que serão atualizados após as modificações ocorridas na MP no Congresso, apontam para queda de 6,34% nas tarifas no cenário-base, de 7,365% no cenário “arrojado” e

de 5,1% no cenário conservador.

Também em defesa da MP, o secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, escreveu em sua conta na rede social Twitter: “Críticas existem, tal como existiram nas privatizações passadas, mas o resultado líquido se traduz em mais investimento e aumento de bem-estar para o Brasil”.

A Eletrobras será “a maior privatização já vista no país”, diz em nota o Ministério da Economia. A venda de empresas estatais é uma das principais bandeiras da agenda econômica do governo de Jair Bolsonaro. A falta de resultados nessa frente é motivo de frustração, já confessou o ministro de Economia, Paulo Guedes.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

“Jogue os cremes fora! Se você tem rugas, faça apenas isso ao acordar,” diz especialista

DIATENA

LINK PATROCINADO

Queima de estoque com seu tênis preferido.

NOVOSHoes

LINK PATROCINADO

Asse carnes no seu fogão sem sujeira!

DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

Queima de estoque: de R\$ 623 por R\$ 187.

LOJA KINGS

LINK PATROCINADO

Transforme sua mangueira convencional em uma lavadora de alta pressão (Saiba mais)

PORTAL R9

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

Tchau Chulé! Tênis transportável é o ponto final do mau odor

PROMOSBOAS.COM.BR

Mais do Valor Econômico



Bolsas europeias caem apesar de indicadores mostrarem economia aquecida

Mercado está oscilante nos últimos dias depois que o banco central americano iniciou o debate sobre quando realizará um aperto monetário

23/06/2021 09:49 — Em Finanças

Redução de tarifa depende de ‘tortura’ de números de Itaipu

Hipocritamente, governo busca atribuir à MP da Eletrobras uma queda de 4,2% na conta dos pequenos consumidores

Por Daniel Rittner — Brasília

23/06/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

No afã de rebater associações da indústria e demonstrar que a MP da Eletrobras resultará em barateamento das contas de luz, apesar dos jabutis incluídos no texto original, o governo está torturando números relacionados à hidrelétrica binacional de Itaipu e contando boas notícias pela metade.

Há 48 anos sabe-se que a dívida contraída para a construção da megausina terminará de ser paga em seu 50º aniversário, em 2023, possibilitando uma redução significativa no valor do megawatt-hora. No entanto, tenta-se atribuir hipocritamente à medida provisória uma queda de 4,2% nas tarifas de energia aos pequenos consumidores (cálculos do Ministério de Minas e Energia).

Fica parecendo, no discurso oficial, que houve algum mérito do atual governo nisso. Falso. Uma coisa não tem nada que ver com a outra. É mais ou menos como uma tentativa de colher os méritos pela aposentadoria do trabalhador que ralou durante décadas. Ele poderá finalmente descansar, ora, graças ao fruto de seu trabalho - imagine se aparecem autoridades dizendo que é por causa de uma medida provisória qualquer desburocratizando procedimentos do postinho do INSS onde ele vai protocolar o pedido.

Outro problema do marketing divulgado pelo governo é a omissão sobre o real funcionamento de Itaipu. A usina, com 14 mil MW de potência, tem metade da energia destinada ao Brasil e metade ao Paraguai. O país vizinho consome cerca de 15% da parte que lhe cabe. Pelo tratado vigente desde 1973, é obrigado a vender o que não consome ao Brasil. É uma energia fundamental para fechar o balanço entre oferta e demanda no sistema interligado nacional.

Com a dívida amortizada, obviamente o custo da energia pertencente ao Brasil deve desabar. De acordo com os cálculos do Ministério de Minas e Energia, sai de R\$ 349 para R\$ 167 por megawatt-hora. O problema - e isso não está na conta divulgada pelo governo - é a parte do Paraguai.

O Paraguai ficará liberado para vender seus megawatts, a partir de 2023, para quem quiser e por quanto quiser. Daqui a menos de dois anos. Se a Argentina ou o Chile oferecerem mais, perdemos esse fornecimento. Se o Paraguai decidir triplicar o preço ao Brasil, provavelmente teremos que aceitar. Sabendo há 48 anos que haveria esse drama para resolver, estamos perdendo a capacidade de dizer não aos nossos vizinhos.

Por quê? Às vésperas de perder essa garantia de suprimento, o governo brasileiro não se preparou até agora para buscar uma alternativa, repor o que o Paraguai poderá deixar de nos fornecer. Faltam menos de dois anos. Não há mais tempo de construir hidrelétricas, térmicas, parques eólicos ou solares a fim de substituir uma eventual preferência paraguaia por encontrar outros clientes. No mínimo, o Brasil chegará à mesa de negociações enfraquecido e sem opções, ficando nas mãos do vizinho.

É isso o que ninguém do governo explicou ao relacionar, equivocadamente, Itaipu e MP da Eletrobras. Quando se torturam números, eles contam o que o torturador quiser.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Queima de estoque com seu tênis preferido.

NOVOSHoes

LINK PATROCINADO

Asse carnes no seu fogão sem sujeira!

DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

Bomba portátil vira sensação em Salvador.

BOMBA SMART PRO

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

Queima de estoque: de R\$ 623 por R\$ 187.

LOJA KINGS

LINK PATROCINADO

Faca de churrasco japonesa feita com tecnologia samurai chega em Bahia

HUUSK

LINK PATROCINADO

Transforme sua mangueira convencional em uma lavadora de alta pressão (Saiba mais)

PORTAL R9

Saiba Mais

Conteúdo Publicitário

Azul tem 10 dias para manifestar sobre 'visita' de Bolsonaro em avião

VALOR INVESTE

Polícia Militar gasta R\$ 2,2 milhões em 9 carros elétricos, mas não vai levar bandidos neles

UM SÓ PLANETA

Elon Musk oferece U\$ 100 milhões em concurso para quem conseguir extrair CO2 da atmosfera

UM SÓ PLANETA

Projeções otimistas para este ano não ‘contaminam’ cenário de 2022

Analistas mantêm cautela nas previsões para o PIB no ano que vem

Por Anaís Fernandes, Victor Rezende e Arícia Martins — De São Paulo

23/06/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

Perspectivas

Evolução da estimativa mediana para variação do PIB anual, em %



Fonte: Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central

A surpresa positiva com dados da atividade até o momento e a onda de revisões para cima nas projeções de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro neste ano contrastam com a cautela entre analistas a respeito do desempenho econômico em 2022. Sobre o próximo ano, pairam incertezas em relação aos efeitos de aumento dos juros, fim dos estímulos fiscais, crise hídrica, acomodação do setor externo e, claro, eleições.

Com a melhora das expectativas para 2021, era de se esperar que as projeções para 2022 também caminhassem nessa direção, mas os analistas estão mantendo ou reduzindo as previsões, observa Silvia Matos, coordenadora técnica do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre). No início do ano, a mediana dos agentes de mercado esperava crescimento de 3,4% em 2021 e de 2,5% em 2022,

aponta o Sistema de Expectativas do Banco Central. Na última coleta para o boletim Focus, de 18 de junho, as projeções eram 5% e 2,1%, na ordem. A dispersão das previsões para 2022 é grande: na máxima, há quem veja avanço de até 6% e, na mínima, de 1,23%.

Desde a virada do ano, a Versa Asset mantém uma visão mais otimista que o consenso sobre a economia brasileira em 2021. No fim de abril, enquanto o Focus apontava para crescimento em torno de 3%, a gestora já projetava um número próximo de 5%. “Agora, esperamos algo entre 5,5% e 6%, mas estamos mais cautelosos com o ano que vem. Projetamos um PIB de 2% e não deve fugir muito disso”, diz o economista-chefe Tarik Migliorini.

De saída, como a recuperação mais forte este ano foi antecipada para o primeiro semestre, a economia não deve ter desempenho tão exuberante no quarto trimestre, o que reduz a herança estatística para 2022, aponta Silvia, do Ibre. Ela estima um carregamento de apenas 0,5 ponto percentual, ou seja, se o PIB não crescer nada no próximo ano ante o fim de 2021, a expansão seria de 0,5%. O carregamento para 2021 está em cerca de 4,9%. “O máximo que já esperamos [de crescimento para 2022] foi pouco acima de 2%, quando tínhamos algo em torno de 3% para este ano”, diz Silvia, que, hoje, vê alta de 4,8% em 2021 e de 1,7% em 2022.

Mas há mais razões para a cautela com o próximo ano. Para conter as pressões inflacionárias, o aumento dos juros deve ocorrer de forma mais rápida do que o previsto, o que, ao lado da perspectiva de fim dos estímulos fiscais, acaba tirando fôlego da atividade, diz Silvia. O Ibre espera que a Selic termine 2021 em 6,5% ao ano, nível em torno do qual o BC tem sinalizado que está o juro neutro (aquele que não estimula nem contrai a economia). Ao fim do atual ciclo de alta, esperado para o início de 2022, a expectativa do Ibre é que a Selic alcance 7,5%. “Colocando isso nos modelos, há uma desaceleração da atividade. As condições de crédito para as famílias ficam mais desfavoráveis”, afirma a economista.

Marcos Ross, economista-chefe do Haitong, prevê Selic de 7,25% já no fim de 2021, patamar que seria mantido no ano que vem. Ele lembra, porém, que os efeitos do aperto monetário sobre a economia real são defasados e os ajustes promovidos vão “começar a bater mais em 2022”. Para Ross, o movimento deve ter reflexos em setores que têm ajudado a puxar o PIB neste ano, como a indústria. Outro ponto importante para o cenário do Haitong, de alta de 1,5% para o PIB em 2022, é que, mesmo no próximo ano, o controle da pandemia no país ainda pode ser incompleto. “Teremos uma onda positiva de vacinação no segundo semestre deste ano. O que coloco como risco são possíveis variantes”, diz Ross.

Os economistas notam ainda que o setor externo, que tem beneficiado o Brasil, pode se acomodar em 2022, com perda de ímpeto da economia global. A alta acelerada nos preços das commodities pode não ter muito espaço para continuar em base sustentável em 2022, diz Migliorini, da Versa. “É difícil falar em superciclo de commodities, como na década de 2000.” Segundo ele, diversos gargalos têm puxado os preços. “Talvez um pouco vaze para o ano que vem, mas seria muito mais limitado”, afirma.

Embora o carregamento estatístico ajude a explicar a rápida elevação nas projeções de 2021, já há alguns indícios de melhora na trajetória da economia brasileira, que pode se propagar também para 2022, avalia a economista-chefe da Canvas Capital, Camila de Faria Lima. Em uma ponta mais otimista, a gestora prevê alta de 3,3% para o PIB em 2022, vindo de 5,3% em 2021.

Ao avaliar o PIB do primeiro trimestre, Camila nota que o contexto ainda era de impactos negativos na atividade e no sentimento dos agentes diante da piora da covid-19 e da redução temporária do auxílio emergencial. “Incorporando essa perspectiva à análise dos resultados e, principalmente, avaliando alguns determinantes do PIB, como melhora de sentimento, redução da incerteza, recuperação do crescimento global, preços favoráveis das commodities e melhora do mercado de trabalho, avaliamos que é possível antecipar resultados mais favoráveis à frente.” Ainda que tenha visão mais otimista que o consenso, a Canvas não desconsidera fatores de risco, que incluem a crise hídrica, o menor impulso fiscal e questões mais subjetivas, como as eleições.

O fator político, notadamente a corrida pelo Planalto em 2022, é componente importante para o cenário do Haitong, segundo Ross. “Em um ambiente com alto grau de incerteza e polarização, é difícil pensar que empresários estarão muito confortáveis para investimentos mais longos.” A questão política também está no radar da Tendências Consultoria, que prevê alta de 2,2% para o PIB em 2022. A premissa central é que o país seguirá as regras fiscais. “Mas, nesse cenário de polarização, em que a grande disputa será por segmentos mais vulneráveis, o ‘canto da sereia’ do populismo econômico pode se materializar”, diz Alessandra Ribeiro, sócia e diretora de macroeconomia e análise setorial.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

“Jogue os cremes fora! Se você tem rugas, faça apenas isso ao acordar,” diz especialista

DIATENA

LINK PATROCINADO

Queima de estoque com seu tênis preferido.

NOVOSHoes

LINK PATROCINADO

Queima de estoque: de R\$ 623 por R\$ 187.

LOJA KINGS

LINK PATROCINADO

Transforme sua mangueira convencional em uma lavadora de alta pressão (Saiba mais)

PORTAL R9

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

Tchau Chulé! Tênis transportável é o ponto final do mau odor

PROMOSBOAS.COM.BR

LINK PATROCINADO

Papada flácida? Especialista diz para jogar fora o hidratante e fazer isso!

SECRET SKIN

Mais do Valor Econômico

Após nova prisão, jornal de Hong Kong confirma fim de atividades

Hong Kong anunciou a prisão de mais um jornalista por “conluio

Planalto quer 'arredondar' isenção de IR

Faixa livre de imposto ficaria em R\$ 2,5 mil, mas seria compensada, provavelmente na tabela progressiva

Por Fábio Murakawa, Fábio Graner e Lu Aiko Otta — De Brasília

23/06/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

O Palácio do Planalto encomendou ao Ministério da Economia que analise a possibilidade de arredondar a nova faixa de isenção do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) para R\$ 2,5 mil, segundo o **Valor** apurou. A tendência era que o novo número fosse referendado na Economia, mas reduzindo benefícios em outras áreas, embora o tema ainda estivesse em análise.

O caminho mais provável estava sendo diminuir a correção das demais faixas de tributação pela tabela progressiva. A ideia original apresentada pelo ministro Paulo Guedes ao presidente Jair Bolsonaro era de um reajuste linear pouco superior a 25% em todas as faixas e nas deduções.

Para ampliar a isenção em 31,6% (índice que leva o limite atual de R\$ 1,9 mil para R\$ 2,5 mil) sem perder o objetivo de neutralidade na proposta, o governo caminha para um reajuste na média pouco acima de 10% nas demais faixas, sem linearidade, ou seja, cada uma delas tendo um índice próprio de correção.

A primeira faixa após o limite de isenção hoje é entre R\$ 1,9 mil e R\$ 2,8 mil, com alíquota de 7,5%. A seguinte vai até R\$ 3,75 mil, com taxa de 15%. Entre R\$ 3,75 mil e R\$ 4,66 mil, a alíquota é de 22,5%, e acima desse valor, 27,5%.

O aumento mais forte na faixa de isenção representa uma ampliação na renúncia de receitas porque expande o número de contribuintes que deixarão de pagar o tributo e também reduz o que os salários maiores têm a contribuir. Um especialista no assunto que pediu anonimato destaca que o governo poderia ter um custo fiscal menor se corrigisse a faixa de isenção sem permitir a dedução dessa parte para o recolhimento do tributo dos salários maiores.

A área econômica corre para tentar enviar a proposta ao Congresso ainda nesta semana. A intenção inicial era mandar hoje o texto para começar a tramitar na Câmara dos Deputados.

Na última segunda-feira, Bolsonaro reuniu Guedes e os ministros palacianos para tratar da proposta. Nessa reunião também foi apresentada a proposta de tributação de dividendos em 20% com faixa de isenção de R\$ 240 mil por ano (R\$ 20 mil mensais), combinada com o reajuste nas faixas da tabela progressiva do IRPF e redução em cinco pontos percentuais (de 25% para 20%) no IR das empresas (IRPJ), além do fim de benefícios tributários em produtos, como CRI, CRA e fundos exclusivos.

A ideia de revisar esses incentivos tributários no setor financeiro tem tido alguma resistência dentro do governo. Alguns interlocutores apontam que pode prejudicar, por exemplo, o financiamento agrícola. Na equipe econômica, porém, a questão que se coloca é que a reforma precisa ser neutra em termos arrecadatórios e, sem essas medidas, o projeto ficaria desequilibrado, além do fato de que esses benefícios favorecem os mais ricos do país.

Sobre o nível de isenção de R\$ 20 mil mensais para dividendos apresentado ontem, que atendeu a um pedido do Planalto, uma das preocupações foi chegar a um número que não cause problemas em pequenos negócios de profissionais liberais, especialmente em um cenário de recuperação da pandemia, que ainda não acabou. Mas esse valor ainda pode ser alterado, diante da necessidade de se refazer as contas.

O Planalto também pediu para a Economia retirar da proposta a cobrança de imposto sobre auxílios, como moradia e transporte, que estava originalmente prevista.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Queima de estoque com seu tênis preferido.

NOVOSHoes

LINK PATROCINADO

Os potes de plástico ficaram no passado depois disso

ZIPSTOCK.

LINK PATROCINADO

Bomba portátil vira sensação em Salvador.

BOMBA SMART PRO

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

Asse carnes no seu fogão sem sujeira!

DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

Queima de estoque: de R\$ 623 por R\$ 187.

LOJA KINGS

LINK PATROCINADO

Faca de churrasco japonesa feita com tecnologia samurai chega em Bahia

HUUSK

Mais do Valor Econômico

Bolsas europeias caem apesar de indicadores mostrarem economia aquecida

Mercado está oscilante nos últimos dias depois que o banco central americano iniciou o debate sobre quando realizará um aperto monetário

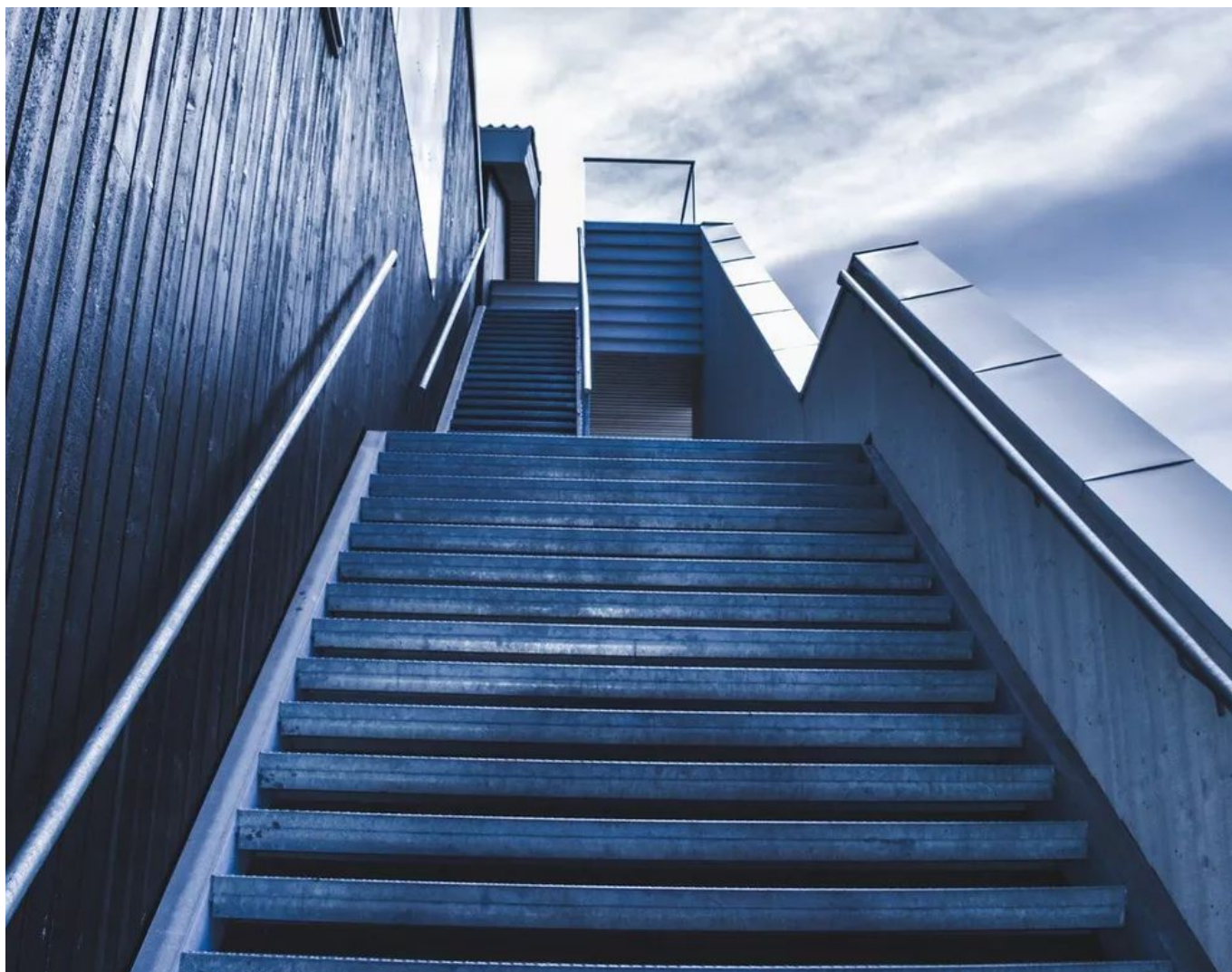
23/06/2021 09:49 — Em Finanças

O recente debate fiscal

O maior espaço fiscal de curto prazo não reduz a necessidade de consolidação de médio e longo prazo

Por Gilberto Borça Jr.

23/06/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas



— Foto: Pixabay

Após a divulgação do PIB do 1º trimestre, acirrou-se o debate fiscal no Brasil em função da alta do PIB nominal. A “inflação do PIB”, isto é, a variação do deflator do PIB, foi bem superior à do crescimento real. Um PIB nominal maior leva a uma melhoria pontual dos principais indicadores de política fiscal no Brasil: a dívida (líquida ou bruta) e o resultado primário como proporção do PIB.

Mas qual é, afinal de contas, a polêmica em torno do assunto? Há três linhas de argumentação.

processo, as expectativas de crescimento no curto prazo estão acelerando, e os marcos institucionais implementados nos últimos anos ensejam uma trajetória mais parcimoniosa das despesas frente ao aumento da arrecadação. Dentre esses marcos legais estariam a reforma do crédito direcionado, o teto de gastos, a reforma da previdência, dentre outras. Essa é a visão defendida pelos “governistas”.

Tentando lançar luz nesse debate, recorreremos aos fatores condicionantes da variação da razão entre dívida líquida do setor público e o PIB (DLSP/PIB) ao longo do tempo.

Primeiro, salta aos olhos que a despesa líquida de juros nominais foi sempre positiva ao longo de todo período. Isso significa que o pagamento de juros do governo brasileiro em decorrência de seus passivos é estruturalmente superior ao recebimento de juros advindo de seus ativos. Já o resultado primário contribuiu para reduzir o endividamento público entre 2002 e 2013. A partir do final de 2014, o cenário se inverte. Nem a introdução do novo regime fiscal em 2016 garantiu a volta dos superávits primários. A pandemia da covid-19, e toda expansão fiscal dela decorrente, levou a um amplo déficit primário em 2020.

Outro fator que chama atenção é o PIB nominal. Enquanto o deflator do PIB contribuiu para redução da relação DLSP/PIB durante todo o período 2002-2021, o PIB real, a partir da desaceleração de 2014, da recessão de 2015-16 e do baixo crescimento desde 2017, passou a ter contribuição bem menor frente ao período 2002-2013.

Já o ajuste cambial representa os ganhos e/ou perdas patrimoniais advindos da variação da taxa de câmbio sob os ativos e passivos do governo em moeda estrangeira. A partir de 2006, quando o país se tornou credor externo líquido, movimentos de depreciação cambial passaram a contribuir para redução da razão DLSP/PIB, ao passo apreciações cambiais atuaram no sentido contrário. Chama atenção a diferença dos efeitos da depreciação cambial na DLSP quando se compara o ano de 2002 com os de 2015, 2018 e 2020. Acumular reservas internacionais elimina um importante canal de transmissão entre crises cambiais e fiscais.

Os demais fatores condicionantes classificados como ‘Outros’ (reconhecimentos de passivos contingentes, privatizações, ajuste de paridade e de caixa e competência), tiveram pouca influência na determinação da dinâmica dívida líquida.

Até abr/2021, houve queda de 2,9 p.p. da relação DLSP/PIB frente ao final de 2020 (de 62,7% para 59,8%), com as seguintes contribuições: i) deflator do PIB: -2,0 p.p.; ii) primário: -1,0 p.p.; iii) ajuste cambial: -0,7 p.p.; iv) PIB real: -0,6 p.p.; v) outros ajustes e termo cruzado: 0,0 p.p. e vi) juros líquidos: +1,5 p.p..

Embora o deflator do PIB tenha sido o principal fator a contribuir para a redução da razão dívida/PIB em 2021, e certamente será relevante até o final do ano, não se trata de algo tão fora dos padrões históricos brasileiros. A recuperação da economia reduzirá o déficit primário e a alta do PIB real também será importante nesse processo. A elevação da Selic tende a contribuir para o crescimento da dívida via aumento da despesa com juros, e os movimentos do câmbio levam a posições parcialmente compensatórias entre fluxos (resultado dos swaps cambiais) e estoques (ganho e/ou perda patrimonial).

Portanto, o maior espaço fiscal de curto prazo advindo dos “ventos favoráveis” do cenário externo pode, por um lado, dar mais margem de manobra para o governo atenuar os efeitos da pandemia, mas, por outro lado, não reduz a necessidade de consolidação fiscal de médio/longo prazo.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Queima de estoque com seu tênis preferido.

NOVOSHoes

LINK PATROCINADO

Bomba portátil vira sensação em Salvador.

BOMBA SMART PRO

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

Queima de estoque: de R\$ 623 por R\$ 187.

LOJA KINGS

LINK PATROCINADO

Tchau Chulé! Tênis transportável é o ponto final do mau odor

PROMOSBOAS.COM.BR

LINK PATROCINADO

Transforme sua mangueira convencional em uma lavadora de alta pressão (Saiba mais)

PORTAL R9

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

Homem decide pedir o divórcio depois de olhar mais de perto esta foto!

PDFWONDER

Mais do Valor Econômico



Bolsas europeias caem apesar de indicadores mostrarem economia aquecida

Mercado está oscilante nos últimos dias depois que o banco central americano iniciou o debate sobre quando realizará um aperto monetário

23/06/2021 09:49 — Em Finanças

Líderes catalães indultados deixam prisão e renovam compromisso com independência

“Seguiremos”, disseram os libertados, que tinham sido condenados a penas de até 13 anos de prisão

23/06/2021 09:48 — Em Mundo

Mercado de trabalho fraco aprofunda a desigualdade

No ano, cairão o número de pessoas com carteira assinada e a renda real

23/06/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

Indicadores sociais recentemente divulgados mostram novas facetas dos efeitos negativos da covid-19 e das graves falhas do governo no enfrentamento da pandemia. Em comum, eles têm a deterioração do mercado de trabalho, que resulta no aumento do desemprego, do desalento e da desigualdade, na piora da perspectiva de vida e na queda de renda, agravada agora pela elevação da inflação.

Um desses indicadores é o índice de miséria, que atingiu em maio o maior nível em nove anos, pico da série estimada pelo economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale. Calculado pela soma da taxa de inflação com a de desemprego, o indicador ficou em 23,4 pontos percentuais em maio, que pode ser superado neste mês. O cálculo leva em consideração que a inflação em 12 meses, medida pelo IPCA, chegou a 8,1% no mês passado, e o desemprego estimado atingiu 15,3%. O dado mais recente de desemprego divulgado pelo IBGE é de março, quando estava em 14,7%.

Outra pesquisa, esta feita pelo Centro de Estudos FGV Social, constatou que a renda média individual do trabalho despencou 11,3% do primeiro trimestre de 2020 para R\$ 995, menos de um salário-mínimo, o menor nível da série histórica. O cálculo é feito pela média móvel de quatro trimestres. Sem levar em conta a média móvel, a queda da renda individual do trabalho foi 10,89% no primeiro trimestre de 2021. Entre os mais pobres, a redução foi ainda maior, de 20,81%.

Desse modo, a recuperação do PIB registrada no início deste ano não ocorreu de modo uniforme, mas ficou concentrada em um segmento limitado, ampliando a desigualdade. O levantamento do Centro de Estudos FGV Social constatou que o impacto da pandemia no mercado de trabalho levou a nível recorde de desigualdade da renda, medida pelo índice de Gini. No primeiro trimestre de 2020, o índice estava em 0,642. Já no primeiro trimestre deste ano, o indicador alcançou a marca de 0,674, a maior da série analisada. Quanto mais perto de 1 estiver o índice de Gini, maior é a desigualdade.

Em desdobramento da pesquisa, o Centro de Estudos FGV Social registrou as repercussões psicológicas, como maior insatisfação com a vida e aumento dos sentimentos de raiva, estresse, preocupação e tristeza, com maior frequência do que em outros países igualmente atingidos pela pandemia, em comparação feita com dados do Gallup World Poll.

O principal determinante desses resultados é o mercado de trabalho. Desde a recessão de 2015 e 2016, o mercado de trabalho vem se deteriorando. A pandemia agravou o quadro, especialmente com a dizimação

da ocupação informal e do emprego na área de serviços. A situação foi pior para os trabalhadores menos instruídos, que geralmente atuam nessas áreas.

Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) constatou que o número de horas trabalhadas pelos profissionais com ensino fundamental incompleto despencou 12,9% no primeiro trimestre deste ano em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, enquanto as pessoas com ensino superior completo trabalharam 11,7% mais. O levantamento mostra perda no número de horas trabalhadas também para quem tinha o ensino fundamental completo (6%) e ensino médio completo (4,1%).

A reversão desse quadro passa pela recuperação do mercado de trabalho, o que deve demorar. Espera-se que o desemprego até aumente à medida que o avanço da vacinação anime a busca por emprego pelos que conseguiram se isolar. Além disso, a recuperação que começa a dar sinais na economia é desigual e ainda não atinge setores que empregam mais mão de obra, inclusive não especializada, como o de serviços, construção civil e transporte.

A própria Secretaria de Política Econômica, do Ministério da Economia, projeta para este ano queda de 0,45% na população ocupada com carteira assinada e de 2,4% na renda real dos trabalhadores. Apesar disso, o governo parece despreparado ou sem disposição para lidar com esses problemas. Foi o que demonstrou ao demorar tanto para definir a extensão do auxílio emergencial no início do ano, ao acreditar que com a mudança do calendário a pandemia iria embora; e, agora, ao hesitar em reformular o Bolsa Família. Negligenciando o reforço das redes de proteção social, o governo é responsável pela volta do país ao mapa da fome, depois de ter ficado 17 anos fora dele.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Queima de estoque com seu tênis preferido.

NOVOSHoes

LINK PATROCINADO

Asse carnes no seu fogão sem sujeira!

DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

Queima de estoque: de R\$ 623 por R\$ 187.

LOJA KINGS

LINK PATROCINADO

Transforme sua mangueira convencional em uma lavadora de alta pressão (Saiba mais)

PORTAL R9

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

Homem decide pedir o divórcio depois de olhar mais de perto esta foto!

PDFWONDER

LINK PATROCINADO

Tchau Chulé! Tênis transportável é o ponto final do mau odor

PROMOSBOAS.COM.BR

Leilões de aeroportos regionais se multiplicam pelos Estados

Projetos atraem operadores novos e menores, mas viabilidade ainda é desafio

Por Taís Hirata — De São Paulo

23/06/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas



Há cerca de 15 grupos estudando o leilão de SP atualmente, diz Antônio Claret de Oliveira, superintendente do Daesp — Foto: Ruy Baron/Valor

O leilão de 22 aeroportos regionais em São Paulo, marcado para 15 de julho, promete ser o primeiro de uma série de projetos estaduais do setor. Um mapeamento da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib) registrou outros 27 ativos com esse perfil, em dez Estados do país.

A maioria das iniciativas ainda está em fase inicial de avaliação, mas, além do projeto paulista, há ao menos outros três mais avançados. Estão prestes a serem lançados os editais para dois projetos: o aeroporto de Pampulha, em Minas Gerais, e a Parceria Público Privada (PPP) do aeroporto de Parnaíba, no Piauí. Também está em etapa de consulta pública uma concessão do aeroporto de Fernando de Noronha (PE). Juntos, esses quatro contratos deverão somar investimentos de aproximadamente R\$ 770 milhões.

O país já tem algumas concessões de aeroportos estaduais em curso, mas o movimento que se vê hoje, com uma série de projetos locais, é uma novidade, avalia Marcelo Allain, coordenador do Comitê de Aeroportos da Abdib e sócio da BR Infra Group. “Esta é a próxima geração de aeroportos no Brasil”, diz Maurício Moysés, do Moysés & Pires Advogados.

Decolagem local

Governos estaduais planejam concessões de aeroportos regionais

■ Alguns dos projetos em curso

Estado	Projeto	Investimento, em R\$ milhões	Status
■ SP	2 blocos de concessão de 22 aeroportos	447	Leilão no dia 15 de julho
■ MG	Concessão do aeroporto de Pampulha (BH)	150	Editais em vias de sair
■ PE	Aeroporto de Fernando de Noronha	64	Em consulta pública
■ PI	PPP Aeroporto de Parnaíba	112	Editais em vias de sair
■ AM	8 Aeroportos regionais	380*	Em estudo de viabilidade
■ SC	Concessão do Aeroporto Regional Sul (Jaguaruna)	-	Modelagem via PMI
■ RS	Concessão dos aeroportos de Passo Fundo e Santo Ângelo	-	Modelagem via PMI
■ BA	Aeroporto Internacional da Costa do Descobrimento (Porto Seguro)	-	Modelagem via PMI
■ BA	Aeroportos de Lençóis, Senhor do Bonfim, Bom Jesus da Lapa e Paulo Afonso	-	Em modelagem

Fonte: Governos estaduais, EPL *estimativa inicial

Por um lado, os projetos têm um potencial gigantesco de crescimento, juntamente com a aviação regional brasileira, afirma Adriana Simões, sócia do Mattos Filho. Porém, os riscos e desafios também são elevados e ainda não está claro se todas essas concessões - que são menores e, portanto, menos atrativas - terão viabilidade econômico-financeira, segundo os especialistas.

O leilão de 22 aeroportos em São Paulo, marcado para julho, é visto no mercado como um projeto mais sólido, devido ao desenvolvimento do Estado e à relevância dos ativos. Os aeroportos estão divididos em dois blocos: o primeiro deles é liderado pelo aeroporto de Ribeirão Preto e, o segundo, por São José do Rio Preto.

Atualmente, há 15 grupos estudando participar do leilão, segundo Antônio Claret de Oliveira, diretor superintendente do Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo (Daesp) e ex-presidente da Infraero. “Tivemos uma procura positiva, tanto de grupos internacionais quanto de empresas que estão se aprofundando agora no setor. A expectativa é muito otimista, mesmo considerando a pandemia”, diz.

Com a crise provocada pela covid-19, que impactou a indústria duramente, o Estado fez uma revisão dos estudos e expectativas. “A viabilidade técnica e econômica está garantida”, afirma.

Para o advogado Lucas Sant’Anna, sócio do Machado Meyer, um atrativo do projeto paulista é o fato de ser relativamente simples, o que atrai novatos no segmento. “A concessão não tem grandes complicações, são ativos mais fáceis de se administrar. Muitos deles nem sequer têm operação comercial, apenas executiva. Isso chama a atenção de grupos de outras áreas, como terminais rodoviários, empresas de infraestrutura menores ou mesmo associações de aviação executiva que podem compor um consórcio”, afirma.

Esse perfil de operador tende a se repetir em outros leilões regionais, que não deverão atrair muito os grandes grupos, avalia o advogado Thiago Sombra, sócio do Mattos Filho. “Devemos ver novos entrantes, como empresas de logística e no perfil da Socicam [empresa de terminais de passageiros que atua em aeroportos].”

A tendência, porém, é que as concorrências regionais atraiam bem menos interesse do que as federais, diz Allain. “Em geral, o fluxo é pequeno para dar viabilidade. As disputas devem ter dois, um ou até nenhum proponente.”

Renato Sucupira, sócio da BF Capital, também é mais cético em relação a esses projetos. Ele considera a aviação regional no Brasil muito incipiente e avalia que será necessário ampliar os estímulos, tal como feito nos Estados Unidos. “É preciso fazer um programa para estimular que a empresa aérea coloque o avião naquele aeroporto, como subsídios, programas de redução de impostos ou mesmo pagando assentos.”

Alguns Estados têm recorrido a PPPs para viabilizar os projetos - nesse formato, o governo entra com o pagamento de contraprestações mensais. Porém, a estruturação também é desafiadora, pois exige garantias sólidas e com liquidez, que possam ser acionadas em caso de inadimplência.

O Piauí, que têm feito uma série de projetos nesse formato, planeja lançar em julho o edital de uma PPP para o aeroporto em Parnaíba. A ideia é ampliar o potencial turístico da cidade (que fica em meio à “Rota das Emoções”, entre Jericoacoara e os Lençóis Maranhenses) e de exportação da produção agrícola local, diz Viviane Moura, superintendente de Parcerias e Concessões do Estado.

Para viabilizar o projeto, o Estado optou por uma PPP em que os pagamentos se concentram no início do contrato e vão reduzindo, à medida que a demanda aumenta. Moura se diz confiante no interesse privado. “A percepção é que deve haver uma composição entre operadores aeroportuários e de turismo”, afirma.

Outro risco para os leilões é o timing eleitoral, já que a maioria das iniciativas partem de governos estaduais, que passarão por eleições em 2022. “Ainda há tempo, mas o prazo é desafiador para aqueles que estão iniciando os estudos. Principalmente se forem PPPs, em que a estruturação é mais complexa”, diz Moysés.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Queima de estoque com seu tênis preferido.

NOVOSHoes

LINK PATROCINADO

“Jogue os cremes fora! Se você tem rugas, faça apenas isso ao acordar,” diz especialista

DIATENA

LINK PATROCINADO

Asse carnes no seu fogão sem sujeira!

DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

Queima de estoque: de R\$ 623 por R\$ 187.

LOJA KINGS

LINK PATROCINADO

Faca de churrasco japonesa feita com tecnologia samurai chega em Bahia

HUUSK

LINK PATROCINADO

Fotógrafo mostra diferenças entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul

CLEVERCLASSIC

Mais do Valor Econômico



Bolsas europeias caem apesar de indicadores mostrarem economia aquecida

Mercado está oscilante nos últimos dias depois que o banco central americano iniciou o debate sobre quando realizará um aperto monetário

23/06/2021 09:49 — Em Finanças

Líderes catalães indultados deixam prisão e renovam compromisso com independência

“Seguiremos”, disseram os libertados, que tinham sido

Justiça anula condenação penal de contribuinte

Juiz considerou que, com fim do voto de desempate no Carf, a pessoa física não seria condenada por crime fiscal

Por Beatriz Olivon — De Brasília

23/06/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas



Um contribuinte pessoa física conseguiu na Justiça de São Paulo extinguir punição penal com base no fim do voto de desempate no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). A 2ª Vara da Comarca de Mogi Mirim (SP) aceitou o argumento de que se o julgamento administrativo ocorresse hoje, ele venceria a disputa e não haveria condenação por crime fiscal.

A decisão beneficia contribuinte julgado por omissão de rendimentos tributáveis. Ele foi condenado, depois de perder no Carf pelo voto de desempate (qualidade), a dois anos e 11 meses de reclusão e pagamento de 13 dias-multa, em regime aberto, substituída pela prestação de serviços à comunidade e pagamento de 80 salários mínimos.

O voto de qualidade era o desempate feito pelo presidente da turma, representante da Fazenda. Com a edição da Lei nº 13.988 em 2020, que incluiu o artigo 19-E na Lei nº 10.522, de 2002, o mecanismo foi extinto e passou-se a prever que, em caso de empate, a vitória deve ser do contribuinte.

No processo, a defesa sustenta que a extinção do voto de qualidade resultaria hoje em vitória do contribuinte e não haveria o reconhecimento do débito tributário e, conseqüentemente, a instauração do processo penal. O promotor de justiça se manifestou contra o pedido (ação nº 0001121-46.2020.8.26.0363).

A argumentação foi aceita pela juíza Fabiana Garcia Garibaldi. Ela levou em consideração as mudanças na legislação. “Caso o julgamento administrativo ocorresse hoje, o débito tributário não seria instituído e não haveria o crime fiscal”, diz na decisão, que aplica de forma retroativa o fim do voto de qualidade.

Na decisão, ela declara extinta a punição pela ocorrência da “abolitio criminis” - previsão penal de retroatividade para fato que deixa de ser considerado crime. Ela cita ainda a Súmula nº 24 do Supremo Tribunal Federal (STF), segundo a qual não se tipifica crime material contra a ordem tributária antes do lançamento definitivo do tributo.

Daniel Zaclis, um dos advogados que atuou no caso, junto com a advogada Helena Lobo da Costa, ambos do CAX Advogados, desconhece outras decisões no mesmo sentido. Para ele, parece óbvia a possibilidade de aplicação retroativa da Lei nº 13.988, de 2020, que trouxe as mudanças para casos de empate no Carf.

“O Supremo Tribunal Federal já decidiu que há uma dependência grande entre a fase administrativa tributária e a consumação da sonegação fiscal. Se houve uma mudança na norma que beneficia o contribuinte na seara administrativa, naturalmente isso deve refletir na esfera penal”, afirma.

Ainda de acordo com o advogado, no caso concreto, se a lei estivesse em vigor na época do julgamento, com o empate, o crédito seria indevido e não haveria crime. A decisão, acrescenta, pode servir de precedente para outros contribuintes na mesma situação.

Já o professor de direito tributário Bernardo Motta Moreira, do Ibmecc BH, lembra que no direito tributário ainda se discute sobre a possibilidade de a mudança no desempate no Carf retroagir e não há uma

definição clara. Na esfera penal, diz ele, a existência de crime realmente depende da manutenção do auto de infração.

No caso concreto, porém, afirma o professor, ocorreu uma situação inusitada. “A decisão judicial afastou o crime enquanto o auto de infração foi mantido, já que não há notícia sobre mudança no julgamento do Carf. O rumo tributário desse contribuinte ainda não foi definido.”

Procurado pelo **Valor**, o Ministério Público de São Paulo (MP-SP) informou que ainda não tomou ciência da decisão.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Queima de estoque com seu tênis preferido.

NOVOSHoes

LINK PATROCINADO

Bomba portátil vira sensação em Salvador.

BOMBA SMART PRO

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

Queima de estoque: de R\$ 623 por R\$ 187.

LOJA KINGS

LINK PATROCINADO

Faca de churrasco japonesa feita com tecnologia samurai chega em Bahia

HUUSK

LINK PATROCINADO

Fotógrafo mostra diferenças entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul

CLEVERCLASSIC

LINK PATROCINADO

Transforme sua mangueira convencional em uma lavadora de alta pressão (Saiba mais)

PORTAL R9

Saiba Mais

Mais do Valor **Econômico**



Bolsas europeias caem apesar de indicadores mostrarem economia aquecida

Mercado está oscilante nos últimos dias depois que o banco central americano iniciou o debate sobre quando realizará um aperto monetário

23/06/2021 09:49 — Em Finanças